

Relatório e Contas 2020

VICTORIA - Seguros, S.A.

Índice

Estrutura de Governo da Sociedade	03
Relatório do Conselho de Administração	05
Informação Financeira	
Demonstração da posição financeira	35
Demonstração de resultados	37
Demonstração do Rendimento Integral	38
Demonstração de Fluxos de Caixa	39
Demonstração das alterações nos capitais próprios	40
Notas às Demonstrações Financeiras	41
Relatórios de Fiscalização	
Certificação Legal de Contas	124
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	128

Relatório e contas aprovado em AG a 28 de junho de 2021.
Documento escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico.

Estrutura de Governo da Sociedade

VICTORIA - Seguros., S.A.

Mesa da Assembleia Geral

José António Ribeiro
Presidente

J.A. Pinto Ribeiro & Associados,
Sociedade Advogados
(representada por Marcos Sousa
Guedes)
Secretário

Conselho Fiscal

João de Lara Everard
Presidente

Santiago Gil de Biedma
Vogal

António Vilar
Vogal

Luís Henriques
Suplente

Conselho de Administração

Jacques Chanut
Presidente

Pierre Esparbès
Vogal

Philippe Desurmont
Vogal

Cyrille Mascarelle
Administrador Delegado

Revisor Oficial de Contas

Ernst & Young Audit & Associados -
S.R.O.C., S.A. (SROC nº 178)
(representada por Ricardo Lopes Pinto
(ROC nº 1579)
Efetivo

João Carlos Miguel Alves
(ROC nº 896)
Suplente

Conselho Executivo

Cyrille Mascarelle
Administrador Delegado

Carlos Suárez
Diretor Geral Adjunto

Francisco Campilho
Diretor Geral Adjunto

Estrutura de Governo da Sociedade

Diretores de Departamento

Euclides Carvalho
Dep. Canal Agentes

João Ferreira da Fonseca
Dep. Canal Corretores

Frederico Pereira
Dep. Canal Pessoais

Júlio Gonçalves
Dep. Financeiro e Gestão de Riscos

João Borbinha
Dep. de Informática

Susana Pascoal
Dep. de Marketing

Tiago Monteiro
Dep. de Operações

Alberto Bento
Dep. de Recursos Humanos, Organização e Logística

Ana Aragão
Dep. Técnico Pessoais

Miguel Roque
Dep. Técnico Reais



1. Relatório do Conselho de Administração

Nos termos do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais e dos Estatutos, submetemos à apreciação da Assembleia Geral o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e Notas às Demonstrações Financeiras do exercício de 2020.

SITUAÇÃO ECONÓMICA

O ano de 2020 foi indiscutivelmente marcado pela pandemia pelo SARS-Cov-2 que terá começado ainda no final de 2019 na China, mas rapidamente atravessou fronteiras e atingiu os quatro cantos do mundo. A gravidade da situação e os níveis preocupantes de disseminação do vírus levaram a que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarasse pandemia mundial a 11 de março. O receio do desconhecido levou os países a fecharem-se sobre si próprios numa tentativa de conter o contágio e as palavras confinamento e distanciamento social entraram no vocabulário diário.

À medida que ano foi decorrendo, o conhecimento sobre vírus, a sua forma de disseminação e tratamento foi aumentando, permitindo as economias reabrissem a sua atividade faseadamente e que a esperança de que tudo voltaria ao normal em breve aumentasse. A descoberta de várias vacinas eficazes contra a Covid-19, a doença provocada pela infeção pelo coronavírus SARS-CoV-2, foi também um fator importante de otimismo.

Neste contexto, o ano de 2020 foi dramático em termos de desempenho económico. A economia mundial teve em

2020 uma quebra no Produto Interno Bruto (PIB) de 3,5% (2019: crescimento de 2,8%). A contração económica foi causada por diversos fatores: abrandamento da atividade económica devido aos confinamentos, redução da procura global e impacto em alguns setores mais expostos a esta crise, como as viagens e o turismo.

Para minorar o impacto económico e social da crise que se instalou, os governos e bancos centrais lançaram medidas de apoio numa escala sem precedentes. Nos Estados Unidos da América (EUA), o Senado aprovou um pacote de ajuda financeira a empresas e famílias de 2 biliões de dólares (USD), enquanto na Europa (UE), a Comissão procurou assegurar um elevado nível de coordenação entre países e conseguiu aprovar um programa de apoio global (emergência e recuperação) no valor de 1,800 biliões de euros (EUR). A Reserva Federal (Fed) desceu as taxas de juros para próximo de zero e tal como o Banco Central Europeu (BCE) retomaram os programas quantitativos de compra de ativos.

A economia americana sofreu uma quebra do PIB de 3,4% (2019: crescimento de 2,2%), um pouco menos que a generalidade das economias desenvolvidas, graças à sua

flexibilidade e capacidade de adaptação. Tal como referido anteriormente a Fed desceu por duas vezes as taxas de juro, num total de 150 pontos base (p.b.) para 0,25% e relançou o programa de compra de ativos. O ano encerrou com o anúncio de uma nova administração num processo eleitoral muito mediatizado e tumultuoso. Neste contexto, o nível de desemprego subiu acentuadamente tendo a taxa de desemprego atingido 8,9% no final do ano, face a 3,7% em 2019.

Na UE a economia contraiu-se de forma muito expressiva. O PIB caiu 7,2% (2019: +1,3%) e o desemprego atingiu os 8,9% no final do ano (2019: 7,6%). O BCE, com a crise financeira de 2008 ainda presente, atuou rapidamente injetando liquidez na economia através de relançamento do programa de compra de ativos e procurou evitar a crise nas taxas de refinanciamento das economias mais frágeis. Apesar de algum descontrolo inicial, a UE procurou enfrentar a pandemia em conjunto e parceria, tendo tal como referido anteriormente, acordado um programa de dimensão inédita e já apelidado de Bazuca. As prolongadas negociações para a conclusão do processo de saída do Reino Unido da União, foram concluídas no limite do prazo e abrem agora porta para que possa encontrar uma nova forma de parceria que sirva o objetivo de prosperidade que a Europa procura.

A China, epicentro da pandemia, e o primeiro país a decretar um confinamento de milhões de pessoas (cidade de Wuhan em janeiro de 2020), foi também capaz de ultrapassar esse momento e retomar a atividade económica. Em 2020 o PIB cresceu 2,3% (2019: 6,0%). Por outro lado, os países emergentes apresentaram uma quebra no PIB de 2,4% (2019: + 3,6%).

Tal como no resto do mundo, a pandemia afetou profundamente a atividade económica em Portugal: as medidas de contenção da crise de saúde pública e a atitude de precaução dos agentes económicos determinaram uma forte queda do PIB na primeira metade do ano. No ano completo, o PIB caiu 8,1% (2019: +2,2%). O peso na atividade económica dos setores ligados ao turismo foi um dos fatores que explica o pior desempenho comparativo da economia portuguesa face às suas congéneres europeias. A taxa de desemprego, inverteu a tendência de queda dos últimos anos e encerrou o ano nos 7,2% (2019: 6,5%). Ainda assim a subida foi atenuada pelo regime de layoff simplificado e outras medidas de apoio aos trabalhadores independentes. Se 2019 foi um ano de registo no que se refere às contas públicas, uma vez que pela primeira vez em muitos anos a Administração Pública apurou um saldo positivo (0,1% do PIB), este ano terá um impacto expressivo nas contas públicas, e o défice estimado é de 7,0%.

MERCADOS FINANCEIROS

A declaração de pandemia em março e entrada em confinamento das principais economias criou um sentimento de medo nos investidores e aversão ao risco, levando a fortes correções nos mercados financeiros. Ao longo do ano o controlo sobre a situação pandémica aumentou. Simultaneamente a comunidade científica e a indústria farmacêutica mostraram-se capazes de em tempo recorde desenvolver não uma, mas várias vacinas eficazes e seguras contra a Covid-19. Assim, o otimismo foi regressando aos mercados financeiros que iniciaram uma recuperação notável. 2020 ficará para os livros, como um ano de volatilidade recorde e com um dos Bear Markets mais curtos de sempre.

O índice global de ações MSCI World teve uma performance de 14,1% em dólares (2019: 25,2%). O melhor desempenho da economia americana, face à europeia levou a que o desempenho das principais bolsas fosse também superior. Assim, nos EUA o índice S&P500 valorizou 16,3% (2019: 28,9%) face a uma quebra de 5,2% no índice Eurostoxx (2019: +24,8%). Considerando os mínimos em meados de março a recuperação destes mercados é de facto notável: 67,9% no índice S&P500 e 42,7% no índice Eurostoxx.

No Reino-Unido o Footsie 100 registou perdas de 14,3%, impactado ainda pela indefinição do processo Brexit e pelo forte efeito da pandemia. No Oriente, o índice Nikkei 225 valorizou-se 16,0% e o CSI300 chinês subiu 27,2%.

No pico da crise em março, a liquidez nos mercados de obrigações para ativos de maior risco, nomeadamente dívida de empresas, ou dívida pública de Estado com finanças mais frágeis praticamente desapareceu levando a um aumento acentuado dos prémios de risco. Porém a intervenção dos bancos centrais, quer pelo discurso de estabilidade ao mercado, quer através do relançamento dos programas quantitativos de compra de ativos, permitiram uma estabilização nos preços e levaram a uma nova tendência de descida das yields para mínimos. Nos EUA, o rendimento (yield) da emissão de Dívida Pública a 10 anos (Treasuries) desceu de 1,92% para 0,92%, enquanto na Europa a Dívida Alemã a 10 anos (Bund) apresentou uma descida de 38,4 p.b. para 0,57%. A dívida pública portuguesa beneficiou do apoio do BCE e registou no ano uma descida na yield das Obrigações do Tesouro a 10 anos de 0,43% para 0,03%, embora tenha chegado a atingir os 1,35%.

O índice que reúne as emissões de Dívida Pública dos países do Zona Euro (Bloomberg Barclays Euro Government Aggregate) subiu 4,7% (2019: 6,3%). Relativamente às obrigações emitidas por empresas, apesar da forte volatilidade, o retorno foi inferior à Dívida Soberana: o índice iBoxx Euro Corporate Bond valorizou 4,7% (2019: 6,3%) e face aos mínimos de março registou uma subida de 10,8%.

A paragem de grande parte atividade económica no primeiro trimestre do ano, levou a uma diminuição drástica na procura

por petróleo e levou uma queda a pique no preço desta matéria prima. O valor de mercado de um barril Brent desceu de 66 dólares no final de 2019 para cerca de 17 dólares em meados de abril. Porém a normalização da atividade económica e a perspetiva de uma rápida recuperação no próximo ano contribuíram para inversão da tendência de descida e levaram o barril Brent a cotar 51,2 dólares no final do ano.

A moeda única europeia valorizou em 2020 cerca de 8,9% tendo encerrado o ano nos 1,2225 USD/EUR

MERCADO SEGURADOR

De acordo com os dados divulgados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), em 2020 a atividade seguradora apresentou um decréscimo de 18,5% (2019: -5,8%) da produção do seguro direto que se situou em 9,9 mil milhões de euros (2019: 12,2 mil milhões de euros). Como no passado, os ramos Vida e Não Vida apresentaram comportamentos distintos.

Com efeito, a produção do ramo Vida registou um decréscimo de 34,6% (2019: -13,9%) situando-se em 4,6 mil milhões de euros (2019: 7,0 mil milhões de euros). Para este comportamento contribuíram as evoluções negativas em todas as modalidades de seguros de vida, com a exceção dos seguros de vida ligados excluindo os Planos Poupança Reforma

(PPR). Os PPR que na sua globalidade representam 25,7% da produção total (2019: 44,8%), registaram em 2020 um decréscimo de cerca de 62,4% (2019: -1,9%).

Esta evolução levou à perda da liderança do Ramo Vida, tendo em conta a redução do peso deste ramo no total da carteira de mercado para 46,0% (2019: 57,3%).

Nos Ramos Não Vida, registou-se em 2020 um crescimento de 3,1% (2019: 8,0%), situando-se em 5,4 mil milhões de euros (2019: 5,2 mil milhões de euros). Manteve-se deste modo, embora com abrandamento, a tendência de crescimento verificada nos últimos anos. O comportamento global revela por outro lado um desfasamento temporal com a evolução negativa dos principais

indicadores macroeconómicos do país. Nesta análise, haverá, no entanto, que tomar em consideração o impacto ainda não conhecido das moratórias no pagamento de prémios.

O ramo Saúde registou um crescimento de 8,5% (2019: 8,7%). Num ano marcado pela pandemia esta linha de negócios mostrou um dinamismo que a coloca de novo, em volume de prémios, no segundo lugar no ranking relativamente ao universo dos ramos Não vida. Mantendo a tendência de crescimento dos últimos anos, embora a redução da população empregada contribua para a desaceleração, o ramo de Acidentes de Trabalho registou um aumento de 1,2% (2019: 11,8%). O ramo de Incêndio e outros Danos registou também um crescimento de 4,5%, mas menor que no ano anterior (2019: 6,9%). Apesar da queda de vendas de automóveis e do envelhecimento do parque automóvel, o ramo Automóvel registou ainda assim um crescimento de 2,3% (2019: 7,0%).

Relativamente ao enquadramento legal e regulamentar, 2020 foi também impactado pela necessidade de adaptação aos efeitos

da pandemia quer ao nível da atividade quer ao nível do reporte à Autoridade de Supervisão (ASF). O ano foi principalmente marcado pelo Decreto-lei nº20-F/2020, de 12 de maio, que aprovou um regime excecional e temporário relativo ao pagamento de prémios de seguro (moratórias nos seguros) e aos efeitos da redução temporária do risco nos contratos de seguro decorrente da diminuição significativa ou suspensão de atividade. Destacou-se também no ano 2020, a consulta pública e publicação da norma que visa regulamentar os aspetos remanescentes do regime jurídico da distribuição de seguros. Por outro lado, relativamente à implementação das Normas Internacionais de Reporte Financeiro IFRS9 e IFRS17, que deve ocorrer em 2022, a ASF divulgou o plano de adoção pelo mercado cujas atividades foram, entretanto, prorrogadas para 2021. O ano ficou ainda marcado por alterações legislativas de carácter fiscal, nomeadamente a declaração mensal de imposto do selo (DMIS) cuja entrada em vigor foi adiada para 1 de janeiro 2021.

ATIVIDADE DA EMPRESA

A VICTORIA - Seguros, S.A. explora em Portugal, os ramos de seguro não vida, designadamente, Acidentes Trabalho, Acidentes Pessoais, Saúde, Incêndio,

Automóvel, Transportes, Responsabilidade Civil e Diversos.

Pese embora as súbitas alterações experimentadas no modelo operativo da organização em consequência da

pandemia derivada da doença ocasionada pelo vírus SARS-Cov-2 (Covid-19), a VICTORIA - Seguros, S.A. manteve-se fiel à estratégia de comercialização e perfil de carteira dos últimos anos, embora acusando uma ligeira redução da receita (-0,4%), face ao ano 2019.

Este decréscimo deveu-se, essencialmente, à acentuada quebra na linha de negócio de Acidentes Pessoais ligados ao turismo – um dos segmentos mais impactados da atividade económica – e, em muito menor medida, ao abrandamento no setor dos Transportes de Mercadorias, mantendo a liderança neste ramo, sendo certo que a VICTORIA - Seguros, S.A. conseguiu crescer nas restantes linhas de negócio, em especial nos ramos mais técnicos.

Quanto ao resultado, a VICTORIA conseguiu, pelo sétimo ano consecutivo, exibir um resultado líquido positivo, demonstrando o rigor na execução do seu princípio de rentabilidade alicerçada no equilíbrio técnico.

De notar que a apresentação destes valores responde, estruturalmente, à capacidade da Empresa para se adaptar, de imediato, à conjuntura pandémica, implementando, acelerando e desenvolvendo estratégias, planos e ações que permitiram a continuidade do negócio, o atendimento ininterrupto a distribuidores e clientes e a resposta

próxima, junto de todos os seus interlocutores.

Entrando em pormenor, a VICTORIA - Seguros, S.A. obteve uma evolução positiva da receita nalgumas das suas áreas de especialidade e estratégicas, como saúde, engenharia e responsabilidades, mas também nos ramos obrigatórios, especialmente o Automóvel, fruto das adequações por segmento de produto e zona de circulação.

Quanto à distribuição de negócio novo, a VICTORIA evoluiu positivamente em todos os canais e praticamente em todos os ramos, salvo no canal banca, fruto do arrefecimento abrupto da atividade financeira.

Por outra parte, a VICTORIA assinou, na segunda metade de 2020, uma parceria estruturante de co-seguro com a PRÉVOIR, no intuito de apresentar aos distribuidores desta última um leque amplo de soluções de saúde.

Já em termos institucionais, a VICTORIA reforçou o seu compromisso com as parcerias existentes e, ainda, apostou com a sua presença, comunicação de marca e imagem em novos ecossistemas. Materializando essa estratégia de posicionamento, a VICTORIA inaugurou uma nova colaboração com a Associação Portuguesa de Promotores e Investidores Imobiliários e a Nova Medical School, com

o propósito de estabelecer pontes entre o mundo académico e a Empresa e de explorar – através da Cátedra VICTORIA em Edificação Saudável – a relação entre o edificado e a saúde das pessoas que o habitam e utilizam, o ponto de encontro entre a investigação científica e a práxis construtiva dos espaços públicos e privados que suportam a qualidade de vida e promovem a saúde dos seus ocupantes.

Ao nível de projetos transversais, a VICTORIA cumpriu com a legislação específica da ASF em matéria de Covid-19, acelerou a desmaterialização de informação em formato físico, favoreceu a comunicação digital com os tomadores de seguro, colocou em produção a visão cliente / visão apólice, melhorou as bases de dados de parceiros, iniciou a reformulação da documentação

contratual, continuou com os trabalhos preparatórios para a implementação das normas IFRS 9 e 17, nomeadamente em termos de sistemas, avançou no desenvolvimento do plano de continuidade de negócios, na implementação de mecanismos inerentes ao Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais, nas melhorias processuais para o tratamento de dados nas áreas de subscrição e sinistros e aprofundou a integração com os sistemas das parcerias bancárias.

Por fim, e apesar das múltiplas dificuldades encontradas para o fazer em 2020, a VICTORIA manteve forte a sua cultura de gestão por projetos, baseada na análise de custo-benefício e na monitorização de resultados, aperfeiçoando e colocando à prova o seu modelo de gestão de riscos.

COVID19

Com a publicação do Decreto-lei nº20-F/2020, as seguintes medidas foram tomadas pela VICTORIA:

1. Moratória de prémios

- Inclusão das informações relativas ao novo Decreto-lei nos avisos de pagamento de prémios (emitidos 45 dias antes do vencimento) e nas cartas de aviso de não pagamento (emitidos 15 dias após o vencimento).

No caso dos seguros obrigatórios, na falta de pagamento do prémio no vencimento e desde que não haja objeção à manutenção do contrato antes dessa data, o contrato é prorrogado por 60 dias, sendo devido o prémio correspondente a esse período.

- Criação de um novo documento, certificado provisório de seguro automóvel, com as informações

relativas ao Decreto-lei e válido por 60 dias, sendo emitido após o vencimento, caso o cliente ainda não tenha efetuado o pagamento do prêmio. Após o pagamento do prêmio, a carta verde é emitida com o período final.

2. Gestão de contratos (redução significativa ou suspensão da atividade)

- Alteração do contrato - redução do prêmio, de acordo com as regras do contrato e do Decreto e sem cobrança de encargos.
- Alteração do fracionamento do prêmio sem impacto dos encargos.

Plano de contingência

O plano de contingência da Covid-19 foi baseado no nosso plano de continuidade de negócios (PCN), que leva em consideração o cenário de dificuldades de acesso às instalações. Procurou-se ainda antecipar a decisão sobre o Estado de Emergência, anunciado a 18.03 pelo Presidente da República e pelo Governo a 20.03.

As iniciativas começaram a ser desenhadas em 13.03, e de 16.03 a 18.03 todos os colaboradores da VICTORIA com funções que não os obrigassem a permanecer no trabalho (98% dos colaboradores) passaram a trabalhar à distância. A prioridade foi garantir que pudessem realizar as suas

atividades normais remotamente. Para tal, foi necessário encontrar soluções e ferramentas de portabilidade (ou outro hardware) e/ou acesso via VMWare ou VPN a todos os colaboradores que, no exercício das suas funções normais, ainda não dispunham dessas ferramentas de trabalho. Em particular, o processo associado à gestão de contactos, que, devido à necessidade de retirar do edifício toda a equipa que o realiza, passou a ser efetuado por colaboradores da VICTORIA, normalmente responsáveis por um serviço de segunda linha.

No entanto, dada a tipologia das ferramentas de apoio ao processo implementadas na VICTORIA (arquivo ótico, digitalização de documentos, processo de cotações (GPN), Portal do Agente, etc.), todos os processos considerados críticos em termos de continuidade foram assegurados à distância.

Contudo, manteve-se a necessidade de presença para as seguintes atividades (a que correspondem 2% dos colaboradores):

- Gestão documental (recebimento e envio de correspondência física e digitalização) – 2 dias por semana;
- Centro de Dados: execução de processos informáticos diários e impressão contínua - diário;
- Manutenção das instalações (por exemplo, eletricitista) – quando necessário.

No sentido de melhor corresponder às necessidades dos nossos clientes efetuámos também os seguintes ajustamentos aos nossos procedimentos:

- Processo de emissão de apólices /modificações, e assinatura de documentos: aceitámos que todos os documentos digitalizados fossem enviados ao distribuidor que os encaminharia através do portal do agente.

- Na ausência de sinistros, um contrato pode ser “suspenso” a pedido do cliente, desde que acompanhado da prova da suspensão da atividade, nos termos legais, podendo os efeitos do contrato serem retomados logo que a situação existente seja ultrapassada.

- Processo de gestão de sinistros: a VICTORIA aceitou participação eletrónicas.

- As peritagens e avaliações de danos materiais também foram aceites por meios eletrónicos;

Relativamente aos diferentes ramos de atividade foram tomadas as seguintes decisões:

Seguro saúde

Reconhecendo a importância da realização de testes de diagnóstico para o COVID-19 (com prescrição médica), foi decidido reembolsar a 100% o custo associado.

Por outro lado, os clientes VICTORIA podem continuar a contar com um serviço médico 24 horas por dia, 7 dias por semana, onde uma equipa de médicos está totalmente

disponível via email, telefone ou vídeo chamada.

Construção

A pedido do tomador do seguro, e tendo em consideração o Estado de Emergência, a VICTORIA considerou a paralisação das obras previstas no contrato, pelo prazo máximo de 60 dias, sem aplicação de nenhum prémio adicional, as garantias contratadas permanecendo em vigor.

Multirisco empresarial

Foi flexibilizada, em caso de sinistro, uma margem de 10% para garantia de stocks, sem prémio adicional ou necessidade de comunicação.

Automóvel

A pedido do cliente, foi possível retirar as garantias opcionais (não havendo terceiros interessados e sinistros), com o respetivo reembolso. A carta verde passou a ser enviada por forma digital.

Acidentes de trabalho

A pedido do cliente, na sequência de uma situação de layoff, a VICTORIA atualiza os prémios de acordo com o valor da nova folha de remunerações comunicada à Segurança Social. No que se refere às atividades de Restauração e Supermercados, a VICTORIA garante a cobertura do serviço de “entrega ao domicílio”, mediante pedido e acordo técnico, devendo para o efeito identificar os respetivos funcionários e salários vinculados a esta atividade.

Acidentes pessoais - viagens

A pedido do cliente, a VICTORIA considerou as seguintes situações:

- Viagem cancelada: cancelamento do prémio, mediante comprovativo do cancelamento da viagem;
- Viagem cancelada e remarcada para outra data: utilização do prémio pago para cobrir o risco da nova viagem.

Outras medidas

Mantivemos uma comunicação contínua no site e junto dos canais de distribuição.

Criámos uma Linha telefónica e e-mail dedicados ao Covid-19

Emitimos recomendações, medidas cautelares e ações para clientes, distribuidores e terceiros

Reforçámos a informação nomeadamente garantias, exclusões e serviços de assistência

Publicámos um guia prático em vídeo para trabalho à distância

Todos os questionários de produtos de saúde e vida ficaram disponíveis em formato PDF editável, no portal VICTORIA.net

PRÉMIOS

O volume de prémios brutos emitidos atingiu EUR 84.884.550 (2019: EUR 85.267.030) evidenciando uma ligeira

redução de 0,4% (2019: aumento de 0,1%).

Analisando mais detalhadamente a evolução por ramo:

Prémios e entregas	2020	%	2019	%	Var 20/19
NÃO VIDA	84 884 550	100,0%	85 267 030	100,5%	-0,4%
Acidentes de trabalho	7 514 913	8,9%	7 423 851	8,7%	1,2%
Acidentes pessoais	3 037 750	3,6%	6 189 648	7,3%	-50,9%
Saúde	34 142 278	40,2%	32 478 584	38,3%	5,1%
Incêndio	16 340 269	19,2%	15 813 035	18,6%	3,3%
Automóvel	13 620 256	16,0%	13 134 652	15,5%	3,7%
Transportes	7 361 181	8,7%	7 591 740	8,9%	-3,0%
Responsabilidade Civil	2 804 793	3,3%	2 565 937	3,0%	9,3%
Diversos	63 110	0,1%	69 583	0,1%	-9,3%

No ramo de Saúde, acentuou-se a tendência de crescimento registada no ano anterior, a produção cresceu 5,1% (2019: 0,4%), para um total de EUR 34.142.278 (2019: EUR 32.478.584).

Em Incêndio e Outros Danos, verificou-se a confirmação da tendência iniciada em 2018,

a VICTORIA registou um aumento de produção de 3,3% (2019: 3,0%).

O ramo Automóvel assistimos a uma inversão na tendência registada no ano anterior. A variação relativa do volume de prémios registado em 2020 face a 2019, traduziu-se num aumento de 3,7% (2019:

redução de 15,6% face a 2018). Na origem deste comportamento, mantendo a uma política de subscrição rigorosa, a companhia procedeu a um ajuste tarifário cirúrgico e pontual, permitindo desta forma, ser mais competitiva em zonas geográficas e segmentos de mercado criteriosamente selecionados.

No ramo Transportes, apesar da posição que a VICTORIA ocupa no mercado como empresa de referência, face a 2019, verifica-se uma ligeira redução nos Prémios Brutos Emitidos (PBE) de 3,0% (2019: aumento de 18,6%), ao qual corresponde um volume de prémios de EUR 7.361.181 (2019: EUR 7.591.740). Esta evolução está intimamente relacionada com a criteriosa seleção dos riscos subscritos. Este ramo regista em 2020 uma quota na carteira correspondente a 8,7% do total de prémios emitidos, o que compara com os 8,9% registado ano transato. A VICTORIA mantém assim a liderança do mercado neste Ramo.

Acidentes de Trabalho continua a ser um ramo no qual a subscrição de riscos exige particular rigor e prudência, sendo inclusivamente um ramo que continua a ser objeto de ações específicas de controlo por parte da autoridade de supervisão. Em 2020 nesta linha de negócio, a VICTORIA registou, um aumento na produção de 1,2%, variação

SINISTRALIDADE

O valor registado em custos com sinistros de contratos de seguro no exercício de 2020, ascendeu a EUR 49.974.633, o que

à qual, correspondeu uma receita de prémios de EUR 7.514.913, o que compara com o aumento de 2,7% no ano anterior (2019: EUR 7.423.851).

O ramo de Acidentes Pessoais, registou uma evolução bastante negativa em 2020. O volume de prémios apresentou em 2020 um decréscimo face ao ano transato de 50,9% (2019: crescimento de 17,2% face a 2018), para EUR 3.037.750 (2019: EUR 6.189.648). Esta abrupta redução na receita de prémios está intimamente relacionada com o contexto pandémico que marcou o ano de 2020. A diminuição drástica no número de viagens realizadas por força das restrições decorrentes da pandemia, justificam integralmente a variação registada na produção do ramo.

Em Responsabilidade Civil Geral, confirmando a tendência do ano anterior, a VICTORIA registou um acréscimo de produção de 9,3% (2019: de 1,7%), ao qual correspondeu um nível de produção de EUR 2.804.793 (2019: EUR 2.565.937).

A receita gerada nos ramos Diversos apresentou uma redução de 9,3% (2019: aumento de 11,5%). O volume de prémios neste ramo foi de EUR 63.110 (2019: EUR 69.583), representando apenas 0,1% do total de prémios.

significa um decréscimo de 7,5% face a 2019 (2019: EUR 54.004.697).

Destaque para o crescimento desta rubrica registado nos ramos, Incêndio e Outros Danos (18,8%) e Responsabilidade Civil e Diversos (121,5%). O ramo Transportes, manteve um valor idêntico ao registado em 2019, apresentando um ligeiro decréscimo

correspondente a 0,5%. Fruto essencialmente da boa sinistralidade registada. Em sentido contrário, evoluíram os restantes ramos; Saúde (-4,4%), Acidentes Pessoais (-68,8%), Automóvel (-30,5%) e Acidentes de trabalho (-6,0%).

Custos com sinistros	2020	2019	Var 20/19
NÃO VIDA	49 974 633	54 004 697	-7,5%
Acidentes de trabalho	5 612 970	5 968 424	-6,0%
Acidentes pessoais	279 208	894 296	-68,8%
Saúde	22 724 034	23 767 660	-4,4%
Incêndio e outros danos	7 489 536	6 306 750	18,8%
Automóvel	8 754 196	12 593 529	-30,5%
Transportes	3 913 963	3 931 976	-0,5%
Responsabilidade Civil e Diversos	1 200 726	542 062	121,5%

A evolução registada no rácio de sinistralidade dos Ramos Reais, detalhada por ramo foi a seguinte:

Taxa de Sinistralidade	2020	2019	Var 20/19
NÃO VIDA	59,7%	63,0%	-3,3%
Acidentes de trabalho	74,2%	79,7%	-5,5%
Acidentes pessoais	9,1%	14,6%	-5,5%
Saúde	67,0%	72,8%	-5,8%
Incêndio e outros danos	46,6%	41,1%	5,5%
Automóvel	66,9%	90,0%	-23,2%
Transportes	55,2%	52,2%	3,0%
Responsabilidade Civil e Diversos	42,0%	20,8%	21,1%

Destacam-se assim, os seguintes aspetos:

- Globalmente, verificou-se em 2020 uma melhoria quase transversal a todos os ramos relativamente a 2019. Contudo, nem todos os ramos apresentaram o mesmo comportamento. Os ramos que apresentaram uma degradação no indicador em análise foram, Responsabilidade Civil e Diversos

(+21,1%), Transportes (+3,0%) e Incêndio e outros danos (+5,5%). Em sentido contrário evoluíram os restantes ramos.

- Assistimos a um desagravamento na sinistralidade do ramo Automóvel de 23,2 p.p. situando-se nos 66,9% (2019: 90,0%), resultando, entre outros efeitos da política de subscrição da empresa.

- Em Acidentes de Trabalho, contrariamente a 2019, registou-se uma evolução positiva no rácio de sinistralidade. O Rácio de Sinistralidade situou-se nos 74,2% (2019: 79,7%) o que representa uma diminuição de 5,5 p.p. Tal ficou a dever-se fundamentalmente à revisão de alguns processos de sinistro ocorridos em anos anteriores.
- Em Saúde, o rácio de sinistralidade sofreu uma redução de 5,8%. A sinistralidade foi de 67,0%, valor que compara com os 72,8% registados em 2019. Prevemos que com a esperada evolução favorável da pandemia, venha a registar-se um aumento significativo dos custos, refletindo a realização de atos preventivamente adiados. Para o bom desempenho do indicador, contribuiu ainda a manutenção do rigor na seleção de riscos no momento da subscrição.
- Em Acidentes Pessoais, o rácio desceu para 9,1%, (2019: 14,6%), com a sinistralidade registada no ano tendo ficado em 10,5% (2019: 15,7%). A de sinistralidade de anos anteriores teve o mesmo comportamento, regredindo 1,5% (2019: (-) 1,1%).

Com base trimestral é efetuada a verificação da adequação global de provisões recorrendo à aplicação de modelos determinísticos. Para além da atividade já referida, procede-se mensalmente ao acompanhamento das provisões registadas. Sempre que necessário, os eventuais ajustamentos resultantes desta análise são refletidos nos resultados da empresa. A aplicação facultativa, de modelos estocásticos para realização do teste à suficiência de provisões também é realizada. Da aplicação dos referidos modelos, não resulta a identificação de qualquer situação de provisionamento insuficiente.

O estudo efetuado no encerramento do exercício permite ainda constatar, que existe no encerramento dos sinistros libertação de provisão, reflexo da política de prudência seguida pela companhia, ao nível do provisionamento dos sinistros. Das análises efetuadas ao custo médio de abertura de sinistros e ao respetivo custo de encerramento, efetuadas no final de cada ano, regista-se na generalidade dos exercícios um Run-off positivo.

RESSEGURO CEDIDO

A VICTORIA manteve a sua política de resseguro, transferindo parte dos riscos por si assumidos através de tratados de resseguro adequados ao seu perfil de carteira. A contratação e seleção da pool de resseguradoras é efetuada de uma forma

criterosa e de acordo com a sua capacidade financeira e a política do Grupo SMA. Continuamos assim, simultaneamente, a privilegiar relações com resseguradores financeiramente sólidos e a proceder a uma adequada dispersão dos riscos.

Resseguro cedido NÃO VIDA	2020	2019	Var 20/19
Resultado	-7 161 734	-7 755 243	-7,7%
Prémios adquiridos cedidos	-45 896 962	-46 513 709	-1,3%
Comissões	16 904 427	15 602 759	8,3%
Sinistros e variação de provisões	21 830 801	23 155 707	-5,7%

CUSTOS POR NATUREZA A IMPUTAR

Os custos por natureza a imputar atingiram EUR 16.595.121 (2019: EUR 16.254.652) o que se traduz num aumento de 2,1% (mantendo a tendência de crescimento registado em 2019 (2019: 13,1%).

Tal como em 2019, com o objetivo de refletir o real custo dos projetos informáticos, a VICTORIA procedeu à incorporação dos custos diretamente imputáveis aos mesmos. Manteve-se a externalização pontual de algumas atividades em detrimento do reforço pontual dos quadros. Esta decisão está intimamente ligada à evolução do mercado de trabalho especializado em algumas áreas. Por outro lado, em consequência da Pandemia, algumas atividades anteriormente externalizadas, foram incorporadas pela companhia. É disso exemplo, o centro de atendimento

telefónico, serviço que passou a ser assegurado na íntegra, por colaboradores VICTORIA em regime de trabalho remoto. O valor registado em 2020 em custos com pessoal, foi de EUR 9.443.867 (2019: EUR 9.059.602), o que se traduz num aumento de 4,2% face ao registado no exercício anterior. Tal como em 2019, em sentido contrário evoluíram os Fornecimentos e Serviços Externos, tendo sido registado uma diminuição de 11,6% o que compara com a evolução registada no ano anterior (2019: 6,1%). O montante afeto a esta rubrica foi de EUR 4.119.465 (2019: EUR: 4.660.455). Esta redução no custo com fornecimento e serviços externos ficou a dever-se fundamentalmente à já referida internalização de algumas atividades, bem como, o adiamento inevitável de algumas iniciativas por força da situação pandémica

vivida. A rubrica amortizações do exercício registou um agravamento de 21,0% face ao registado no exercício anterior. Esta evolução, traduz como esperado, o impacto da entrada em produção de alguns projetos informáticos. O rácio de Custos por Prémios brutos adquiridos sofreu um ligeiro aumento face ao ano anterior, passando de

19,0% em 2019 para 19,8% no final de 2020. Esta evolução, explica-se igualmente, pelo aumento significativo da variação da provisão para prémios não adquiridos. Em 2020 esta provisão foi reforçada em EUR 1.204.540 enquanto que em 2019, tínhamos assistido a uma libertação de EUR 485.533 nessa mesma rubrica.

Custos por natureza a imputar	2020	2019	Var 20/19
Total	16 595 121	16 254 652	2,1%
Custos com pessoal	9 443 867	9 059 602	4,2%
Fornecimentos e Serviços Externos	4 119 465	4 660 455	-11,6%
Impostos e Taxas	444 220	495 397	-10,3%
Amortizações	2 345 523	1 939 228	21,0%
Juros e Comissões	242 046	99 971	142,1%
% Prémios brutos adquiridos	19,8%	19,0%	0,9%

RÁCIO COMBINADO NÃO VIDA

O rácio combinado líquido de resseguro da atividade Não Vida, registou uma evolução

favorável de 7,3 % face ao registado em 2019, situando-se nos 92,4% (2019: 99,8%).

Rácio combinado líquido de resseguro	2020	2019	Var 20/19
NÃO VIDA	92,4%	99,8%	-7,3%
Acidentes de trabalho	104,3%	99,3%	5,0%
Acidentes pessoais	77,3%	97,6%	-20,2%
Saúde	76,3%	90,9%	-14,6%
Incêndio e outros danos	102,8%	94,8%	8,0%
Automóvel	99,3%	115,3%	-16,0%
Transportes	84,2%	82,7%	1,5%
Responsabilidade Civil e Diversos	55,2%	46,6%	8,6%

O rácio combinado líquido, registou alterações no seu desempenho ao nível das diferentes linhas de negócio que para o apuramento do mesmo contribuem. Registaram evolução positiva, os Ramos, Acidentes de Pessoais (-20,2% comparativamente ao ano anterior), Saúde (-14,6 face a 2019) e Automóvel, com

menos 16% comparativamente ao período homologado. Em sentido contrário evoluíram os ramos; Responsabilidade civil e Diversos (8,6% por comparação com o exercício anterior), Acidentes de Trabalho com mais 5 p.p., Transportes, com um agravamento face a 2019 que se cifra em 1,5% e finalmente, Incêndio e Outros Danos com

um aumento de 8% face a 2019. Contrariamente ao verificado em 2019, em 2020 registou-se um aumento de provisões para riscos em curso no montante global de EUR 230.810 (2019: libertação de EUR 934.324).

O reforço ou menor libertação da Provisão para Riscos em Curso, foi particularmente evidente nos ramos Saúde com um reforço de EUR 326.011 e Automóvel, cuja libertação foi de apenas EUR 49.865.

Procedeu-se à libertação da provisão em análise nos ramos, Responsabilidade Civil e

Diversos (EUR 28) e Multiriscos (EUR 111.651). Em contrapartida, foi reforçada esta mesma provisão no Ramo Transportes (EUR 66.643).

Estas variações obedecem aos princípios prudenciais de cálculo emanados pela autoridade de supervisão (ASF), através da Carta-Circular N.º 12/2020, de 23 de dezembro : Orientações sobre o cálculo das provisões técnicas no âmbito da situação excecional relacionada com o surto pandémico coronavírus - COVID-19.

Var. Provisão para Riscos em Curso	2020	2019	Var 20/19
NÃO VIDA	-230.810	934.324	-1.165.134
Saúde	-326.011	0	-326.011
Acidentes de Trabalho	0	0	0
Acidentes Pessoais	0	11.444	-11.444
Multiriscos	111.651	478.785	-367.134
Automóvel	49.865	442.193	-392.328
Transportes	-66.343	0	-66.343
Responsabilidade Civil e Diversos	28	1.902	-1.874

Nota: (+) libertação / (-) reforço

RECURSOS HUMANOS

No final de 2020 a VICTORIA tinha um total de 293 empregados (85 Vida e 208 Seguros) (2019: 291). A média etária era de 45,47 (2019: 44,49) anos, a antiguidade média no Grupo era de 14,30 (2019: 13,72) anos e a percentagem de colaboradores do sexo feminino era de 55,63 % (2019: 55,7%). Em termos de estrutura de graus de habilitações literárias, em 2020, 57,0%

(2019: 56,4%) dos colaboradores possuíam qualificações ao nível do ensino superior universitário.

Dando seguimento às normas constantes no Acordo Coletivo de Trabalho celebrado entre a VICTORIA e os sindicatos STAS, SISEP e SINAPSA publicado em 08/06/2020, e de acordo com o Contrato Constitutivo do seu Fundo de Pensões, nomeadamente quanto

ao seu Plano de Pensões de Contribuição Definida, a VICTORIA efetuou em 2020 contribuições no total de EUR 149.553,41 (2019: EUR 146.288,07) para o mesmo Plano de Contribuição Definida, para afetação aos planos individuais dos seus Colaboradores.

O anterior Plano de Pensões de Benefício Definido, mantém-se em vigor para garantir

o pagamento das pensões dos beneficiários que já se encontravam a receber uma pensão através do Fundo de Pensões VICTORIA e as atualizações de pensões dos Colaboradores já reformados ao abrigo deste Plano de Benefício Definido, agora alterado.

Formação

O novo contexto que vivemos durante 2020 caracterizou-se pela mudança de paradigma na formação. O avanço acelerado das novas tecnologias permitiu que muitas das metodologias formativas então totalmente orientadas para a vertente presencial passassem a ser desenvolvidas remotamente. A formação à distância ganhou assim um novo espaço, apresentando-se como uma oportunidade de valorização pessoal e profissional muito interessante, quando encarada com rigor e qualidade nas metodologias pedagógicas adotadas.

A VICTORIA, através do seu Campus fez este percurso e adaptou-se rapidamente aos novos contextos da formação à distância e exponenciou a formação e-learning e o live training através das suas plataformas colaborativas. Proporcionou aos seus colaboradores formação contínua, nomeadamente em matérias regulatórias e

no portfólio de Produtos em comercialização.

Desenvolveu competências tecnológicas, entre outras áreas de competências específicas, por forma a colmatar e desenvolver as necessidades de formação identificadas.

Destaca-se o Programa de Liderança, transversal a todas as hierarquias intermédias, numa primeira fase desenvolvido em formato presencial e posteriormente com sessões de follow-up em formato de webinar, integrado na Academia de Gestão e Liderança. O seu objetivo foi dotar os nossos responsáveis de equipa a exercer a sua liderança de forma mais eficaz, desenvolvendo a comunicação, motivação e acompanhamento do desempenho das suas equipas.

Destacamos como principais indicadores de formação:

2020 Indicadores Globais de Formação	TOTAL
Ações de formação realizadas	35
Horas de formação realizadas	6.189
Nº de participações de colaboradores em formação	541

Os diversos programas de formação desenvolvidos através das Academias de Formação que integram o nosso Campus

VICTORIA, apresentam a seguinte distribuição:

CAMPUS VICTORIA Academias de Formação	Distribuição (horas de formação)
Academia de Conteúdos Técnicos	88,6%
Academia de Gestão e Liderança	10,1%
Academia de Vendas	1,3%

Destacamos ainda que 92,3% do total de horas de formação foram desenvolvidos por entidades formadoras externas, nomeadamente em ações de formação orientadas ao desenvolvimento de competências técnicas, tecnológicas e comportamentais.

A formação interna representou 7,7% do total de horas de formação e incidiu, como acima mencionado, em matérias regulatórias como a Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, a 234 horas ministradas ao longo do ano.

Comunicação Interna

Também a comunicação interna assumiu em 2020 uma relevância fundamental. Foi ela que nos permitiu manter a VICTORIA

Conformação para Empresas de Seguros e a oferta de Produtos de diversos Ramos de Seguros em comercialização na VICTORIA.

No âmbito da Formação a Canais de Mediação, foram desenvolvidas 409 horas de formação, num total de 24 programas de formação a diversos públicos-alvo, como Mediadores de Seguros e outros parceiros de negócio. Do total das horas ministradas, destaca-se ainda o Plano de Formação destinado aos Consultores do Canal Pessoais que contou com

continuamente mais próxima de todos os colaboradores. Utilizámos a comunicação de forma consistente, com maior empatia e

humanização; assente numa preocupação constante de garantir um conjunto de informação que demonstrasse o empenho da VICTORIA com a segurança dos colaboradores e suas famílias e por outro lado fosse essa mesma comunicação um catalisador dos valores e cultura da empresa numa lógica de facilitar a não disrupção da operação.

Desde o início do contexto de pandemia, que a VICTORIA tem adotado diversas iniciativas, utilizando amplamente os canais de comunicação da empresa por forma a assegurar que a informação chega aos

Responsabilidade Social VICTORIA

Numa época em que a solidariedade e entreajuda ganham ainda mais ênfase, a VICTORIA quis fazer a diferença através de várias iniciativas solidárias, maioritariamente externas.

Sabendo que a saúde é um bem essencial mais do que nunca, é preciso ajudar os mais frágeis a continuarem a aceder aos serviços de saúde, medicamentos e produtos de que necessitam para viver. Por isso mesmo, continuámos a ser membros da Dignidade e a apoiar o seu programa solidário Abem, e ajudámos com um donativo para a missão desta associação que visa precisamente um bem maior junto daqueles que se encontram em situação de carência

nossos colaboradores de forma direta e assertiva.

Destacamos, para além da informação de cariz institucional, o lançamento da nossa newsletter interna digital - **#VICTORIAemcasa** – que contempla temas originais, artigos de interesse, *Tedtalks*, e ainda uma rubrica que pretende dar conhecer um conjunto de ações e projetos relevantes que estamos a desenvolver a cada momento na VICTORIA, em alinhamento com a nossa missão e valores, e que nos permite conhecer o outro lado da nossa grande família VICTORIA, partilhando aquilo que de melhor se faz dentro de casa... da NOSSA casa

económica e não conseguem comprar os medicamentos que precisam.

Também a Fundação Salvador que tem como missão promover a inclusão das pessoas com deficiência motora na sociedade e melhorar a sua qualidade de vida, potenciando os seus talentos e sensibilizando para a igualdade de oportunidades, contou este ano com o apoio da VICTORIA. Passámos um Natal mais próximo desta Fundação contribuindo com a aquisição de enfeites que coloriram as árvores de todas as nossas casas.

Mais uma vez a Helpo fez parte do portefólio de associações de responsabilidade social que apoiámos.

A Helpo e o seu trabalho junto das instituições locais, para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, nomeadamente das áreas ligadas à infância, educação e saúde materno-infantil e nutricional, como setores chave de intervenção, nomeadamente nos países em via de desenvolvimento e em particular neste caso, em Moçambique, mereceu a nossa atenção.

O seu trabalho a providenciar bens e cuidados básicos de sobrevivência a mais de 16 mil deslocados, sobretudo mulheres, muitas delas grávidas, crianças e bebés, que chegaram às comunidades apoiadas pela Helpo, em Cabo Delgado e Nampula mereceram a nossa atenção.

A Associação “CASA – Centro de Apoio ao Sem Abrigo” foi também uma das instituições eleitas para nossa parceira nestas ações de olhar para o outro como alguém que precisa da nossa ajuda.

A sua missão é auxiliar aqueles que se encontram em situação de Sem-Abrigo, que integrem Famílias em Risco ou Famílias Carentiadas, através de ações de solidariedade social, disponibilizando um contacto próximo, bens alimentares, artigos de vestuário e serviços de reintegração social, independentemente do estrato

social, etnia, religião ou género. A VICTORIA não ficou alheia a esta missão.

E a VICTORIA também olhou para a sua zona de inserção geográfica apoiando o Centro Paroquial de São Romão em Carnaxide. Participámos na campanha “Há amor nesta CA(U)SA” produzindo t-shirts cujo valor da venda reverteu para o apoio na aquisição de matérias de proteção para idosos.

Mantivemos igualmente os nossos programas de responsabilidade social interna, como a reutilização pelos nossos Colaboradores de manuais escolares e/ou doação ao Banco Alimentar contra a Fome e convertidos em bens alimentares, o Programa Grão a Grão que visa apoiar um conjunto de famílias carenciadas ou mesmo a recolha de tampinhas de plástico, contribuindo assim para a melhoria do meio ambiente e para apoio a causas específicas). Este foi um ano de novas experiências para todos. Exigiu que nos tivéssemos que adaptar e até reinventar. Pediu-nos resiliência, criatividade e perseverança. Para além de tudo isso, conseguimos de alguma forma contribuir com o melhor de nós, ajudando a VICTORIA a cumprir este seu compromisso de ter a responsabilidade social presente no seu dia a dia.

INVESTIMENTOS

A VICTORIA Seguros S.A., faz parte do grupo VICTORIA em Portugal e a nível internacional do grupo SMA. A gestão de

investimentos é efetuada através de mandato celebrado com a empresa SMA Vie.

No corrente ano manteve-se a linha orientadora da estratégia de investimentos, continuando a dar prioridade à seleção de ativos com maior segurança, em alternativa a ativos que pudessem eventualmente gerar mais rendimento.

A gestão foi acompanhada de forma regular pelo Comité de Gestão Ativo Passivo, constituído por representantes das áreas financeira, atuarial, técnica e de risco.

Foram também definidos processos locais de monitorização do risco de crédito e do

risco de taxa de juro para acompanhamento do efeito na cobertura da margem de solvência.

A carteira de investimentos cresceu em 2020 para um montante global de EUR 104.956.388 (2019: EUR 99.309.321), o que representa uma variação anual de 5,7%. A principal rubrica de investimento mantém-se os “Títulos e Participações Financeiras” com um peso relativo de 91,8% (2019: 96,3%). A carteira de investimentos apresenta a seguinte distribuição:

Carteira de Investimentos	2020	%	2019	%	Variação 20/19
Total	104.956.388	100,0%	99.309.321	100,0%	5,7%
Titulos e Participações Financeiras	96.336.357	91,8%	95.608.877	96,3%	0,8%
Imóveis	571.300	0,5%	726.210	0,7%	-21,3%
Outros Activos Financeiros	8.048.731	7,7%	2.974.235	3,0%	170,6%

A carteira de títulos foi avaliada em EUR 96.336.357 (2019: EUR 95.608.877) e a 31

de dezembro de 2020 apresentava a seguinte distribuição:

Carteira de Investimentos	2020	%	2019	%	Variação 20/19
Total	104.956.388	100,0%	99.309.321	100,0%	5,7%
Titulos e Participações Financi	96.336.357	91,8%	95.608.877	96,3%	0,8%
Imóveis	571.300	0,5%	726.210	0,7%	-21,3%
Outros Activos Financeiros	8.048.731	7,7%	2.974.235	3,0%	170,6%

Em 2020 o abrandamento do ritmo de crescimento económico global, impulsionado entre outros fatores pelos efeitos da pandemia com origem no Covid-19, ditou a manutenção da política monetária expansionista dos principais bancos centrais. De facto, quer a Reserva Federal, quer o Banco Central Europeu introduziram medidas de estímulo monetário, que conjuntamente com o cenário recessivo que rapidamente e globalmente se assumiu, acabaram por

ditar uma descida acentuada das taxas de juro ao longo do ano. Neste contexto, a gestão deu continuidade à estratégia de redução a Fundos de Tesouraria e em simultâneo, reforço a sua exposição aos mercados acionistas através de Fundos de Investimento (ambos incluídos na rubrica “Outros”) e reforçou a alocação a emissões de obrigações de Dívida de Empresas. Assim, a exposição à classe de ativos Dívida Pública diminuiu 4,1% milhões de euros, passando a representar 23,0% (2019:

Relatório do Conselho de Administração

24,1%) da carteira de títulos. Esta variação foi parcialmente compensada pela subida de 0,4%, na classe de ativos Obrigações Diversas que manteve o estatuto de classe de ativos mais representativa: 72,0% (2019: 72,2%). Relativamente aos restantes ativos, em resultado da referida redução no investimento em fundos de tesouraria e do

investimento em fundos de investimento de ações, temos um peso relativo na carteira de 5,0% (2019: 3,6%). No que se refere à qualidade de crédito da carteira de títulos é de registar que 79,2% (2019: 83,9%) detém notação de crédito de investimento, ou seja notação superior ou igual a BBB.

Rating	2020	2019	Variação anual
AAA	8,5%	9,0%	-0,5%
AA	15,4%	25,7%	-10,4%
A	26,8%	25,1%	1,7%
BBB	28,5%	24,0%	4,5%
BB	1,2%	0,7%	0,5%
B	0,0%	0,2%	-0,2%
NR	19,6%	15,3%	4,3%

No sentido de reforçar os capitais de solvência da VICTORIA-Seguros de Vida, S.A., foi concedido um empréstimo de 5 Milhões de Euros com uma maturidade de 30 anos e uma taxa de juro fixa de 4% ao ano.

O resultado de investimentos desceu em 2020 cerca de 1,4% para um montante total

de 859.177 EUR (2019: 871.035 EUR). Esta variação foi influenciada pelo aumento dos rendimentos obtidos justificada pelo já assinalado aumento dos ativos sob gestão. A rubrica de rendimentos apresentou um crescimento de 16,1% para 965 mil euros.

Proveitos de Investimentos	2020	2019	Var.
Total	859.177	871.035	-1,4%
Rendimentos	965.135	830.960	16,1%
Ganhos Realizados	33.514	163.668	-79,5%
Perdas Provenientes de Alienação -	139.472	123.592	12,8%
Perdas por Imparidade	-	-	0,0%

MEIO AMBIENTE

Em resposta à situação de pandemia decretada em 2020 – COVID-19 e, como principal medida de mitigação do risco de

contágio, todos os Colaboradores da VICTORIA com funções compatíveis para uma situação de trabalho por acesso

remoto, passaram a exercer as suas funções a partir dos seus domicílios, no período compreendido entre 19 de março a 31 de maio de 2020, numa primeira fase, e de 04 de novembro a 31 de dezembro 2020, numa segunda fase.

Mesmo assim, no período intercalar destas fases, o regresso dos Colaboradores às instalações foi progressivo e faseado, tendo-se optado pela prática de desfasamento de horários e regimes de turnos, com recurso ao trabalho remoto total, sempre que as situações individuais assim o requeriam.

Consequência óbvia deste plano de proteção desenhado para mitigação do risco de contágio foi a natural redução de consumíveis em 2020.

A VICTORIA, no entanto, manteve a atenção especial que sempre dedica à proteção do meio ambiente. Neste contexto inserem-se medidas que visam a poupança de energia e a utilização de meios de trabalho que reduzam o mais possível os efeitos negativos em termos ambientais.

Assim verificámos que, para além dos impressos publicitários e de alguns outros formulários de menor volume, o nosso consumo de papel assenta primordialmente em folhas A4, cujo consumo foi de 1,3 (2019: 1,9) milhões de folhas. Acreditamos que esta continuada e progressiva redução de consumo de papel, que se tem verificado nos últimos anos, é uma consequência direta de alguns mecanismos

implementados pela empresa (apostas na digitalização, na portabilidade, nas medidas de controlo de desperdício, etc.) e na consciencialização de todos para uma melhor atitude ambiental. Não parecendo por isso, neste caso particular, uma consequência direta da situação pandémica.

Com a separação do nosso lixo, enviámos para reciclagem 1,7 (2019: 7,2) toneladas de papel e cartão, utilizando para o efeito o sistema de recolha Eco ponto da Câmara Municipal de Oeiras.

Os consumos de energia e água no nosso Edifício de Miraflores, situaram-se em 705.510 (2019: 756.754) KW/H de energia elétrica, 18.466 (2019: 23.366) m³ de gás natural e 2.633 (2019: 3.539) m³ de água. Reduções dos consumos na ordem dos 7% na eletricidade, 21% no gás natural e 26% na água.

Esta é uma indicação clara e rápida de que muitos dos custos relacionados com estas três tipologias de consumo estão associadas a uma não exclusiva presença no edifício, mas a um assegurar permanente de todas as atividades necessárias para que não exista disrupção na nossa operação.

O consumo nas nossas Delegações e Escritórios, excluindo o situado no Edifício VICTORIA, foi de 70.490 (2019: 87.794) KW/H de energia elétrica e de 278,00 (2019: 575,00) m³ de água.

GESTÃO DE RISCOS E CONTROLO INTERNO

Em 2020, manteve-se o alinhamento do modelo de gestão de risco e sistema de governação da VICTORIA à realidade do grupo SMA. A estrutura organizacional que suporta o desenvolvimento do Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno manteve-se também assente no modelo das três linhas de defesa, suportada pela existência de Comités específicos.

No que diz respeito à área de Gestão de Riscos, enquadrando-se na segunda linha de defesa, integrou no ano em análise a Direção Financeira e de Gestão de Riscos, tendo como principal missão garantir a existência de um Sistema de Gestão de Riscos adequado e eficaz, que permita identificar, mensurar, monitorizar e comunicar os riscos nas suas diversas vertentes e dimensões, possibilitando à gestão e tomada de decisão incorporar este conhecimento.

Os Comités que suportam diretamente e garantem o desenvolvimento contínuo da gestão baseada no risco são: Comité de Risco, Comité Gestão Ativo Passivo, Comité de Subscrição e Comité de Risco Operacional. Todos eles mantiveram o âmbito e a estrutura face ao ano transato. Nestes comités participam as funções chave, nomeadamente no Comité de Risco que tem uma periodicidade mínima trimestral e conta com a participação do

Responsável da função chave gestão de risco.

Dando continuidade à implementação do novo regime de Solvência II, destaca-se um aumento do nível de maturidade deste sistema e respetiva integração na gestão e tomada de decisão, assinalando-se as seguintes atividades:

- Reporte extraordinário de SII determinado pela ASF no âmbito do contexto de pandemia;
- Reporte quantitativo e narrativo anual integral;
- Reporte quantitativo trimestral;
- Certificação por parte do Revisor Oficial de Contas e dos Atuários Responsáveis dos resultados de Solvabilidade, bem como da informação a disponibilizar ao público;
- Revisão anual da matriz de grandes riscos, mantendo o alinhamento da mesma com a metodologia do grupo e métricas de solvência II de forma a monitorizar de perto e mitigar a exposição aos riscos de maior impacto;
- Revisão anual das políticas existentes garantindo o contínuo alinhamento com o grupo;
- Elaboração do reporte Avaliação Interna do Risco e da Solvência, a

nível solo e de grupo, permitindo analisar e dando suporte à tomada de decisão para a estratégia definida para os próximos 5 anos;

- Manteve-se a nível do grupo um Comité específico de Qualidade de Dados, reunindo todas as filiais do grupo e garantindo o cumprimento de um adequado desenvolvimento e implementação de uma Política de Qualidade de Dados, tendo por base a fiabilidade dos valores apurados em termos de solvência e gestão do negócio, nomeadamente com a identificação dos dados sensíveis e respetivos controlos;
- Formalização da identificação das funções-chave junto do supervisor.

Relativamente ao Sistema de Controlo Interno, em particular no âmbito do Risco Operacional, destacam-se em 2020 as seguintes atividades na gestão e mitigação deste risco:

- Manteve-se o desenvolvimento da gestão do risco operacional e respetivos controlos alinhados com a metodologia do grupo;
- Continuação da atualização dos processos e da matriz de risco operacional;

- Gestão do Registo de Incidentes/Perdas, na ferramenta eFront;
- Gestão do Registo sobre a avaliação dos riscos e controlos na ferramenta eFront;
- Acompanhamento e gestão de implementação de melhorias;
- Realização de ações de formação sobre Risco Operacional e sistema suporte (eFront), aos GeCIPs (Gestores de Controlo Interno Permanente).

As ações estratégicas delineadas pela área de Gestão de Riscos para o ano de 2021, são as seguintes:

- Continuação da implementação integral do regime de Solvência II e otimização do mesmo, nomeadamente a nível de reporte quantitativo e qualitativo, aumentando a cada ano o nível de maturidade deste sistema;
- Continuação do desenvolvimento de uma gestão de riscos eficaz, com o desenvolvimento de modelos robustos que permitam efetuar análises individuais (por produtos e/ou linhas de negócio) e análises agregadas dos riscos, com maior ou menor nível de granularidade;
- Suporte a nível de análises e respetiva comunicação que permita

Relatório do Conselho de Administração

uma gestão e tomada de decisão conhecedora do risco a que se encontra exposta, a curto e médio prazo;

- Consolidação da nova metodologia de gestão de risco operacional, e consequente atualização das respetivas matrizes para os vários processos e a avaliação da eficácia do Sistema de Controlo Interno;

- Iniciar a implementação das Normas contabilística IFRS 17 e IFRS 9 no âmbito da gestão de riscos;
- Dinamização da cultura de risco por toda a organização.

O rácio de cobertura do SCR e o rácio de cobertura do MCR dos dois últimos exercícios foi o seguinte:

	31/12/2020	31/12/2019
SCR	18.645.198	17.688.852
Rácio de Cobertura SCR	252,7%	260,5%
MCR	5.418.840	5.542.231
Rácio de Cobertura MCR	869,5%	831,5%
Fundos Próprios Elegíveis SCR	47.116.323	46.082.935
Fundos Próprios Elegíveis MCR	47.116.323	46.082.935

OUTRAS INFORMAÇÕES

Não existem quaisquer compromissos financeiros, significativos para a apreciação

da situação financeira da empresa, que não figurem no balanço.

LIGAÇÕES DE GRUPO, RECURSOS COMUNS

A VICTORIA – Seguros, S.A. é uma empresa do Grupo Segurador SMA com sede social em Paris, França. O Grupo SMA opera em todas as linhas de negócio Vida e Não Vida, e é, em conjunto com as mútuas filiadas à SGAMBTP, líder no sector de seguros para a indústria da construção em França. A aquisição da VICTORIA enquadra-se na estratégia de crescimento e diversificação do Grupo SMA.

Em Portugal, o Grupo é representado pelo nosso acionista único VICTORIA

Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A. que detém também a totalidade do capital social da VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. As duas empresas de seguros utilizam estruturas comuns, com uma colaboração muito estreita nas áreas administrativa e comercial. A imputação de custos a cada uma das empresas é efetuada na base de critérios objetivos, observando a natureza e o fim da despesa.

RESULTADO DO EXERCÍCIO E PROPOSTA DA SUA APLICAÇÃO

O resultado da conta técnica do seguro não vida foi EUR 2.707.341 (2019: EUR 1.446.509). O resultado do exercício líquido de impostos é de EUR 1.668.261 (2019:

851.143). Propomos que após a dotação de EUR 166.826 à reserva legal, o remanescente de EUR 1.501.438 seja levado a resultados transitados.

CONSOLIDAÇÃO DE RESULTADOS

Para efeitos de consolidação no Grupo Segurador SMA, França são também

elaboradas contas em conformidade com as Normas de Contabilidade Francesas.

PREVISÕES PARA 2021

O volume total de prémios de contratos de seguro em janeiro de 2021 atingiu EUR 17.280.075 (2020: EUR 13.466.188).

Se o exercício 2020 supôs um verdadeiro desafio às suas capacidades de adaptação como Empresa, a VICTORIA defronta, em 2021, um ano que irá oferecer uma visão das suas habilidades para se adaptar a uma realidade em contínua transformação, no âmbito duma pandemia sanitária, derivada da doença ocasionada pelo vírus SARS-Cov-2 (Covid-19), que demora em dar sinais de erradicação e uma conjuntura nacional de abrupta quebra económica e degradação da taxa de desemprego, acompanhadas duma incerteza e volatilidades crescentes, quer no nosso país quer a nível internacional.

Assim sendo, a VICTORIA desenhou, para o exercício 2021, um plano assente na sua estratégia basal de segurador generalista concentrado em determinados nichos de especialidade, procurando o crescimento rentável em todas as linhas de negócio, no

intuito de continuar a responder aos princípios retores que a tem guiado nos últimos anos, nomeadamente os da sustentabilidade e rendibilidade do negócio.

O plano 2021, apoia-se, principalmente, nas seguintes ações:

- Reorganização do modelo de organização comercial interno
- Acentuada dinamização das parcerias de distribuição
- Aumento da proximidade com os distribuidores chave
- Dinamização das parcerias com a COFACE e a PRÉVOIR
- Lançamento de novas parcerias institucionais
- Aumento das ações de proximidade com o cliente digital
- Reforço da presença institucional e da marca VICTORIA
- Penetração de novos mercados, nomeadamente em regime LPS

Relatório do Conselho de Administração

- Novo simulador no Portal Agentes
- Alargamento do Campus VICTORIA à rede de distribuição
- Renegociação com a rede de prestadores
- Aperfeiçoamento das ferramentas de apoio à venda
- Prosecução das atividades inerentes aos projetos regulamentares
- Aumento das capacidades derivadas da obtenção de informação de gestão
- Reforço das estruturas e tecnologias inerentes à segurança dos sistemas de informação
- Implementação de nova ferramenta de avaliação dos recursos humanos
- Lançamento do Portal do Colaborador
- Avanço na implementação do plano de continuidade de negócios
- Desenvolvimento e melhoria dos Portais de Agentes e Clientes

Em 2021, reforçar-se-á, portanto, a execução da estratégia de negócio dos últimos anos, apostando ainda mais na dinamização e proximidade junto da rede de distribuição profissional rentável, o reforço das parcerias estratégicas e a presença institucional VICTORIA nos vários ecossistemas onde a sua oferta diferenciada de produto e posicionamento de especialização são reconhecidos como partes integrantes duma proposta de valor distinta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Queremos agradecer aos Acionistas e aos restantes Órgãos Sociais todo o apoio prestado ao Conselho de Administração e ao Conselho Executivo.

Agradecemos igualmente a todos os Colaboradores da VICTORIA e a todos os Parceiros pela sua dedicação, indispensável para a concretização do projeto da VICTORIA.

30 de março de 2021

O Conselho de Administração

A decorative graphic consisting of two thick, parallel blue curved lines that sweep across the bottom half of the page, framing the section header.

2. Informação Financeira

Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro 2020 e 2019

Notas do Anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício			Exercício Anterior
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	
	ATIVO				
1	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1.429.662		1.429.662	1.356.009
3	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	230		230	230
	Ativos financeiros detidos para negociação			-	-
	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas			-	-
	Derivados de cobertura				
4	Ativos disponíveis para venda participantes	92.992.835		92.992.835	92.274.782
	Instrumentos de capital e unidades de participação	4.846.155		4.846.155	3.472.061
	Títulos de dívida	88.146.680		88.146.680	88.802.721
	Outros				
5	Empréstimos e contas a receber	8.078.695	-	8.078.695	2.996.690
	Depósitos junto de empresas cedentes				
	Outros depósitos			-	
	Empréstimos concedidos	8.048.731		8.048.731	2.974.235
	Contas a receber	29.964		29.964	22.455
	Outros				
6	Investimentos a deter até à maturidade	3.343.292		3.343.292	3.333.865
2	Terrenos e edifícios	571.300	-	571.300	726.210
	Terrenos e edifícios de uso próprio	571.300	-	571.300	726.210
	Terrenos e edifícios de rendimento				
8	Outros Ativos tangíveis	4.946.326	4.378.055	568.271	485.658
8	Inventários	24.356		24.356	16.012
9	Ativos sob direito uso	1.992.076	910.871	1.081.205	1.592.725
	Goodwill				
10	Outros Ativos intangíveis	27.180.069	21.147.742	6.032.327	6.485.391
14	Provisões técnicas de resseguro cedido	20.849.056	-	20.849.056	19.110.933
	Provisão para prémios não adquiridos	7.047.436		7.047.436	6.510.432
	Provisão matemática do ramo vida				
	Provisão para sinistros	13.801.620		13.801.620	12.600.501
	Provisão para participação nos resultados				
	Provisão para compromissos de taxa				
	Provisão para estabilização de carteira				
	Outras provisões técnicas				
12	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	1.048.139		1.048.139	1.029.747
15	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	17.675.453	4.839.049	12.836.404	11.516.252
	Contas a receber por operações de seguro directo	12.624.545	4.775.709	7.848.836	6.863.187
	Contas a receber por outras operações de resseguro	191.663	333	191.330	35.442
	Contas a receber por outras operações	4.859.245	63.007	4.796.238	4.617.623
13	Ativos por impostos	1.102.071	-	1.102.071	959.437
	Ativos por impostos correntes	108.511		108.511	92.667
	Ativos por impostos diferidos	993.560		993.560	866.770
17	Acréscimos e diferimentos	385.891		385.891	434.765
	Outros elementos do Ativo				
	Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas				
	TOTAL ATIVO	181.619.451	31.275.717	150.343.734	142.318.706

Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro 2020 e 2019

Notas do Anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício	Exercício Anterior
	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
	PASSIVO		
14	Provisões técnicas	86.006.555	81.483.258
	Provisão para prémios não adquiridos	17.836.914	16.767.497
	Provisão matemática do ramo vida		
	Provisão para sinistros	60.967.187	58.040.968
	De vida		
	De acidentes de trabalho	27.609.036	26.586.381
	De outros ramos	33.358.151	31.454.587
	Provisão para participação nos resultados	129.369	11.184
	Provisão para compromissos de taxa		
	Provisão para estabilização de carteira		
	Provisão para desvios de sinistralidade	5.772.371	5.593.705
	Provisão para riscos em curso	1.300.714	1.069.904
	Outras provisões técnicas		
	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento		
	Outros passivos financeiros	567.960	478.472
	Derivados de cobertura		
	Passivos subordinados		
	Depósitos recebidos de resseguradores	567.960	478.472
	Outros		
12	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	338.389	321.092
15	Outros credores por operações de seguros e outras operações	9.225.117	7.771.558
	Contas a pagar por operações de seguro directo	4.898.368	3.793.188
	Contas a pagar por outras operações de resseguro	2.787.034	3.013.110
	Contas a pagar por outras operações	1.539.715	965.260
13	Passivos por impostos	3.912.227	3.961.768
	Passivos por impostos correntes	3.275.092	3.445.168
	Passivos por impostos diferidos	637.135	516.600
16	Passivos de locação	1.149.188	1.610.004
17	Acréscimos e diferimentos	3.835.436	3.467.864
29	Outras Provisões	58.688	99.461
	Outros elementos do passivo		
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda		
	TOTAL PASSIVO	105.093.560	99.193.477
	CAPITAL PRÓPRIO		
18	Capital (Acções Próprias)	34.850.000	34.850.000
	Outros instrumentos de capital		
18	Reservas de reavaliação	2.813.598	2.236.002
	Por ajustamentos no justo valor de Ativos financeiros	2.795.998	2.184.841
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	17.600	51.161
	Por revalorização de Ativos intangíveis		
	Por revalorização de outros Ativos tangíveis		
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		
	De diferenças de câmbio		
13	Reserva por impostos diferidos	(633.059)	(503.100)
19	Outras Reservas	34.742.195	34.648.035
	Resultados Transitados	(28.190.821)	(28.956.851)
	Resultado do exercício	1.668.261	851.143
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	45.250.174	43.125.229
	TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	150.343.734	142.318.706

Demonstração de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro 2020 e 2019

Notas do Anexo	Conta de Ganhos e Perdas	Exercício			Exercício Anterior
		Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
	Prêmios adquiridos líquidos de resseguro	37.783.048		37.783.048	39.238.854
22	Prêmios brutos emitidos	84.884.551		84.884.551	85.267.030
	Prêmios de resseguro cedido	(46.433.966)		(46.433.966)	(47.245.322)
	Provisão para prêmios não adquiridos (variação)	(1.204.541)		(1.204.541)	485.533
	Provisão para prêmios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	537.004		537.004	731.613
23	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contábilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	-		-	-
24	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(28.143.833)		(28.143.833)	(30.848.991)
	Montantes pagos	(26.360.519)		(26.360.519)	(29.135.457)
	Montantes brutos	(46.990.202)		(46.990.202)	(49.967.012)
	Parte dos resseguradores	20.629.683		20.629.683	20.831.555
	Provisão para sinistros (variação)	(1.783.314)		(1.783.314)	(1.713.534)
	Montantes brutos	(2.984.432)		(2.984.432)	(4.037.686)
	Parte dos resseguradores	1.201.118		1.201.118	2.324.152
	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	(409.476)		(409.476)	760.240
	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	-		-	-
	Montantes brutos	-		-	-
	Parte dos resseguradores	-		-	-
	Participação nos resultados, líquida de resseguro	(131.117)		(131.117)	(11.507)
31	Custos e gastos de exploração líquidos	(6.780.734)		(6.780.734)	(8.292.718)
	Custos de aquisição	(16.763.499)		(16.763.499)	(17.103.906)
	Custos de aquisição diferidos (variação)	135.124		135.124	(1.706)
	Gastos administrativos	(7.056.786)		(7.056.786)	(6.789.865)
	Comissão e participação nos resultados de resseguro	16.904.427		16.904.427	15.602.759
25	Rendimentos	887.015	78.120	965.135	830.959
	De juros de Ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	887.015	78.120	965.135	830.959
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				
	Outros				
26	Gastos financeiros	(400.313)	(26.361)	(426.674)	(286.665)
	De juros de Ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				
	Outros	(400.313)	(26.361)	(426.674)	(286.665)
27	Ganhos líquidos de Ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	(105.957)	-	(105.957)	40.076
	De Ativos disponíveis para venda	8.469	-	8.469	29.446
	De empréstimos e contas a receber				
	De investimentos a deter até à maturidade				
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado				
	De outros	(114.426)		(114.426)	10.630
	Ganhos líquidos de Ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	-	-	-	-
	Ganhos líquidos de Ativos e passivos financeiros detidos para negociação				
	Ganhos líquidos de Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e				
	Diferenças de câmbio				
	Ganhos líquidos pela venda de Ativos não financeiros que não estejam classificados como Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas				
	Perdas de imparidade (líquidas reversão)	-		-	-
	De Ativos disponíveis para venda				
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado				
	De investimentos a deter até à maturidade				
	De outros				
28	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	8.708		8.708	12.927
29	Outras provisões (variação)		40.692	40.692	24.405
30	Outros rendimentos/gastos		(508.190)	(508.190)	(154.064)
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e				
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial				
	Ganhos e perdas de Ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda				
	RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS	2.707.341	(415.739)	2.291.602	1.313.516
13	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes			(759.556)	(385.894)
13	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos			136.215	(76.479)
	RESULTADO LÍQUIDO DO IMPOSTOS	2.707.341	(415.739)	1.668.261	851.143

Demonstração do Rendimento Integral para os exercícios findos em 31 de dezembro 2020 e 2019

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO ANTERIOR
Resultado líquido do exercício	1.668.261	851.143
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponiveis para venda		
Por via de valorizações/desvalorizações	576.905	1.777.721
Por via de alienações	34.252	22.532
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edificios de uso próprio	(33.561)	12.718
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	(129.959)	(407.918)
Ganhos e perdas actuariais reconhecidas	9.046	60.608
Outras perdas reconhecidas no capital próprio	-	-
Total do rendimento integral	2.124.944	2.316.804

Demonstração de Fluxos de Caixa para os exercícios findos
em 31 de dezembro de 2020 e 2019

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETO	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO ANTERIOR
1 ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos:	109.838.471	164.999.678
Clientes (prêmios recebidos)	87.935.190	91.801.651
venda/amortização de activos financeiros (Inv)	20.786.464	72.246.510
Juros e dividendos (Inv)	1.113.223	951.395
Recebimentos de taxas e impostos	-	122
Regularização c/c Seguradoras	3.594	-
Pagamentos:	107.883.899	163.056.358
Clientes (sinistros & estornos)	41.251.160	41.908.565
Comissões	5.763.975	12.970.327
Resseguradores	9.231.132	9.712.820
Outros prestadores	1.151.398	991.327
Fornecedores diversos	5.623.821	6.371.547
Pagamentos a colabores	4.430.288	4.264.812
Compra de activos financeiros (Inv)	26.125.778	73.661.821
Pagamento de taxas e impostos	14.083.018	13.009.514
Despesas de Viagem	11.696	118.631
Fundo Fixo Caixa	1.287	1.620
Regularização c/c Seguradoras	210.346	45.374
Fluxo das actividades operacionais	1.954.572	1.943.320
2 ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos:		
Investimentos Financeiros (reembolso de Emp. Conc.)	-	-
Imobilizações corpóreas (alienação)	-	-
Imobilizações incorpóreas (alienação)	-	-
Juros de Emp. Conc.	-	-
Dividendos de participações	-	-
Pagamentos:	1.461.702	2.275.891
Investimentos Financeiros (Const. Emp. concedidos)	-	-
Imobilizações corpóreas (aquisição)	232.391	441.593
Imobilizações incorpóreas (aquisição)	1.229.311	1.834.298
Fluxo das actividades de Investimentos	(1.461.702)	(2.275.891)
3 ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos:		
Empréstimos Obtidos (Pela constituição)	-	-
Aumentos de Capital	-	-
Doações	-	-
Pagamentos:	419.217	477.641
Empréstimos Obtidos (Juros \$ reembolsos)	-	-
Amort. De contratos de locação financeira	419.217	477.641
Dividendos	-	-
Fluxo das actividades de financiamento	(419.217)	(477.641)
Total do Fluxo de Caixa	73.653	(810.212)
Caixa e seus equivalentes no início do período	1.356.009	2.166.221
Caixa e seus equivalentes no final do período	1.429.662	1.356.009

Demonstração das alterações nos Capitais Próprios em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Demonstração de variações do Capital Próprio	Capital Social	Reservas de reavaliação		Reserva por impostos diferidos	Outras Reservas			Resultados transitados	Resultado do Exercício	TOTAL
		Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		Reserva Legal	Prêmios de emissão	Outras Reservas			
Balanco a 31 de Dezembro 2018	34.850.000	384.588	38.443	(95.182)	1.530.875	33.012.365	39.979	(28.994.715)	42.072	40.808.425
Correcções de erros (IAS 8)										
Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)										
Balanco de abertura alterado	34.850.000	384.588	38.443	(95.182)	1.530.875	33.012.365	39.979	(28.994.715)	42.072	40.808.425
Aumentos/reduções de capital										-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		1.800.253								1.800.253
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio			12.718							12.718
Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio										
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos				(407.918)						(407.918)
Aumento de reservas por aplicação de resultados					4.208					4.208
Distribuição de reservas										
Distribuição de lucros/prejuízos								37.864	(42.072)	(4.208)
Alterações de estimativas contabilísticas										
Outros ganhos/perdas reconhecidas directamente no capital próprio							60.608			60.608
Total das variações do capital próprio	-	1.800.253	12.718	(407.918)	4.208	-	60.608	37.864	(42.072)	1.465.661
Resultado líquido do período									851.143	851.143
Distribuição antecipada de lucros										
Balanco a 31 de Dezembro 2019	34.850.000	2.184.841	51.161	(503.100)	1.535.083	33.012.365	100.587	(28.956.851)	851.143	43.125.229
Correcções de erros (IAS 8)										
Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)										
Balanco de abertura alterado	34.850.000	2.184.841	51.161	(503.100)	1.535.083	33.012.365	100.587	(28.956.851)	851.143	43.125.229
Aumentos/reduções de capital										-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		611.157								611.157
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio			(33.561)							(33.561)
Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio										-
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos				(129.959)						(129.959)
Aumento de reservas por aplicação de resultados					85.114					85.114
Distribuição de reservas										-
Distribuição de lucros/prejuízos								766.029	(851.143)	(85.114)
Alterações de estimativas contabilísticas										-
Outros ganhos/perdas reconhecidas directamente no capital próprio							9.046			9.046
Total das variações do capital próprio	-	611.157	(33.561)	(129.959)	85.114	-	9.046	766.029	(851.143)	456.683
Resultado líquido do período									1.668.261	1.668.261
Distribuição antecipada de lucros										
Balanco a 31 de Dezembro 2020	34.850.000	2.795.998	17.600	(633.059)	1.620.197	33.012.365	109.633	(28.190.821)	1.668.261	45.250.174

ÍNDICE

- I) Introdução**
- II) Informação por Segmentos**
- III) Políticas Contabilísticas**
- IV) Gestão de Riscos**
- V) Notas ao Balanço**
 - NOTA 1 - Caixa e equivalentes e depósitos à ordem
 - NOTA 2 - Terrenos e Edifícios
 - NOTA 3 – Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos
 - NOTA 4 – Ativos disponíveis para venda
 - NOTA 5 – Empréstimos e contas a receber
 - NOTA 6 – Investimentos a deter até à maturidade
 - NOTA 7 – Afetação dos Investimentos
 - NOTA 8 – Outros ativos tangíveis e Inventários
 - NOTA 9 – Ativos sob o Direito de Uso
 - NOTA 10 – Outros ativos intangíveis
 - NOTA 11 – Outros devedores por operações de seguros e outras operações
 - NOTA 12 – Ativos e Passivos por Benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo
 - NOTA 13 – Ativos e Passivos por impostos
 - NOTA 14 – Provisões Técnicas
 - NOTA 15 – Outros credores por operações de seguros e outras operações
 - NOTA 16 – Passivos de Locação
 - NOTA 17 – Acréscimos e Diferimentos
 - NOTA 18 – Capital Próprio
 - NOTA 19 – Reserva Legal
 - NOTA 20 – Transações entre partes relacionadas
 - NOTA 21 – Elementos extrapatrimoniais
- VI) Notas à Conta de Ganhos e Perdas**
 - NOTA 22 – Prémios de contratos de seguro
 - NOTA 23 – Comissões recebidas de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de prestação de serviços
 - NOTA 24 – Custos com Sinistros

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

- NOTA 25 – Rendimentos / réditos de investimentos
- NOTA 26 – Gastos Financeiros
- NOTA 27 – Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por Reservas
- NOTA 28 – Outros rendimentos/gastos técnicos
- NOTA 29 – Outras Provisões (Variação)
- NOTA 30 – Outros rendimentos/gastos
- NOTA 31 – Gastos diversos por função
- NOTA 32 – Gastos com o pessoal

VII) Eventos subsequentes à data de encerramento

VIII) Justo valor de ativos e passivos financeiros

IX) Alterações das Políticas Contabilísticas

X) Inventário de Títulos e Participações Financeiras

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

I - INTRODUÇÃO

A VICTORIA - Seguros, S.A. foi constituída por escritura pública de 29 de outubro de 2002 pela transferência dos ativos e passivos da atividade de seguros dos ramos não vida da anterior empresa com a mesma denominação e objeto social. Esta empresa alterou na mesma data a sua firma para VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A. e o seu objeto social para o de uma sociedade de gestão de participações sociais.

A 30 de maio de 2003 foi outorgada a escritura de trespasse da carteira de seguros dos ramos não vida da sucursal em Portugal da CGU - International Insurance Plc (Commercial Union), incluindo os ativos e passivos relacionados bem como os respetivos colaboradores. A 27 de novembro de 2012 foi celebrada a escritura de transferência da carteira da sucursal em Portugal da Asefa-Seguros e Reaseguros S.A. incluindo os ativos e passivos relacionados bem como os colaboradores.

Com sede social no Edifício VICTORIA, Av. da Liberdade, 200, em Lisboa, está representada

no país através de 5 delegações e de 7 escritórios.

No seguimento processo iniciado no último trimestre de 2013 de adaptação da estrutura ao modelo de distribuição, enquadrado na política de contenção e racionalização de custos, concluiu-se em 2014 o redimensionamento da estrutura, adequando-a assim à atual carteira de negócios.

Atualmente apresenta um capital social de Euros 34.850.000, detido na sua totalidade pela VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A. e tem como objeto social o desenvolvimento da atividade de seguro e resseguro dos Ramos Não Vida.

No final de 2011, a VICTORIA – Seguros, S.A. passou a ser uma empresa do Grupo Segurador SMABTP com sede social em Paris, França. Em Portugal, o Grupo é representado pelo acionista único VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A.

II – INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

RELATO POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

O relato por segmentos operacionais, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

e 2019, e relativamente aos contratos de seguros, é analisado como segue:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

2020	Ramos	Saúde	Incêndio e outros danos	Automóvel	Acidentes	Outros
Prémios brutos emitidos	84.884.551	34.142.278	16.340.270	13.620.256	10.552.663	10.229.084
Prémios de resseguro cedido	46.433.966	24.159.915	10.792.250	1.622.369	4.499.050	5.360.382
Prémios brutos adquiridos	83.680.010	33.923.513	16.076.530	13.092.166	10.636.023	9.951.778
Resultados dos investimentos	380.745	(2.243)	(16.793)	(13.260)	419.740	(6.699)
Custos com sinistros brutos	49.974.634	22.724.034	7.489.536	8.754.196	5.892.178	5.114.690
Custos de exploração brutos	23.685.161	8.469.043	4.972.513	2.983.521	3.187.475	4.072.609
Resultado técnico	2.707.341	1.853.469	623.709	(1.433.828)	552.421	1.111.570
Activos afectos à representação das provisões técnicas	104.760.652	12.507.668	17.386.248	20.283.770	45.840.537	8.742.428
Provisões técnicas	86.006.555	12.092.412	16.809.022	19.610.346	29.042.597	8.452.178

2019	Ramos	Saúde	Incêndio e outros danos	Automóvel	Acidentes	Outros
Prémios brutos emitidos	85.267.030	32.478.584	15.813.035	13.134.653	13.613.498	10.227.260
Prémios de resseguro cedido	47.245.322	23.122.260	10.792.250	1.622.369	4.499.050	7.209.393
Prémios brutos adquiridos	85.752.563	32.648.067	15.360.106	13.988.467	13.620.074	10.135.849
Resultados dos investimentos	587.704	24.335	45.549	50.747	448.737	18.336
Custos com sinistros brutos	54.004.698	23.767.660	6.306.750	12.593.530	6.862.720	4.474.038
Custos de exploração brutos	23.895.477	7.592.874	4.998.868	2.839.319	4.075.121	4.389.295
Resultado técnico	1.446.509	888.462	623.709	(1.433.828)	552.421	815.745
Activos afectos à representação das provisões técnicas	104.304.006	10.730.653	18.239.386	20.740.850	46.718.320	7.874.796
Provisões técnicas	81.483.258	9.895.162	16.819.265	19.125.964	28.381.204	7.261.663

III – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

BASES DE APRESENTAÇÃO

A Norma Regulamentar nº 10/2016-R de 15 de setembro, procedeu à revogação da anterior Norma Regulamentar n.º4/2007-R de 27 de abril, e visa sistematizar e consolidar conteúdos anteriormente dispersos em normas regulamentares e circulares, relacionados com o regime contabilístico aplicável às empresas de seguros sujeitas à supervisão da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões – ASF, nomeadamente com a publicação do PCES e disposições relativas a provisões e a ativos afetos à representação das provisões técnicas.

As demonstrações financeiras apresentadas são preparadas de acordo com o Plano de Contas para Empresas de Seguros (PCES), onde são de aplicação obrigatória as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) adotadas no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, com exceção do IFRS 4 em que apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros e de divulgação. A Norma Internacional de Relato Financeiro (IFRS) 4 tendo um carácter provisório não

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

apresenta um regime estável para questões tão importantes como a avaliação dos passivos associados a esses contratos, pelo que para efeitos de reconhecimento e mensuração são aplicáveis as regras e princípios estabelecidos no PCES.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *Internacional Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

Em 2020 a Companhia adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2020. Essas normas apresentam-se discriminadas no ponto IX. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras refletem os resultados das suas operações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em euros,

arredondados à unidade. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda, das propriedades de investimento que se encontram ao justo valor e dos imóveis de uso próprio que se encontram ao custo revalorizado. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A apresentação das Demonstrações Financeiras e as respetivas notas às contas, respeitam as exigências de informação estabelecidas na IAS 1, bem como a informação requerida pelo órgão de supervisão, através do Plano de Contas para o Setor Segurador, aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R de 27 de abril com as alterações introduzidas pela Norma n.º 20/2007-R de 31 de dezembro e pela Norma Regulamentar n. 22/2010 – R de 16 de dezembro.

A preparação das demonstrações financeiras é efetuada tendo por base o princípio da continuidade das operações, o que requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas, e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos, ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizadas estimativas e pressupostos significativos na preparação das demonstrações financeiras, encontram-se analisadas ao longo deste documento.

As Demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas na Reunião de Conselho de Administração do dia 14 de abril de 2020.

Alterações voluntárias de Políticas Contabilísticas

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação

financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

Novas Normas e Interpretações já emitidas, mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB com relevância na atividade da Companhia, cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de

janeiro de 2019 e que a Companhia não adotou antecipadamente são apresentadas na secção IX. Estas Normas serão adotadas a partir da data do endosso pela União Europeia (UE).

PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS E CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

Classificação dos Contratos de Seguros

Relativamente à IFRS 4, apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros, continuando a aplicar-se ao reconhecimento e mensuração dos passivos resultantes desses contratos as regras e princípios anteriormente já estabelecidos na legislação e nas normas da ASF. Como estabelecido nas referidas normas, a classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros é aplicável apenas ao plano contabilístico, não resultando nenhuma alteração ao nível contratual,

parafiscal, prudencial ou quaisquer outros. De acordo com o estipulado pela IFRS 4, apenas deverão ser considerados contabilisticamente como contratos de seguros, os contratos em que se verifique a existência, em simultâneo, da incerteza quanto ao acontecimento seguro e a transferência significativa do risco seguro. Uma vez que os prémios de seguro direto são reconhecidos como proveitos na data da emissão ou renovação da respetiva apólice e os sinistros são registados aquando da participação, a Companhia realiza no final de cada exercício determinadas especializações

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

contabilísticas de custos e proveitos, como segue:

(i) Provisão para prêmios não adquiridos e custos de aquisição diferidos

De acordo com o disposto no Decreto-Lei 94-B/98, de 17 de abril, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei 8-A/2002, de 11 de janeiro, são constituídas provisões para prêmios não adquiridos para os seguros temporários anuais renováveis. A provisão para prêmios não adquiridos corresponde à parte dos prêmios brutos emitidos relativamente a cada um dos contratos de seguro em vigor, a imputar a um ou a vários exercícios seguintes, deduzida das comissões de mediação respetivas. O montante desta provisão é calculado mediante a aplicação do método *pro rata temporis* por cada contrato em vigor, para todos os ramos.

As despesas incorridas com a aquisição de contratos de seguro não vida, incluindo comissões de mediação e as restantes despesas imputadas à função de aquisição, são diferidas ao longo do período a que se referem, sendo reconhecidas como uma dedução ao valor das provisões técnicas de contratos de seguros e refletidas na rubrica de provisões para prêmios não adquiridos.

(ii) Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao custo com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à

responsabilidade estimada para sinistros ocorridos e ainda não reportados (*IBNR*), bem como os custos diretos e indiretos associados à sua regularização no final de cada exercício.

As reservas matemáticas relativas aos sinistros ocorridos, envolvendo o pagamento de pensões vitalícias, referentes ao ramo Acidentes de Trabalho, são calculadas mediante tabelas e fórmulas atuariais, estabelecidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

(iii) Provisão para participação nos Resultados

Esta provisão corresponde aos montantes atribuídos aos tomadores de seguros ou aos beneficiários de contratos, a título de participação nos resultados em função dos resultados técnicos dos contratos respetivos.

(iv) Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prêmios não adquiridos e dos prêmios exigíveis relativos aos contratos em vigor.

Esta provisão é calculada com base nos rácios de sinistralidade, de custos de exploração, de cedência e de rendimentos, em conformidade com o definido pela ASF

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(v) *Provisão para desvios de sinistralidade*

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face à sinistralidade excepcionalmente elevada nos ramos de seguro em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações.

Esta provisão é constituída para o seguro de crédito, seguro de caução, seguro de colheitas, risco de fenómenos sísmicos e resseguro aceite

— risco atómico, de acordo com o estabelecido pelas normas da ASF

(vi) *Comissões de mediação*

A comissão de mediação é a remuneração contratualmente atribuída aos mediadores pela angariação de contratos de seguro e são registadas como custos no momento da emissão dos respetivos recibos de prémios.

Terrenos e edifícios

Relativamente aos investimentos em terrenos e edifícios, a Companhia considera terrenos e edifícios de uso próprio todas as propriedades que se encontram afetas ao serviço da Companhia em parte superior a 5%.

Por aplicação da IAS 16, os imóveis encontram-se valorizados através do modelo de revalorização, existindo avaliações periódicas efetuadas por um avaliador independente, e por períodos entre os três e os cinco anos, de acordo com os métodos reconhecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

As variações patrimoniais resultantes das avaliações são reconhecidas em Reservas de reavaliação, se positivas, e em Resultados, se negativas ou se esgotada a Reserva de Reavaliação. As taxas de amortização são

determinadas pelo número de anos de vida útil atribuída a cada imóvel.

Sempre que a taxa de ocupação de um imóvel, por serviços da empresa, seja inferior aos 5%, os imóveis são considerados propriedades de investimento, com aplicação da IAS 40. Pelo facto dos imóveis se encontrarem a representar provisões técnicas, a mensuração adotada é o modelo do justo valor de mercado. As variações patrimoniais resultantes das avaliações são reconhecidas em Resultados.

Os fatores que influenciam o reconhecimento de imparidades nos terrenos e edifícios, de acordo com a IAS 36, devem-se principalmente ao declínio significativo nos valores de mercado imobiliário, bem como a danos provocados de forma anormal no imóvel. Tais fatores, a acontecerem, e pelo facto dos imóveis se encontrarem valorizados pelo

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

modelo de revalorização, serão objeto de avaliação independente, não existindo por esse

facto, lugar ao reconhecimento de imparidades.

Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

São classificadas como filiais todas as sociedades sobre as quais a Companhia detém a capacidade de controlar a política operacional e financeira da entidade. controlo é normalmente presumido quando a Sociedade detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto.

São classificadas como associadas todas as Sociedades sobre as quais a Companhia detém a faculdade de exercer influência significativa sobre as políticas financeiras e operacionais da entidade, embora não detenha o seu controlo. Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação da Companhia numa participada se situe, direta ou indiretamente, entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto. A Sociedade pode ainda exercer influência significativa numa participada através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos.

São classificados como empreendimentos conjuntos (entidades conjuntamente controladas), todas as empresas sobre as quais a Companhia detém a capacidade para controlar conjuntamente com outros

empreendedores (acionistas) a política operacional e financeira do empreendimento.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Estes investimentos são registados ao custo de aquisição, sujeito a testes de imparidade. Os dividendos são registados como proveitos no exercício em que é decidida a sua distribuição. O valor recuperável dos investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias, associadas ou empreendimentos conjuntos e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior. O valor recuperável é determinado com base no maior valor, entre o valor em uso dos ativos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio. Sempre que o valor dos passivos de uma subsidiária, associada ou empreendimento conjunto ultrapassar os seus

Ativos financeiros

A VICTORIA classifica os seus ativos financeiros no reconhecimento inicial a intenção que lhes está subjacente de acordo com as seguintes categorias:

Ativos financeiros disponíveis para venda. Esta categoria inclui:

- Ativos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
- Ativos que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
- Ativos que não se enquadrem nas categorias restantes.

Empréstimos concedidos e contas a receber são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo, que não sejam ativos adquiridos com intenção de alienação a curto prazo (detidos para negociação) ou não classificados como ativos financeiros ao justo valor através de resultados no seu reconhecimento inicial. Inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido

ativos, além da constituição de imparidade para anular o investimento, a Companhia constitui uma provisão quando existe responsabilidade sobre os passivos dessa entidade.

e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.

Ativos financeiros detidos até à maturidade.

São ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixados ou determináveis e maturidade fixada, que a VICTORIA tem intenção positiva e a capacidade de deter até à maturidade.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de ativos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Estes ativos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa; quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; quando a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

A venda ou reclassificação de algum título incluído na categoria de ativos financeiros detidos até à maturidade, antes da maturidade fixada, obriga a reclassificar na íntegra toda esta classe para ativos disponíveis para venda, não sendo permitida no prazo de dois anos, classificar qualquer ativo nesta categoria.

Mensuração subsequente

Os investimentos disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são

também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Os investimentos a deter até à maturidade, após o reconhecimento inicial ao justo valor, são mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado à taxa de juro efetiva.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Transferências entre categorias

Em outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*).

Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de ativos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, Empréstimos e contas a receber ou para ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses ativos financeiros obedeam às características de cada categoria. As transferências de ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Empréstimos e contas a receber e Ativos a deter até à maturidade são também permitidas.

A VICTORIA não procedeu à reclassificação de quaisquer ativos.

Imparidade

A avaliação e o cálculo da **imparidade nos ativos disponíveis para venda**, segue os seguintes procedimentos:

Títulos de rendimento variável

A imparidade é um processo irreversível. A partir do momento em que uma imparidade é contabilizada no ativo, não deve ser revertida.

I - Ações e Fundos de Investimento cujo Preço de Mercado está mais de 20% abaixo do custo histórico devem ser considerados para imparidade;

II - Ações e Fundos de Investimento, cujo Preço de Mercado está abaixo do Custo histórico por um período superior a 6 meses, devem ser considerados para imparidade;

Títulos de rendimento fixo

I - Determinação dos ativos potencialmente sujeitos a Imparidade:

- a) Obrigações cujo Valor de Mercado é pelo menos 20% inferior ao Custo Amortizado;
- b) Obrigações cujo Valor de Mercado é inferior a 70% do seu Valor Nominal;

II - Análise casuística de cada uma das obrigações que cumprem algum dos critérios anteriores, procurando determinar se existe evidência objetiva de imparidade. De acordo com a IAS 39.59 a evidência objetiva pode ser descrita como:

- a) Significativa dificuldade financeira do Emitente
- b) Quebra de Contrato, tal como Moratória ou não pagamento de juros ou Capital
- c) Concessão de determinadas facilidades ao Emitente por uma Entidade Credora, explicável apenas pela complicada situação financeira do Emitente
- d) Probabilidade de que o Emitente vai declarar falência ou outro tipo de reestruturação financeira
- e) Desaparecimento de um mercado ativo para esse título, em virtude de dificuldades financeiras
- f) Outros fatores

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Ajustamento de recibos por cobrar

O ajustamento de recibos por cobrar tem por objetivo adequar o montante dos prémios em cobrança para o seu valor estimado de realização. As alterações introduzidas pelo Decreto-lei nº122/2005 e pelo Decreto-lei nº199/2005, na sua generalidade, vêm estipular que o contrato de seguro só produz efeitos com o pagamento do prémio ou fração por parte do tomador de seguro. Significa isto que, prémio que não tenha sido cobrado deverá ser anulado. Nesse sentido, e no cumprimento da referida legislação, a Norma

nº16/2006-R e a Circular 9/2008, vem clarificar o método de cálculo do referido ajustamento.

Assim, e pelo facto de existirem diversas formas de pagamentos de prémios em que alguns podem ainda se encontrar por cobrar, torna-se necessário proceder a um ajustamento que traduza de alguma forma, a incobrabilidade dos mesmos. Deste modo, cada empresa deverá apurar um coeficiente de acordo com a sua própria experiência.

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são valorizados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

com base na vida útil estimada dos bens e que se situa entre os 3 e os 6 anos.

As amortizações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes,

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridos.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição. As suas amortizações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais que refletem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

- Equipamento administrativo 12,5%
- Máquinas e ferramentas 12,5% a 25%
- Equipamento informático 25% e 33%
- Instalações interiores 10% a 16,66%

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

As amortizações são registradas em gastos do exercício. A Companhia avalia, periodicamente, a adequação da vida útil estimada dos seus ativos tangíveis.

A avaliação efetuada para determinação da existência de imparidade nos ativos tangíveis e intangíveis é efetuada tendo por base

indicadores internos que avaliam os níveis de obsolescência ou danos físicos e/ou a expectativa de declínio na performance do ativo. Dependendo dos casos, o procedimento adotado reveste-se de duas formas, ou a vida útil do bem é ajustada ou o bem é abatido, pelo que não haverá lugar a registro de imparidade.

Caixa seus equivalentes e depósitos à ordem

Esta rubrica engloba os valores registados no balanço cuja maturidade é inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a

caixa e as disponibilidades em instituições de crédito, exceto os valores que não estejam associados a uma natureza de investimento.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os

montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem passivos de contratos de investimento, empréstimos, credores por operações de

seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção dos passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Operações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários registrados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio

na data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registrados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registradas em reservas.

Benefícios aos empregados

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos. De salientar as seguintes alterações decorrentes do novo Contrato Coletivo de Trabalho: (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no ativo admitidos até 22 de junho de 1995 deixam de ser abrangidos por um plano de benefício definido, passando a estar abrangidos por um plano de contribuição definida, (ii) compensação de 55% do salário base mensal pago em 2012 e (iii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu

ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia procedeu à liquidação da responsabilidade (*settlement*).

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma foram calculadas com base no Método da Unidade de Crédito Projetada, individualmente para cada plano através da estimativa do valor dos benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados.

Plano de contribuição definida

Com a alteração do CCT, o plano de contribuição definida existente, foi objeto de revisão tendo em vista a uniformização de benefícios e procedimentos.

Desta forma, o plano de contribuição definida passou a integrar as anteriores modalidades, em que:

- Para os colaboradores no ativo admitidos na atividade seguradora após 22 de junho de 1995 e participantes do Fundo de Pensões em vigor até 31.03.2012, o valor constituído na sua conta individual foi afeto ao respetivo plano individual de reforma.
- Para os colaboradores dos Associados na situação de ativos, admitidos na atividade seguradora até 22 de junho de 1995, o valor das responsabilidades por serviços passados financiado pelo Plano de Benefício Definido, foi convertido para um Plano Individual de Reforma, à data de 31.12.2011 de acordo com o método e pressupostos utilizados na avaliação atuarial de 28 de fevereiro de 2012 e aditamento de 08 de junho de 2012.

De acordo com a legislação em vigor, o Plano Individual de Reforma constituído tem garantia de capital.

Plano de benefício definido

Com a alteração do CCT, o plano de benefício definido passou a garantir:

- pagamento de pensões a todos os beneficiários que, á data da alteração do plano, se encontravam a receber uma pensão paga pelo fundo;
- atualização de pensões atribuídas a colaboradores que passaram à situação de reforma por velhice ou invalidez no âmbito do plano de benefício definido anterior.

Os ganhos e perdas resultantes de diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado do fundo de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos atuariais, são reconhecidos diretamente numa rubrica de capital próprio.

Prémio de permanência

O prémio de permanência equivale a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia. O prémio de permanência é determinado utilizando a mesma metodologia e pressupostos dos benefícios pós-emprego. Os desvios atuariais determinados são registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Bônus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam

Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros resultam do imposto corrente e do imposto diferido. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que serão também registrados por contrapartida em capitais próprios. Os impostos correntes são apurados de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos

e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para refletir a melhor

estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de ativos financeiros disponíveis para venda e ao justo valor por via de resultados são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos e perdas. O cálculo do custo amortizado é efetuado utilizando o método da taxa efetiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de investimento. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

Dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Inventários

Os inventários são valorizados ao menor dos valores entre o seu custo de aquisição e o valor realizável líquido.

O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual, sendo o custo médio, o método de custeio aplicado.

O valor realizável líquido, é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade empresarial deduzindo os custos estimados de

conclusão e os custos estimados para efetuar a venda.

Sempre que o valor realizável líquido for inferior ao custo de aquisição, procede-se à redução do valor dos inventários, mediante reconhecimento de uma perda por imparidade, sendo estas registadas na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”, na demonstração de resultados. Estas poderão ser revertidas sempre que deixarem de existir os motivos que as originaram.

Loações

A Companhia classifica como ativos sob direito de uso, os contratos de locação sobre o qual é transmitido o direito de usar e controlar um ativo, por um período superior a um ano.

Estes contratos de locação são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que corresponde ao valor atual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo.

As componentes de locação variável, são registadas nos resultados da Companhia, nos períodos a que dizem respeito.

As amortizações do ativo são registadas em gastos do exercício, de forma linear e constante ao longo do período do contrato.

As locações que não cumpram com o critério definido para Ativo sob direito de uso, são registadas nos resultados da Companhia, nos períodos a que dizem respeito.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Estimativas e Julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contábilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contábilístico mais adequado. As principais estimativas contábilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contábilísticos pela VICTORIA são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contábilístico adotado pelo Conselho de

Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda

A VICTORIA utiliza os seguintes critérios para a realização do teste de imparidade:

Títulos de rendimento variável

A imparidade é um processo irreversível. A partir do momento que uma imparidade é contabilizada no ativo, não deve ser revertida.

I - Ações e Fundos de Investimento cujo Preço de Mercado está mais de 20% abaixo do custo histórico devem ser considerados para imparidade;

II - Ações e Fundos de Investimento, cujo Preço de Mercado está abaixo do Custo histórico por

um período superior a 6 meses, devem ser considerados para imparidade;

Títulos de rendimento fixo

I - Determinação dos ativos potencialmente sujeitos a Imparidade:

- a. Obrigações cujo Valor de Mercado é pelo menos 20% inferior ao Custo Amortizado;
- b. Obrigações cujo Valor de Mercado é inferior a 70% do seu Valor Nominal;

II - Análise casuística de cada uma das obrigações que cumprem algum dos critérios anteriores, procurando determinar se existe

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

evidência objetiva de imparidade. De acordo com a IAS 39.59 a evidência objetiva pode ser descrita como:

- a. Significativa dificuldade financeira do Emitente
- b. Quebra de Contrato, tal como Moratória ou não pagamento de juros ou Capital
- c. Concessão de determinadas facilidades ao Emitente por uma Entidade Credora, explicável apenas pela complicada situação financeira do Emitente
- d. Probabilidade de que o Emitente vai declarar falência ou outro tipo de reestruturação financeira
- e. Desaparecimento de um mercado ativo para esse título, em virtude de dificuldades financeiras
- f. Outros fatores

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

Impostos sobre os lucros

A Companhia encontra-se sujeita ao pagamento de impostos sobre lucros. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia, durante um período de cinco ou doze anos, no caso de haver prejuízos

reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração VICTORIA, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças temporárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionada devido

a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso das variações de justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores

que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Provisões técnicas

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem a provisão para participação nos resultados, a provisão para prémios não adquiridos, a provisão para riscos em curso, o teste de adequação das responsabilidades e a provisão para sinistros reportados e não reportados incluindo as despesas de regularização.

Quando existem sinistros, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela

Companhia é reconhecido como perda nos resultados. A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e de investimento.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

coberturas de resseguro respectivas. As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados.

As provisões não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de

técnicas de avaliação atuariais. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

IV - GESTÃO DE RISCOS

Em 2020, manteve-se o alinhamento do modelo de gestão de risco e sistema de governação da VICTORIA à realidade do grupo SMA. A estrutura organizacional que suporta o desenvolvimento do Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno manteve-se também assente no modelo das três linhas de defesa, suportada pela existência de Comités específicos.

No que diz respeito à área de Gestão de Riscos, enquadrando-se na segunda linha de defesa, integrou no ano em análise a Direção Financeira e de Gestão de Riscos, tendo como principal missão garantir a existência de um Sistema de Gestão de Riscos adequado e eficaz, que permita identificar, mensurar, monitorizar e comunicar os riscos nas suas diversas vertentes e dimensões, possibilitando à gestão e tomada de decisão incorporar este conhecimento.

Os Comités que suportam diretamente e garantem o desenvolvimento contínuo da gestão baseada no risco são: Comité de Risco, Comité Gestão Ativo Passivo, Comité de

Subscrição e Comité de Risco Operacional. Todos eles mantiveram o âmbito e a estrutura face ao ano transato. Nestes comités participam as funções chave, nomeadamente no Comité de Risco que tem uma periodicidade mínima trimestral e conta com a participação do Responsável da função chave gestão de risco.

Dando continuidade à implementação do novo regime de Solvência II, destaca-se um aumento do nível de maturidade deste sistema e respetiva integração na gestão e tomada de decisão, assinalando-se as seguintes atividades:

- Reporte extraordinário de SII determinado pela ASF no âmbito do contexto de pandemia;
- Reporte quantitativo e narrativo anual integral;
- Reporte quantitativo trimestral;
- Cerificação por parte do Revisor Oficial de Contas e dos Atuários Responsáveis dos resultados de Solvabilidade, bem

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

- como da informação a disponibilizar ao público;
- Revisão anual da matriz de grandes riscos, mantendo o alinhamento da mesma com a metodologia do grupo e métricas de solvência II de forma a monitorizar de perto e mitigar a exposição aos riscos de maior impacto;
- Revisão anual das políticas existentes garantindo o contínuo alinhamento com o grupo;
- Elaboração do reporte Avaliação Interna do Risco e da Solvência, a nível solo e de grupo, permitindo analisar e dando suporte à tomada de decisão para a estratégia definida para os próximos 5 anos;
- Manteve-se a nível do grupo um Comité específico de Qualidade de Dados, reunindo todas as filiais do grupo e garantindo o cumprimento de um adequado desenvolvimento e implementação de uma Política de Qualidade de Dados, tendo por base a fiabilidade dos valores apurados em termos de solvência e gestão do negócio, nomeadamente com a identificação dos dados sensíveis e respetivos controlos;
- Formalização da identificação das funções-chave junto do supervisor.

1. Risco Estratégico

O risco estratégico corresponde ao risco de perdas por decisões e objetivos estratégicos inadequados.

A Companhia realiza um conjunto de ações de forma a mitigar este risco, tal como a manutenção de um planeamento estratégico a médio prazo, com a construção de um orçamento a cinco anos. A curto prazo, a Companhia define o plano anual de ações estratégicas a desenvolver e implementar. A estratégia é definida tendo em conta a realidade da Companhia, nomeadamente a sua capacidade de aceitar os riscos delineados,

bem como o contexto do mercado segurador e financeiro envolvente.

O acompanhamento da evolução das ações definidas e do orçamento anual é realizado com uma periodicidade mensal, permitindo assim analisar possíveis desvios e impactos face ao previsto e, em caso de necessidade, implementar medidas de mitigação.

Dada a importância que a estratégia delineada assume na organização, esta é apresentada na reunião anual, por forma a garantir que a mesma é do conhecimento e é seguida por todos os colaboradores

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

2. Risco Reputacional

O risco reputacional corresponde ao risco de perdas originadas por eventos adversos, que possam afetar negativamente a imagem da Companhia perante os seus Stakeholders (clientes, fornecedores e restantes partes interessadas). As perdas resultantes deste risco podem refletir-se através da diminuição da receita, do aumento de custos operacionais, da perda de capital e/ou da destruição do valor do acionista.

Dado este risco assumir particular relevância na atividade seguradora - sector em que a “confiança” é um dos valores chave – a

Companhia tem monitorizado periodicamente a sua evolução através da análise dos indicadores de mercado, bem como através da análise do relatório trimestral da evolução das reclamações (por tipologia, rácio de razão dos clientes, bem como rapidez de resposta).

De forma a monitorizar este risco são analisados periodicamente alguns indicadores, nomeadamente os indicadores de mercado, bem como o relatório trimestral da evolução das reclamações, por tipologia, rácio de razão dos clientes, bem como rapidez de resposta.

3. Risco específico de Seguros

O risco específico de Seguros pode resultar em perdas inesperadas, que se tornarão evidentes através da insuficiência dos prémios e/ou das provisões constituídas para fazer face aos custos totais dos compromissos assumidos e/ou a assumir.

3.1 Políticas de Subscrição

Relativamente às políticas de subscrição, formalizadas na Política de Subscrição e Provisionamento publicada, mantêm-se os critérios de análise de risco prudentes, tendo em conta a experiência da VICTORIA, o conhecimento do mercado e as indicações dos resseguradores.

3.2 Tarifação

A VICTORIA tem como objetivo a prática de tarifas sustentáveis, ou seja, garantir a adequação dos prémios praticados relativamente aos riscos assumidos.

O desenvolvimento de novas tarifas é efetuado pelo departamento técnico, com o suporte da área atuarial.

Dependendo do tipo de produto, são analisadas as variáveis relevantes para a avaliação do risco, visando garantir a elaboração de bases técnicas prudentes, adequadas ao risco e à rentabilidade expectável.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

3.3 Provisionamento

As provisões para sinistros são constituídas caso a caso com um nível de adequação considerado prudente. Com uma periodicidade trimestral mantiveram-se as revisões aos processos em aberto, de forma a se detetarem possíveis desvios do valor expectável face ao provisionado. Após esta análise, sempre que necessário procede-se ao respetivo ajustamento do valor provisionado.

Numa ótica de monitorização contínua das provisões são produzidos relatórios trimestrais, pela área atuarial e pelo atuário responsável, que visam analisar a adequação das provisões constituídas.

A VICTORIA manteve uma política de resseguro clara e rigorosa, transferindo parte dos riscos por si assumidos através de tratados de resseguro adequados ao perfil da carteira.

Estes tratados têm como principal objetivo mitigar o risco do impacto de grandes sinistros/eventos catastróficos, reduzindo assim a necessidade de capital, bem como proteger os interesses de todas as partes envolvidas.

Por outro lado, efetua também uma escolha criteriosa da pool de resseguradoras realizando uma análise da respetiva capacidade financeira.

O quadro seguinte apresenta um resumo dos tratados de 2020, baseados em tratados proporcionais e não proporcionais:

3.4 Resseguro

Ramo	Tipo de Resseguro
Incêndio e outros danos	Proporcional
Incêndio e outros danos (Proteção retenção - catástrofe)	Não Proporcional
Automóvel	Não Proporcional
Marítimo, aéreo e transportes	Proporcional
	Não Proporcional
Acidentes Pessoais	Proporcional
	Não Proporcional
Acidentes de Trabalho	Não Proporcional
Responsabilidade Civil	Proporcional
	Não Proporcional
Engenharia	Proporcional
	Não Proporcional
Construção (decenal)	Proporcional
	Não Proporcional
Saúde	Proporcional
	Não Proporcional
Diversos (perda de rendas)	Proporcional

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Nos quadros seguintes apresentam-se alguns indicadores:

(valores em milhares de euros)

Ramo	Prémios 2020				Prémios 2019			
	Seguro Directo	Resseguro Cedido	Total liq. Resseguro	Tx de Cedência	Seguro Directo	Resseguro Cedido	Total liq. Resseguro	Tx de Cedência
Saúde	34.142	24.160	9.982	71%	32.479	23.122	9.356	71%
Incêndio e outros danos	16.340	11.230	5.110	69%	15.813	10.792	5.021	68%
Automóvel	13.620	1.394	12.226	10%	13.135	1.622	11.512	12%
Acidentes de Trabalho	7.515	283	7.232	4%	7.424	279	7.145	4%
Acidentes Pessoais	3.038	2.154	884	71%	6.190	4.220	1.970	68%
Marítimo, Aéreo e Transportes	7.361	5.205	2.156	71%	7.592	5.380	2.211	71%
Responsabilidade Civil	2.805	1.976	828	70%	2.566	1.792	774	70%
Diversos	63	32	31	50%	70	37	33	53%
TOTAL	84.885	46.434	38.451	55%	85.267	47.245	38.022	55%

Resseguro cedido NÃO VIDA	2020	2019	Var 20/19
Resultado	(7.162)	(7.755)	7,65%
Prémios adquiridos cedidos	(45.897)	(46.514)	-1,33%
Comissões	16.904	15.603	8,34%
Custos com Sinistros	21.831	23.156	-5,72%

3.5 Risco de prémios

O risco de prémios está associado ao facto da Companhia não ter um nível de prémios adequado que lhe permita fazer face aos custos totais dos compromissos assumidos.

O quadro seguinte apresenta os valores de prémios e rácios de sinistralidade, combinado, operacional e de despesas, por linha de negócio:

Ramos	2020	2019
PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS		
Saúde	34.142	32.479
Incêndio e outros danos	16.340	15.813
Automóvel	13.620	13.135
Acidentes de Trabalho	7.515	7.424
Acidentes Pessoais	3.038	6.190
Marítimo, Aéreo e Transportes	7.361	7.592
Responsabilidade Civil	2.805	2.566
Diversos	63	70
PRÉMIOS BRUTOS ADQUIRIDOS		
Saúde	33.924	32.648
Incêndio e outros danos	16.077	15.360
Automóvel	13.092	13.988
Acidentes de Trabalho	7.565	7.486
Acidentes Pessoais	3.071	6.134
Marítimo, Aéreo e Transportes	7.091	7.534
Responsabilidade Civil	2.796	2.531
Diversos	65	71
RÁCIO DE SINISTRALIDADE BRUTO		
Saúde	67,0%	72,8%
Incêndio e outros danos	46,6%	41,1%
Automóvel	66,9%	90,0%
Acidentes de Trabalho	74,2%	79,7%
Acidentes Pessoais	9,1%	14,6%
Marítimo, Aéreo e Transportes	55,2%	52,2%
Responsabilidade Civil	41,6%	21,2%
Diversos	56,3%	8,4%
RÁCIO DE DESPESAS GERAIS		
Saúde	12,9%	11,6%
Incêndio e outros danos	24,6%	24,7%
Automóvel	20,9%	20,5%
Acidentes de Trabalho	23,6%	20,2%
Acidentes Pessoais	22,1%	16,7%
Marítimo, Aéreo e Transportes	33,4%	32,3%
Responsabilidade Civil	23,9%	31,4%
Diversos	22,4%	24,2%
RÁCIO COMBINADO BRUTO		
Saúde	92,0%	96,1%
Incêndio e outros danos	77,5%	73,6%
Automóvel	89,7%	110,3%
Acidentes de Trabalho	100,6%	101,9%
Acidentes Pessoais	47,8%	54,0%
Marítimo, Aéreo e Transportes	98,3%	95,8%
Responsabilidade Civil	77,3%	64,1%
Diversos	80,8%	35,4%
RÁCIO COMBINADO LÍQUIDO		
Saúde	76,3%	90,9%
Incêndio e outros danos	102,8%	94,8%
Automóvel	99,3%	115,3%
Acidentes de Trabalho	104,3%	99,3%
Acidentes Pessoais	77,3%	97,6%
Marítimo, Aéreo e Transportes	84,2%	82,7%
Responsabilidade Civil	54,9%	46,9%
Diversos	61,4%	37,6%

(valores em milhares de euros)

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Relativamente ao rácio combinado líquido, para a globalidade da carteira de Não Vida, o mesmo apresenta um decréscimo comparativamente com o ano transato (2020: 92,4% vs 2019: 99,8%).

3.6 Risco de provisões

O cálculo das provisões de Não Vida segue princípios prudentes de forma a garantir a suficiência de provisões para cumprir as responsabilidades assumidas, efetuando-se análises determinísticas e estocásticas.

Trimestralmente são efetuados estudos de adequação das provisões, procedendo-se sempre que necessário a eventuais ajustamentos dependentes dos resultados obtidos.

Da análise efetuada quer internamente, como pelo Atuário Responsável com referência a 31 de dezembro de 2020, conclui-se a suficiência global de provisionamento.

O quadro seguinte apresenta a evolução dos custos com sinistros referentes ao ramo Não Vida, com exceção de Doença:

TOTAL REAIS	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Estimativa acumulada dos sinistros:													
No final do ano de constituição	31 614	34 565	52 240	47 208	32 869	26 689	25 919	19 840	20 859	21 868	24 861	22 716	18 669
Um ano depois	30 966	36 034	54 265	46 584	32 419	27 524	26 109	18 829	20 100	21 437	24 653	23 120	
Dois anos depois	30 358	35 809	54 807	47 178	32 971	27 857	25 666	18 620	21 502	21 324	24 816		
Três anos depois	30 594	35 756	54 508	47 597	33 048	27 916	26 247	18 634	21 369	22 055			
Quatro anos depois	30 723	36 113	54 617	47 807	33 006	27 895	26 285	18 736	21 605				
Cinco anos depois	30 750	36 165	54 730	48 379	33 243	27 955	26 044	18 753					
Seis anos depois	30 888	36 523	54 620	48 110	33 284	28 187	26 179						
Sete anos depois	30 884	36 484	54 545	48 265	33 387	28 143							
Oito anos depois	30 969	36 478	54 639	48 247	33 391								
Nove anos depois	30 990	36 581	54 622	48 115									
Dez anos depois	31 006	36 730	54 618										
Onze anos depois	31 061	36 719											
Doze anos depois	31 099												
Estimativa acumulada dos sinistros até à data	31 099	36 719	54 618	48 115	33 391	28 143	26 179	18 753	21 605	22 055	24 816	23 120	18 669
Pagamentos acumulados até 31-12-2020	30 927	36 436	54 277	47 810	32 986	26 916	25 135	18 280	19 145	20 464	22 633	19 669	11 646
Provisão para sinistros	172	283	341	305	406	1 227	1 043	473	2 460	1 551	2 183	3 450	7 023
													Provisão para Sinistros a 31-12-2020 na matriz
													20 956
													Provisão para Sinistros a 31-12-2020 de anos anteriores a 2008
													1 753
													Total Provisão para sinistros a 31-12-2020
													22 709

(valores em milhares de euros)

Obs.: Estes montantes excluem os valores de Provisões para IBNR, Custos de Gestão a Imputar e Provisão Matemática de Acidentes de Trabalho

3.7 Risco catastrófico

O risco catastrófico está associado a eventos extremos, ou seja, eventos de baixa frequência e grande severidade.

Em Portugal, este risco pode advir essencialmente dos fenómenos de natureza

sísmica, sendo o resseguro uma das principais formas de mitigação da exposição a este risco.

A VICTORIA tem um grau de exposição significativo a este risco no ramo Incêndio e Outros Danos, mitigando a sua exposição através da celebração de tratados de resseguro específicos, tendo como principal objetivo a transferência de parte do risco de grandes sinistros/eventos catastróficos para resseguro,

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

reduzindo assim a necessidade de capital, bem como proteger os interesses de todas as partes envolvidas.

Medidas para mitigação do Risco Específico de Seguros

A mitigação dos riscos de prêmios e de provisões é efetuada através da aplicação de

critérios de seleção e políticas de subscrição periodicamente revistos com base nas observações históricas de perdas por linha de negócio e ajustados pelos resultados decorrentes de estimativas da frequência e severidade dos sinistros.

4. Risco de Mercado

A gestão de investimentos da VICTORIA é efetuada através de mandatos celebrados com a empresa *SMA Vie*, pertencente também ao grupo SGAM. No ano corrente manteve-se a linha orientadora da estratégia de investimentos, continuando a dar prioridade à seleção de ativos com valor, em alternativa a uma simples seleção de classes de ativos, e implementada consistentemente através de uma agregação de oportunidades de valor, restringida pelas características técnicas e legais das carteiras de investimento, e alicerçada numa elevada solidez financeira. A

gestão foi acompanhada de forma regular pelo Comité de Gestão Ativo Passivo, constituído por representantes das áreas financeira, atuarial, técnica e de risco. Foram também definidos processos locais de monitorização do risco de crédito e do risco de taxa de juro para acompanhamento do efeito na cobertura da margem de solvência.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos, a 31 de dezembro 2020 e comparativamente com o período homólogo, por tipo de ativos (valores de balanço):

Títulos	2020	2019	Var %
Nacionais	3 372 794	3 363 510	0,3%
Títulos de Rendimento Fixo	3 372 564	3 363 280	0,3%
De Dívida Pública	3 372 564	3 363 280	0,3%
Títulos de Rendimento Variável	230	230	0,0%
Partes de Capital em Associadas	230	230	0,0%
Estrangeiros	92 963 562	92 245 367	0,8%
Títulos de Rendimento Fixo	88 117 407	88 773 306	-0,7%
De Dívida Pública	5 770 135	6 120 093	-5,7%
De Outros Emissores Públicos	12 989 626	13 588 703	-4,4%
De Outros Emissores	69 357 646	69 064 510	0,4%
Títulos de Rendimento Variável	4 846 155	3 472 061	39,6%
Unidades de Participação em fundos de investimento	4 846 155	3 472 061	39,6%
Total	96 336 356	95 608 877	0,8%

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

O Risco de Mercado é composto pelos riscos apresentados nos seguintes pontos.

4.1.1 Risco de variação de preços no mercado de capitais, Risco de taxa de juro e Risco imobiliário

Estes riscos resultam da instabilidade dos mercados financeiros, provocada por variações adversas nas taxas de juro, taxas de câmbio, no valor do imobiliário ou nos preços das ações.

Tendo em conta a natureza do negócio Não Vida, onde grande parte dos contratos são de

curto e médio prazo, o risco de *mismatching* assume especial importância neste período temporal. A VICTORIA assume uma posição de muito rigor procurando que os ativos afetos às responsabilidades estejam o mais próximo possível destas, mitigando desta forma, os riscos decorrentes de eventuais oscilações de mercado. Em dezembro de 2020, a taxa de cobertura ativo versus passivo era de 127,7% (2019: 128,0%).

Carteira	Ativos	Provisões	Cobertura
AT	45.069	28.296	159,3%
NL	59.692	57.710	103,4%
Total Seguros Afectos	104.761	86.007	121,8%
Livres	5.112	n.a.	0,0%
TOTAL SEGUROS	109.873	86.007	127,7%

(VALORES EM MILHARES DE EUROS)

obs.: entenda-se AT e NL como acidentes de trabalho e restantes ramos não vida, respetivamente.

4.1.2 Risco de liquidez

A incerteza face ao momento de ocorrência e ao montante dos fluxos de saída de caixa relacionados com a atividade seguradora pode afetar a capacidade da empresa de seguros para fazer face às suas responsabilidades, podendo implicar custos adicionais na alienação de investimentos ou outros ativos.

A gestão deste risco assenta numa análise de curto prazo (15 meses) em termos de liquidez face aos cash-flows operacionais e simultaneamente na definição de uma política de investimentos que contempla uma

percentagem de ativos com elevado grau de liquidez.

A projeção dos cash-flows da carteira de investimentos indica que aproximadamente 11,3 milhões de euros de liquidez serão gerados em 2021.

Em 2020 a pandemia de Covid-19 levou os bancos centrais a intervirem nos mercados financeiros, assegurando liquidez e financiamento às famílias. Assim, apesar da crescente fragilidade das finanças públicas de alguns Estados Europeus, as taxas de juro voltaram a descer e registaram mais uma vez mínimos históricos. Neste contexto, a

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

exposição a Dívida Pública manteve-se como um ativo importante, embora a exposição global tenha sido reduzida. No final do exercício a exposição era de 9,1 milhões de euros (2019: 9,4) que correspondem a 9,5% da carteira de ativos (2019: 9,9%). Cerca de 65% destes títulos correspondem a Dívida emitida por países de menor risco (França, Alemanha e Finlândia), sendo o restante uma posição de 3,4 em Obrigações do Tesouro nacionais. Face ao ano anterior a exposição a unidades de participação de fundos de investimento subiu

para 4,8 milhões de euros (2019: 3,4), representando 5,0% da carteira de investimentos (2019: 3,6%). A exposição a unidades de participação é composta essencialmente por fundos de mercado monetário.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) tendo em consideração as diferentes maturidades dos ativos financeiros:

Maturidades	2020	%	2019	%
< 1 ano	10.361.953	9,9%	4.425.805	4,5%
1 a 2 anos	15.270.373	14,6%	10.849.713	11,0%
3 a 5 anos	44.336.587	42,5%	49.100.677	49,8%
6 a 10 anos	20.600.869	19,7%	26.828.876	27,2%
> 10 anos	8.968.921	8,6%	3.905.750	4,0%
sem maturidade	4.876.349	4,7%	3.494.746	3,5%
Total Geral	104.415.052	100,0%	98.605.567	100,0%

4.2 Risco de crédito

O risco de crédito está associado a uma possível alteração da situação creditícia dos emitentes de valores mobiliários, contrapartes ou quaisquer devedores a que a Companhia se encontra exposta. A exposição ao risco de crédito advém, assim, das transações financeiras da Companhia com emitentes de valores mobiliários, devedores, mediadores, tomadores de seguros, cosseguradoras e resseguradoras.

O risco de crédito na VICTORIA é essencialmente relevante no que concerne às suas transações financeiras com emitentes de valores mobiliários, ou seja, à exposição dos ativos financeiros a obrigações e por outro lado às suas transações financeiras com resseguradoras. Em ambos os casos, a exposição aos riscos referidos é gerida tendo em conta a situação creditícia dos emitentes. A política seguida pela VICTORIA neste contexto baseia-se em critérios de ratings de elevada qualidade.

4.2.1 Valores Mobiliários

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) de acordo com os ratings:

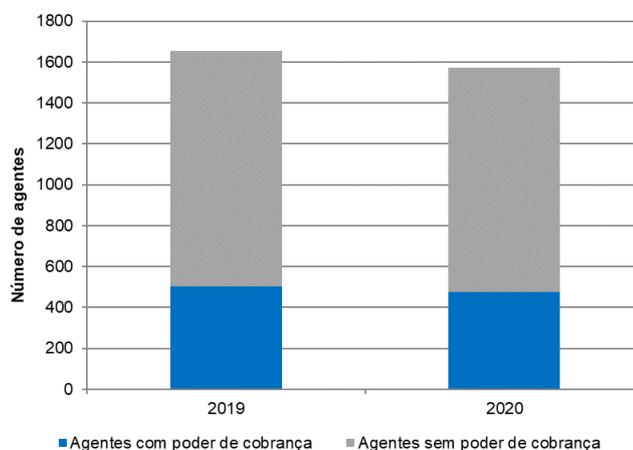
Rating Médio	2020	%	2019	%
AAA	8.853.670	8,5%	9.342.937	8,8%
AA	16.050.394	15,4%	17.572.439	14,0%
A	27.984.311	26,8%	28.539.908	27,1%
BBB	29.803.810	28,5%	27.858.989	23,8%
BB	1.261.866	1,2%	966.086	1,3%
B	0	0,0%	189.293	
NR	20.461.001	19,6%	14.135.915	25,0%
Total	104.415.052	100,0%	98.605.567	100,0%

Como referido anteriormente o ambiente económico foi propício a uma descida acentuada nas taxas de juro, que se refletiu positivamente nos rendimentos gerados pela Dívida Soberana, mas também na Dívida de Empresas. Desta forma o perfil de risco da carteira manteve-se bastante conservador o que se reflete numa elevada qualidade de crédito: cerca de 79,2% da carteira possui qualidade de *investment grade* (2019: 84,5%). A exposição à Dívida Pública dos países europeus periféricos era no final do exercício de 3,5% da carteira global (2019: 3,6%) e

corresponde a obrigações emitidas por Portugal.

4.2.2 Mediadores

No âmbito do risco de crédito proveniente de mediadores, o mesmo mantém um acompanhamento continuo por parte da VICTORIA, apostando no rigor na seleção destes e na atribuição de poderes de cobrança. De assinalar que em 2020, o número de mediadores com poderes de cobrança manteve-se estável.



Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Com uma periodicidade mensal, são também elaborados indicadores de risco em função da evolução dos saldos das contas correntes e rácios de endividamento.

O acompanhamento dos saldos consolidados, devedores e planos de pagamento como tentativa de recuperar a dívida são acompanhados pela Direção Financeira, a qual de forma a mitigar o impacto a nível de resultados constitui uma provisão, com os seguintes critérios:

- 100% do valor planos em incumprimento;
- 100% dos saldos devedores que entraram na área de Contencioso, para acionar a respetiva ação legal para recuperar o valor da dívida;
- 100% para o montante dos restantes saldos em dívida;

- Para os planos de pagamento em vigor a percentagem de provisionamento é determinada com base no risco de incumprimento e varia entre 45% e 90%.

Por outro lado, de forma a mitigar o risco, quando se regista um incumprimento na prestação de contas por parte dos mediadores é-lhes inibido o poder de cobrança.

4.2.3 Tomadores de Seguros

Relativamente ao risco de crédito inerente aos Tomadores de Seguro, este é acompanhado através da análise de indicadores de prémios pendentes e prémios brutos emitidos, apurados trimestralmente e calculados pela Direção Financeira:

Indicadores de Cobrança			
	2020	2019	Var.
Total de Prémios Brutos Emitidos	84 884 550	85 267 030	-382 479
Pendentes / PBEs	5,2%	4,5%	0,7%
Total de Prémios Pendentes com mais de 3 meses	1 412 475	1 122 041	290 434
Pendentes + 3 meses / Total de Pendentes	31,9%	29,0%	2,8%
Provisão para recibos por cobrar	1 689 077	1 498 665	190 412
Provisão recibos por cobrar / Total Pendentes	38,1%	38,8%	-0,7%

Comparando com o ano transato o total de prémios emitidos desceu ligeiramente para 84,8 milhões de euros (2019: 85.3), tendo o indicador de cobrança “Pendentes / PBEs” deteriorado de 4,5% para 5,2%. A antiguidade dos prémios por cobrar evolui de forma

ligeiramente negativa, tendo o total de prémios pendentes com antiguidade superior a 3 meses fechado o ano com um volume de 1.412.475 EUR (2019: 1.122.041 EUR). Globalmente o valor provisionado para prémios subiu para os 1,7 milhões de euros.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

4.2.4 Resseguradoras

O acompanhamento do risco de crédito das resseguradoras é efetuado trimestralmente, tendo em conta a variação dos ratings, prémios cedidos e respetivos saldos.

Em 2020, manteve-se a preocupação de privilegiar relações com resseguradores financeiramente sólidos e a proceder a uma adequada dispersão dos riscos.

Medidas para mitigação do Risco de mercado

A mitigação do risco de investimento é efetuada através de uma correta política de investimentos. A utilização e análise de indicadores de alerta pré-definidos permite à VICTORIA antecipar possíveis situações de risco, e como tal, agir de forma rápida e eficiente no desenvolvimento e implementação de medidas de mitigação do risco detetado.

O indicador abaixo referido é monitorizado diariamente ao nível da Companhia.

- “Risk-based capital”: este indicador permite identificar se a estratégia de alocação dos ativos implementada está de acordo com a solidez financeira da empresa. Desta forma, torna-se possível adequar atempadamente a estratégia de investimentos, em

função do comportamento dos mercados financeiros, bem como, dos resultados técnicos do exercício em curso.

4.3 Risco de Concentração

O risco de concentração corresponde à exposição da Companhia a possíveis perdas originadas por uma elevada exposição a determinadas fontes de risco, nomeadamente categorias de ativos.

A Direção Financeira, em particular a área de Investimentos em conjunto com a entidade gestora do grupo analisa periódica e detalhadamente a estrutura a nível de carteira de ativos identificando e mitigando atempadamente este risco. Por outro lado, existe também um acompanhamento mensal da política de investimentos seguida vs. estrutura da carteira por parte do Comité de Investimentos e ALM.

Além deste acompanhamento, é também validado pela área de investimentos que as várias carteiras respeitam os limites legalmente estipulados pela ASF e no caso de desvios existe uma comunicação à entidade SMA Vie, a qual responde de imediato à resolução do mesmo.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

5. Margem de Solvência

A 1 de janeiro de 2016 entrou em vigor o novo regime de solvência (Solvência II), aprovado pela Diretiva 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro.

Nesse contexto, foi publicada a Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, que transpõe para o Direito interno aquela Diretiva introduzindo alterações muito significativas ao regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora (RJASR), procedendo, igualmente, a algumas alterações, quer ao regime do contrato de seguro, quer ao regime dos fundos de pensões, entre outros.

No regime de Solvência II salienta-se a avaliação dos ativos e passivos de uma forma consistente e baseada em princípios económicos, o maior alinhamento das exigências regulamentares de capital com os riscos efetivamente assumidos pelas empresas de seguros e a promoção de uma cultura de gestão baseada nos riscos.

O regime de Solvência II tem uma estrutura de três pilares, em que cada um governa um aspeto diferente. A saber:

Pilar I

Compreende os requisitos quantitativos, nomeadamente no que se refere às provisões técnicas, aos investimentos e ao apuramento de dois níveis de requisitos de capital – o

requisito de capital de solvência (SCR) e o requisito de capital mínimo (MCR).

O SCR é calculado tendo em conta os riscos aos quais a empresa de seguros se encontra exposta, designadamente os riscos de mercado, os riscos de contraparte, os riscos específicos e os riscos operacionais.

O MCR corresponde ao montante de fundos próprios que deve ser sempre preservado, sob pena de colocar em risco o cumprimento das responsabilidades da seguradora.

Pilar II

O segundo Pilar compreende os requisitos qualitativos, com enfoque na implementação de um sistema de governação robusto, o qual deve incluir mecanismos de gestão dos riscos, de controlo interno, as funções-chave (gestão de riscos, *compliance*, atuarial e auditoria interna) e o exercício de autoavaliação do risco e da solvência (ORSA).

No exercício ORSA, realizado com uma periodicidade mínima anual, a Companhia efetua uma análise prospetiva da suficiência do capital, tendo em conta o seu perfil de risco, o qual é apurado com base nos objetivos de negócio definidos a curto e médio prazo. Neste exercício são igualmente analisados os resultados obtidos em cenários de stress, o que permite avaliar a resiliência da Companhia face a cenários adversos.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Este Pilar é também composto pelas disposições relativas ao processo de supervisão baseado nos riscos.

Pilar III

O terceiro e último Pilar compreende a transparência e a disciplina de mercado, através dos requisitos de prestação pública de informação e de reporte às entidades de supervisão e ao público. De forma sumária, este Pilar visa assegurar que a informação a respeito da solvência e situação financeira das empresas de seguros é clara, objetiva e útil para assegurar a tomada de decisões informadas por parte dos consumidores.

Neste âmbito, a Companhia reportou à ASF, de forma extraordinária, a informação de abertura de Solvência II referente a 1/1/2016. Desde então, a Companhia tem efetuado o reporte trimestral e anual dos modelos quantitativos, bem como o reporte dos relatórios narrativos, de entre os quais o Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira - relatório anual, disponibilizado no segundo trimestre e certificado pelo Revisor Oficial de Contas e pelo Atuário Responsável. Em linha com o exposto acima, considera-se pertinente apresentar o rácio de cobertura do SCR e o rácio de cobertura do MCR dos dois

	31/12/2020	31/12/2019
SCR	18.645.198	17.688.852
Rácio de Cobertura SCR	252,7%	260,5%
MCR	5.418.840	5.542.231
Rácio de Cobertura MCR	869,5%	831,5%
Fundos Próprios Elegíveis SCR	47.116.323	46.082.935
Fundos Próprios Elegíveis MCR	47.116.323	46.082.935

6. Risco operacional

O risco operacional corresponde ao risco de perdas resultantes da inadequação ou falha nos procedimentos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos.

Relativamente ao Sistema de Controlo Interno, em particular no âmbito do Risco Operacional, destacam-se em 2020 as seguintes atividades na gestão e mitigação deste risco:

- Manteve-se o desenvolvimento da gestão do risco operacional e respetivos controlos alinhados com a metodologia do Grupo;
- Continuação da atualização dos processos e da matriz de risco operacional;
- Gestão do Registo de Incidentes/Perdas, na ferramenta eFront;
- Gestão do Registo sobre a avaliação dos riscos e controlos na ferramenta eFront;
- Análise das anomalias reportadas relativas aos sistemas centrais;

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

- Acompanhamento e gestão de implementação de melhorias;
- Realização de ações de formação sobre Risco Operacional e sistema suporte

(eFront), aos GeCIPs (Gestores de Controlo Interno Permanente).

7. Risco de Conformidade

No âmbito da conformidade pretende-se assegurar as condições necessárias à observância e cumprimento de todos os imperativos de natureza jurídico-legal com impacto no desenvolvimento da atividade. Esta função mantém-se integrada na área do Jurídico e visa mitigar o risco de perdas financeiras ou reputacionais em consequência do incumprimento da legislação em vigor.

Neste domínio, as principais atividades desenvolvidas em 2020 consubstanciam-se nos seguintes procedimentos:

- Verificação diária dos sítios institucionais;
- Divulgação aos Departamentos das informações e matérias específicas nos quais possam ter impacto e a toda a empresa, em matérias transversais, através de e-mail, sempre com o conhecimento da área de Gestão de Riscos;
- Divulgação das medidas restritivas, tendo em vista a sua publicação no Portal de Agentes, cumprindo assim as orientações da ASF;
- Acompanhamento das iniciativas legislativas e colaboração para a

implementação na VICTORIA dos diplomas publicados;

- Monitorização e controlo periódico do “Reporte Externo”.
- Controlo mensal do cumprimento e implementação de normas, leis ou regulamentos com impacto na atividade, bem como da jurisprudência mais relevante;
- Controlo mensal das atividades da Autoridade de Supervisão ou outras entidades públicas relativamente a inspeções, informações, autos de contraordenação, questionários e quaisquer ações implementadas, bem como o respetivo acompanhamento e resposta por parte da VICTORIA;
- Registo e controlo de incidentes de conformidade na aplicação de gestão de risco operacional (e-Front);
- Cumprimento do dever de atualização da informação constante no Registo Central do Beneficiário Efetivo;
- Reporte mensal à UIF/DCIAP das situações previstas na Portaria n.º 310/2018, de 4 de dezembro;

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

- Atualização periódica da Matriz de Avaliação de Risco de Branqueamento de Capitais e Combate ao Financiamento do Terrorismo, nomeadamente devido à alteração de jurisdições não cooperantes e outros fatores de risco quando se justificou.
- Articulação e reporte de informação para a organização de Prevenção de Branqueamento de Capitais e Combate ao Financiamento do Terrorismo constituída no Grupo SMA.

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 1 – Caixa e equivalentes e depósitos à ordem

O saldo apresentado nesta rubrica, tem a seguinte decomposição:

	2020	2019
Caixa e equivalentes	5.759	11.841
Depósitos à ordem	1.423.903	1.344.168
	1.429.662	1.356.009

O valor existente em Caixa destina-se a fazer face a pequenas despesas administrativas efetuadas diretamente pelas Delegações. Os saldos credores existentes em Depósitos à Ordem, quando existem, encontram-se

refletidos em Outros Credores por Outras Operações. A existência destes saldos deve-se na sua generalidade, ao desfasamento no reconhecimento de algumas operações.

NOTA 2 – Terrenos e Edifícios

De acordo com as políticas contabilísticas mencionadas no Ponto III, os terrenos e edifícios classificados como de uso próprio encontram-se valorizados através do modelo de revalorização. As taxas de depreciação são determinadas pelo número de anos de vida útil

atribuída a cada imóvel, em função das avaliações efetuadas. Os terrenos e edifícios classificados como de rendimento encontram-se valorizados através do modelo de justo valor.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Terrenos e Edifícios	Exerc. última avaliação	Valor Aquisição	Valor de Avaliação	Variação Justo Valor	Vida útil
Av. Comb. Grande Guerra	2020	357.333	183.300	(122.980)	75
Av. Bons Amigos,67 A – Cacém	2020	268.008	208.000	(22.864)	70
Av. Brasil 6 – Oeiras	2020	166.737	180.000	17.600	70
Total		792.078	571.300	(128.244)	

O movimento verificado nesta rubrica é analisado como segue:

Terrenos e Edifícios Uso Próprio	Saldo Inicial		Aquisições	Reavaliações	Alienações	Amortizações	Saldo final
	Valor Bruto	Amortizações					Valor Líquido
Terrenos	215.627			(46.318)			169.309
Edifícios	510.583			(101.669)		6.923	401.991
Total	726.210	-	-	(147.987)	-	6.923	571.300

Para determinação do justo valor dos imóveis, foram utilizadas avaliações efetuadas por entidades independentes e devidamente

credenciadas para o efeito. Anualmente são efetuados testes de imparidade.

NOTA 3 – Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

No início de dezembro de 2014, a VICTORIA – Seguros, S.A adquiriu uma quota representativa de 23% do capital social de 1.000 Euros da sociedade SELICOMI Portugal, Lda, entidade constituída igualmente em dezembro, cuja atividade tem por objeto a compra e venda de bens imóveis, bem como a exploração e gestão, nomeadamente o arrendamento, dos mesmos.

Esta sociedade encontra-se valorizada, de acordo com as políticas contabilísticas

descritas no ponto III, ao custo de aquisição líquido de imparidades.

O património imobiliário da sociedade, é constituído pelo imóvel sito no número 46 da Rua Camilo Castelo Branco, Lisboa, adquirido pelo montante de Euros 14.904.239. De acordo com avaliação efetuada no fim do exercício, o valor do imóvel ascende a Euros 19.309.000 (2019: Euros 22.462.978).

NOTA 4 – Ativos disponíveis para venda

A carteira de ativos disponíveis para venda apresenta a seguinte composição:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

	2020			2019		
	Custo de Aquisição amortizado	Reserva de justo valor	SaldoFinal	Custo de Aquisição amortizado	Reserva de justo valor	SaldoFinal
Instrumentos de capital e Unidades de Participação	4.659.312	186.843	4.846.155	3.465.670	6.391	3.472.061
Títulos de Dívida	85.537.525	2.609.155	88.146.680	86.624.271	2.178.450	88.802.721
Dívida Pública	5.354.155	429.859	5.784.014	5.733.215	390.187	6.123.402
De Outros Emissores Públicos	12.938.619	32.794	12.971.413	13.536.668	33.733	13.570.401
De Outros Emissores	66.806.949	2.146.502	68.953.451	66.907.437	1.754.530	68.661.967
Acréscimos de Juros	437.802	-	437.802	446.951	-	446.951
Total	90.196.837	2.795.998	92.992.835	90.089.941	2.184.841	92.274.782

Em 31 de dezembro de 2020, os ativos disponíveis para venda encontram-se valorizados ao justo valor de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por *providers*.

De acordo com o IFRS 7, os ativos financeiros detidos para venda podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – Cotações (não ajustadas) em mercado ativo para ativos ou passivos idênticos

Nível 2 – Técnicas de avaliação para as quais os inputs de importância significativa para a mensuração do justo valor é direta ou indiretamente observável

Nível 3 – Técnicas de avaliação para as quais os inputs de importância significativa para a mensuração do justo valor não é observável

No decurso do ano, não se verificaram transferências entre os vários níveis.

Sectores	2020					2019				
	%	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	%	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Bens Consumo, Cíclicas	11,2%	10.370.173	10.370.173	-	-	8,5%	7.824.440	7.824.440	-	-
Bens Consumo, Não Cíclicas	13,0%	12.063.760	12.063.760	-	-	14,4%	13.309.138	13.309.138	-	-
Industrial e Matérias Primas	5,2%	4.798.191	4.798.191	-	-	6,4%	5.899.613	5.899.613	-	-
Utilities	4,9%	4.593.410	4.593.410	-	-	4,2%	3.907.270	3.907.270	-	-
Energia	2,9%	2.694.460	2.694.460	-	-	3,4%	3.115.513	3.115.513	-	-
Comunicações e Tecnologia	10,1%	9.368.225	9.368.225	-	-	10,8%	9.978.147	9.978.147	-	-
Financeiro	36,9%	34.323.098	34.323.098	-	-	37,3%	34.460.828	34.460.828	-	-
Serviços	0,0%	-	-	-	-	0,0%	-	-	-	-
Dívida Soberana	10,7%	9.935.363	9.935.363	-	-	11,2%	10.307.772	10.307.772	-	-
Fundo Ações	0,8%	698.754	-	698.754	-	0,0%	-	-	-	-
Fundo Obrigações	4,5%	4.147.401	-	4.147.401	-	3,8%	3.472.061	-	3.472.061	-
Total Geral	100%	92.992.835	88.146.680	4.846.155	-	100%	92.274.782	88.802.721	3.472.061	-

NOTA 5 – Empréstimos e contas a receber

A rubrica é analisada do seguinte modo:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

	2020	2019
Outros Depósitos – Dep Prazo	-	-
Acréscimos de Juros	-	-
Empréstimos concedidos	7.964.620	2.967.188
Acréscimos de Juros	84.111	7.047
Outras Contas a receber	29.964	22.455
	8.078.695	2.996.690

O montante reconhecido em Empréstimos, respeita a suprimentos efetuados às seguintes sociedades:

SELICOMI Portugal, Lda, EUR 2.959.610

VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. EUR 5.000.000

Outras Entidades EUR 5.010

O empréstimo concedido à VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. tem a natureza de empréstimo subordinado, concedido com a finalidade de reforço dos fundos próprios elegíveis para efeitos de Solvência II.

NOTA 6 – Investimentos a deter até à maturidade

A categoria de investimentos a deter até à maturidade, é composta do seguinte modo:

	2020		2019	
	Justo Valor	Valor de Balanço	Justo Valor	Valor de Balanço
Títulos de Dívida	3.998.138	3.343.292	3.979.154	3.333.865
Dívida Pública	3.958.386	3.303.540	3.939.510	3.294.221
De Outros Emissores Públicos				
De Outros Emissores				
Acréscimos de Juros	39.752	39.752	39.644	39.644
Total	3.998.138	3.343.292	3.979.154	3.333.865

No decurso de 2020 não houve alterações nos ativos classificados nesta categoria. A variação positiva no justo valor deveu-se à evolução positiva registada pelas obrigações de Dívida Pública Nacionais que representam a totalidade deste investimento.

Por forma a assegurar os requisitos que possibilitam a classificação dos títulos nesta

categoria de investimentos, a VICTORIA efetuou testes de liquidez à restante carteira de ativos, tendo-se verificado que a companhia detém meios mais que suficientes para financiar os passivos estimados até ao final de 2024, pelo que não se estima qualquer necessidade de realização destes ativos.

NOTA 7 – Afetação dos Investimentos

Os investimentos, encontram-se afetos da seguinte forma:

2020	Seguros Acidentes Trabalho	Outros Seguros	Não Afectos	TOTAL
Caixa e equivalentes	12 878	1 416 784		1 429 662
Terrenos e Edifícios		571 300		571 300
Investimentos em filiais, associadas e emp conjuntos	230			230
Activos financeiros detidos para negociação				-
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor por resultados				-
Instrumentos de Capital e Unid Participação				-
Títulos de Dívida				-
Activos disponíveis para venda	38 677 048	54 315 787	-	92 992 835
Instrumentos de Capital e Unid Participação	1 122 259	3 723 896		4 846 155
Títulos de Dívida	37 554 789	50 591 891		88 146 680
Empréstimos concedidos e contas a receber	2 966 461	-	5 112 234	8 078 695
Depósitos a Prazo				-
Empréstimos concedidos	2 966 461		5 082 270	8 048 731
Outras Contas a receber			29 964	29 964
Investimentos a deter até à maturidade	3 343 292	-	-	3 343 292
Instrumentos de Capital e Unid Participação				-
Títulos de Dívida	3 343 292			3 343 292
TOTAL	44 999 909	56 303 871	5 112 234	106 416 014

Para o ano transato, a afetação era a seguinte:

2019	Seguros Acidentes Trabalho	Outros Seguros	Não Afectos	TOTAL
Caixa e equivalentes	17.692	1.338.317		1.356.009
Terrenos e Edifícios		726.210		726.210
Investimentos em filiais, associadas e emp conjuntos	230			230
Activos financeiros detidos para negociação				-
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor por resultados				-
Instrumentos de Capital e Unid Participação				-
Títulos de Dívida				-
Activos disponíveis para venda	39.167.704	53.107.078	-	92.274.782
Instrumentos de Capital e Unid Participação	1.422.513	2.049.548		3.472.061
Títulos de Dívida	37.745.191	51.057.530		88.802.721
Empréstimos concedidos e contas a receber	2.966.658	-	30.032	2.996.690
Depósitos a Prazo				-
Empréstimos concedidos	2.966.658		7.577	2.974.235
Outras Contas a receber			22.455	22.455
Investimentos a deter até à maturidade	3.333.865	-	-	3.333.865
Instrumentos de Capital e Unid Participação				-
Títulos de Dívida	3.333.865			3.333.865
TOTAL	45.485.919	55.171.605	30.032	100.687.786

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

NOTA 8 – Outros ativos tangíveis e Inventários

Os outros ativos tangíveis são analisados como segue:

	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências	Alienações	Amortizações do exercício		Saldo Final (valor líquido)
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações	e abates		Reforço	Regularizações	
EQUIPAMENTO									
Equipamento administrativo	911.301	(848.575)	3.149				(8.835)		57.040
Máquinas e ferramentas	136.015	(127.069)	5.177				(1.927)		12.196
Equipamento informático	2.136.185	(1.734.069)	224.065				(136.156)		490.025
Instalações interiores	175.712	(172.208)					(2.860)		644
Outro Equipamento	1.346.356	(1.346.356)							-
Sub-Total	4.705.569	(4.228.277)	232.391				(149.778)		559.905
PATRIMÓNIO ARTÍSTICO	8.366								8.366
TOTAL	4.713.935	(4.228.277)	232.391				(149.778)		568.271

Os bens de Inventário correspondem a material de consumo administrativo e material de divulgação dos produtos comercializados.

NOTA 9 – Ativos sob Direito de Uso

Da análise efetuada aos contratos existentes na Companhia, os ativos sob direito de uso estão classificados, da seguinte forma:

ATIVOS SOB DIREITO USO	Saldo Inicial	Entradas/ Ajuste	Saídas/ Ajuste	Amortizações	Saldo Final	Juros Suportados
Terrenos e Edifícios de uso próprio						
Contratos de arrendamento	1 308 443		(162 436)	(387 578)	758 429	(100 875)
Ativos tangíveis						
Viaturas	284 282	157 363		(118 869)	322 776	(23 009)
Total	1 592 725	157 363	(162 436)	(506 447)	1 081 205	(123 884)

A componente variável destes contratos totalizou 61.499 Euros (2019: 28.861 Euros), os quais se encontram registados em resultados do ano.

NOTA 10 – Outros ativos intangíveis

A análise é efetuada através do seguinte quadro:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Amortizações do exercício		Saldo Final (valor líquido)
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
Despesas de Desenvolvimento	169.388	(169.388)							-
Despesas Aplicações Informáticas	22.402.700	(18.227.583)	36.766		1.419.539		(1.682.375)		3.949.047
Activos Intangíveis em curso	2.310.274		1.192.545		(1.419.539)				2.083.280
Outros	1.068.396	(1.068.396)							-
TOTAL	25.950.758	(19.465.367)	1.229.311	-	-	-	(1.682.375)	-	6.032.327

NOTA 11 – Outros devedores por operações de seguros e outras operações

O saldo desta conta é analisado como se segue:

	2020	2019
Tomadores de Seguros	6.188.087	4.870.077
Mediadores de Seguros	3.573.453	3.475.294
Co-Seguradores	114.414	167.621
Outros Devedores	2.748.591	2.806.804
Imparidade	(4.775.709)	(4.456.609)
Sub-Total	7.848.836	6.863.187
Resseguradores e Ressegurados	191.663	36.117
Imparidade	(333)	(675)
Sub-Total	191.330	35.442
Outros Devedores	4.859.245	4.617.623
Imparidade	(63.007)	-
Sub-Total	4.796.238	4.617.623
TOTAL	12.836.404	11.516.252

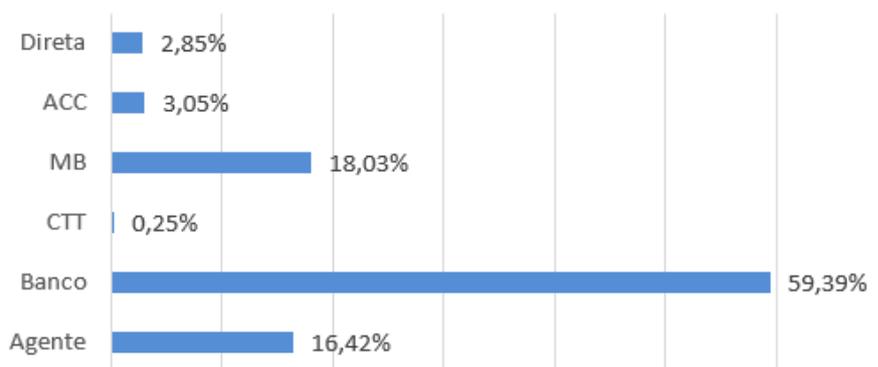
A companhia tem vindo a efetuar um desenvolvimento de ferramentas, nomeadamente através da sua página na internet, que possibilitam uma maior proximidade com o cliente e o mediador, bem como ao nível dos processos por forma a alcançar uma maior eficácia na cobrança de prémios, incentivando a utilização do canal bancário através dos protocolos de Débito Direto e SEPA.

Como consequência direta da pandemia COVID-19, relativo ao pagamento do prémio de

seguro e aos efeitos da diminuição do risco nos contratos de seguro decorrente do facto de existirem setores da atividade económica suspensos ou com reduções significativas, e por aplicação da Norma Regulamentar n.º8/2020-R, verificou-se um prolongamento no prazo de pagamento e/ou anulação dos contratos, o que originou um aumento da rubrica Tomadores de Seguros.

A distribuição da cobrança pelos diferentes canais, foi a seguinte:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019



Em Operações de Seguro Direto, o risco de não cobrança de prémios dos Tomadores de seguros, está corrigido pelo ajustamento apurado no montante de Euros 1.689.077 (2019: Euros 1.498.665). Em cumprimento da Norma N.º16/2006-R, o coeficiente aplicado (Prémios de Contratos Anulados por falta de pagamento / Prémios Brutos Emitidos - por Ramo) traduz a realidade de 2020, uma vez que nos testes efetuados não se verificaram diferenças significativas em relação aos anos anteriores. Relativamente à rubrica de Mediadores, para além dos saldos de conta corrente, encontram-se também reconhecidos

os montantes relativos a acordos de pagamento, sobre os quais foi registado um ajustamento no montante de Euros 2.834.962 (2019: Euros 2.711.830).

Os montantes de Outros Devedores respeita a processos de sinistros de concomitantes no montante de Euros 2.748.591 (2019: Euros 2.806.804) que ainda se encontram pendentes de regularização

Em Outras Operações encontram-se registados, entre outros, os saldos entre as empresas do grupo conforme demonstrado na Nota 18.

NOTA 12 – Ativos e Passivos por Benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo

Esta rubrica destina-se a reconhecer as responsabilidades da companhia em matéria de obrigações com benefícios dos empregados.

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos, deixando

estes colaboradores de estarem abrangidos por um plano de benefício definido para passarem a ter um plano de contribuição definida – Plano Individual de Reforma. Relativamente à alteração do plano e atendendo a que o valor das responsabilidades pelos serviços passados, relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

no ativo, se encontrava integralmente financiado, foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma. No decurso de 2012, e após comunicação da alteração do plano ao ISP, foi liquidada a responsabilidade, tendo sido apurado os valores devidos e efetuada a comunicação aos colaboradores. No decurso da alteração do plano, foi decidido que o excesso de financiamento deveria permanecer no benefício definido.

Em 2015, por acórdão do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) foi considerado não caducado o anterior CCT para a Atividade Seguradora, denominado como CCT 95. Desta decisão resulta, a aplicação do anterior CCT para os colaboradores sindicalizados no SINAPSA.

	2020	2019
Benefícios de pós emprego	1.048.139	1.029.747
Outros Benefícios de longo prazo	(338.389)	(321.092)
	709.750	708.655

O impacto no resultado do exercício do reconhecimento destas responsabilidades é analisado na Nota 30.

As **Obrigações com benefícios dos empregados** estão constituídas através dos Planos abaixo descritos.

- Plano de Contribuição Definida

Deste modo, a VICTORIA suspendeu a partir de agosto de 2015 inclusive, e para este universo de colaboradores, as contribuições para o plano de contribuição definida, não tendo ainda procedido a qualquer eventual recálculo das responsabilidades para o plano de benefício definido. Nesta situação encontra-se apenas 1 colaborador.

A VICTORIA encontra-se a aguardar parecer da ASF relativamente ao procedimento a adotar.

Adicionalmente, e entre os outros benefícios de longo prazo, a Companhia atribui prémios de antiguidade aos 15, 25 e 40 anos – Jubileus.

O saldo da conta apresenta-se da seguinte forma:

Com a alteração do CCT, o plano de contribuição definida existente, foi objeto de revisão tendo em vista a uniformização de benefícios e procedimentos.

Desta forma, o plano de contribuição definida passou a integrar as anteriores modalidades, em que:

- Para os colaboradores no ativo admitidos na atividade seguradora após 22 de junho de 1995 e participantes do Fundo de Pensões em vigor até 31.03.2012, o valor constituído na sua

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

conta individual foi afeto ao respetivo plano individual de reforma.

- Para os colaboradores dos Associados na situação de ativos, admitidos na atividade seguradora até 22 de junho de 1995, o valor das responsabilidades por serviços passados financiado pelo Plano de Benefício Definido, foi convertido para um Plano Individual de Reforma, à data de 31.12.2011 de acordo com

o método e pressupostos utilizados na avaliação atuarial de 28 de fevereiro de 2012 e aditamento de 08 de junho de 2012.

O plano de contribuição definida abrange participantes e ex-participantes.

Os ativos/ (responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos últimos exercícios, são como segue:

	2020	2019	2018
	Pensões	Pensões	Pensões
Responsabilidade por benefícios	992.987	899.563	775.361
Justo valor dos activos do fundo	992.987	899.563	775.361
Activos/(Responsabilidades) líquidas em balanço	-	-	-

A variação dos ativos do plano contribuição definida em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é analisada como se segue:

	2020	2019
Ativos do Plano a 01 de janeiro	899 563	775 361
Contribuições do empregador	98 776	94 637
Rendimentos e Ganhos financeiros	23 392	53 657
Benefícios pagos	(17 909)	(17 769)
Perdas financeiras	(6 343)	(1 402)
Outras receitas/encargos	(4 492)	(4 921)
Ativos do Plano a 31 de dezembro	992 987	899 563

A taxa de rendimento líquida de encargo de gestão obtida em 2020 foi de 1,3% (5,85% em 2019). As contribuições do empregador seguem o estipulado no CCT e são efetuadas mensalmente.

- Plano de Benefício Definido

Com a alteração do CCT, o plano de benefício definido passou a garantir:

-pagamento de pensões a todos os beneficiários que, á data da alteração do plano, se encontravam a receber uma pensão paga pelo fundo;

-atualização de pensões atribuídas a colaboradores que passaram à situação de reforma por velhice ou invalidez no âmbito do plano de benefício definido anterior.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

	Número	Pensão anual	Pensão média anual	Idade média
Beneficiários	6	8.788€	1.465 €	73

Entre os outros benefícios de longo prazo, a Companhia reconhece para a generalidade dos colaboradores, a responsabilidade com os prémios de permanência em conformidade com o estabelecido pelo CCT, bem como os

benefícios de índole particular como são a atribuição de prémios de antiguidade.

Os ativos/(responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2020 e 2019, são como segue:

	2020			2019		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Responsabilidade por benefícios	163.177	358.806	521.983	167.320	342.485	509.805
Justo valor dos activos do fundo	1.231.733		1.231.733	1.218.460		1.218.460
Activos/(Responsabilidades) líquidas em balanço	1.068.556	(358.806)	709.750	1.051.140	(342.485)	708.655

O valor presente da obrigação de benefícios definidos é o seguinte:

	2020			2019		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Valor actual da responsabilidade em 01 de Janeiro	167 320	342 485	509 805	166 977	306 083	473 060
Custo do serviço corrente		11 263	11 263		36 642	36 642
Custo de juros	1 653	2 141	3 794	3 096	401	3 497
(Ganhos) e perdas actuariais	2 993	2 917	5 910	6 036	(641)	5 395
Benefícios passados não reconhecidos			-			-
Redução de benefícios por via de saídas antecipadas			-			-
Benefícios pagos	(8 789)		(8 789)	(8 789)		(8 789)
Alteração do Plano-CCT	-		-	-		-
Valor actual da responsabilidade em 31 de Dezembro	163 177	358 806	521 983	167 320	342 485	509 805

Adicionalmente, a VICTORIA transferiu parte das suas responsabilidades com pensões de reforma através da aquisição de apólices de seguro de vida, a prémio único, junto da VICTORIA – Seguros de Vida, SA, MetLife

(anteriormente ALICO) e GNB Seguros de Vida (anteriormente BES-Vida).

A variação do Fundo de Pensões em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é analisada como se segue:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

	2020	2019
Activos do plano em 01 de Janeiro	1.218.460	1.160.088
Retorno esperado dos activos	11.210	1.159
Ganhos e (perdas) actuariais	10.852	66.002
Contribuições do empregador		
Benefícios pagos	(8.789)	(8.789)
Alteração do Plano-CCT		
Activos do plano em 31 de Dezembro	1.231.733	1.218.460

A taxa de rendimento líquida de encargo de gestão obtida em 2020 foi de 1,1% (5,92% em 2019).

Os montantes reconhecidos como custo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, são como segue:

	2020			2019		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Custo do serviço corrente		11.263	11.263		36.642	36.642
Custo de juros	1.653	2.141	3.794	3.096	401	3.497
Retorno esperado dos activos	(11.210)		(11.210)	(1.159)		(1.159)
Benefícios passados não reconhecidos			-			-
Redução de benefícios por via de saídas antecipadas			-			-
Ganhos e perdas actuariais		4.104	4.104		-	-
Total do custo do ano	(9.557)	17.508	7.951	1.937	37.043	38.980

O justo valor dos ativos que constituem o plano 31 de dezembro de 2020 e 2019 é como segue:

	2020		2019	
Fundos de Investimento Imobiliários	0,00%	-	0,00%	-
Fundos de Investimento em Acções	8,55%	105.321	13,68%	166.686
Fundos de Investimento em Obrigações	66,66%	821.036	62,16%	757.451
Obrigações de Taxa Variável	4,50%	55.456	0,00%	-
Obrigações de Taxa Fixa	15,44%	190.236	20,03%	244.004
Mercado Monetário	4,85%	59.684	4,13%	50.319
Total	100,00%	1.231.733	100,00%	1.218.460

O retorno real dos ativos foi de Euros 29.956. Os ganhos e perdas actuariais em 2020 e 2019

reconhecidos em Reservas, são analisadas como segue:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

	2020			2019		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Desvios actuariais reconhecidos em reservas em 01 de Janeiro	73.908	26.679	100.587	13.942	26.038	39.980
Ganhos e (perdas) actuariais das responsabilidades	(2.993)	1.187	(1.806)	(6.036)	641	(5.395)
Ganhos e (perdas) actuariais do fundo	10.852		10.852	66.002		66.002
Redução por alteração do Plano-CCT	-		-	-		-
Desvios actuariais reconhecidos em reservas em 31 de Dezembro	81.767	27.866	109.633	73.908	26.679	100.587

Adicionalmente conforme referido acima, os desvios associados a benefícios de longo prazo foram reconhecidos por contrapartida de resultados, de acordo com o IAS 19.

A redução por alteração do CCT diz respeito à reclassificação dos desvios reconhecidos em

reservas por contrapartida de resultados transitados.

Para efeitos da determinação do valor atual das responsabilidades foram utilizados os seguintes pressupostos e hipóteses de cálculo:

	2020	2019
Tábuas de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Número de pagamentos das pensões por ano	14	14
Taxa de desconto anual	0,396%	0,98%
Taxa anual de crescimento das pensões	1%	1%

A duração das responsabilidades com pensões em pagamento é de 11 anos.

O regime de atualização das pensões rege-se pelo disposto na Cláusula 52ª do CCT.

A evolução das responsabilidades e dos ativos do plano nos últimos 5 anos é analisada como segue:

	2020	2019	2018	2017	2016
Responsabilidade por benefícios	521.983	509.805	473.060	495.221	508.375
Justo valor dos activos do fundo	1.231.733	1.218.460	1.160.088	1.188.536	1.175.940
Activos/(Responsabilidades) líquidas em balanço	709.750	708.655	687.028	693.315	667.565

NOTA 13 – Ativos e Passivos por impostos

A rubrica de Ativos e Passivos por impostos é composta por impostos e taxas correntes, que

corresponde ao valor a pagar ou recuperar de impostos, e por imposto diferido, que

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

corresponde ao valor do imposto sobre o rendimento a pagar em períodos futuros proveniente de diferenças temporárias tributáveis.

O montante dos impostos diferidos é o seguinte:

	Activos		Passivos		Líquido	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Investimentos Financeiros	5.738		(619.675)	(491.589)	(613.937)	(491.589)
Benefícios a empregados	76.138	72.246			76.138	72.246
Provisões	744.796	665.034			744.796	665.034
Imóveis	70.414	44.668	(17.460)	(25.011)	52.954	19.657
Outros Passivos	96.474	84.822			96.474	84.822
Prejuízos Fiscais					-	-
Impostos Diferidos Activos / (passivos)	993.560	866.770	(637.135)	(516.600)	356.425	350.170

O movimento do imposto diferido foi reconhecido como segue:

	2020			2019		
	Reconhecido resultados	Reconhecido nas reservas	Total	Reconhecido resultados	Reconhecido nas reservas	Total
Investimentos Financeiros	-	(122.348)	(122.348)	-	(405.057)	(405.057)
Benefícios a empregados	3.892		3.892	8.245		8.245
Provisões	79.762		79.762	(39.539)		(39.539)
Imóveis	40.908	(7.611)	33.297	(2.392)	(2.861)	(5.253)
Outros Passivos	11.652		11.652	(42.793)		(42.793)
Prejuízos Fiscais	-		-	-		-
Impostos Diferidos Activos / (passivos)	136.214	(129.959)	6.255	(76.479)	(407.918)	(484.397)

A constituição IDA por prejuízos fiscais é prudencial, e para a avaliação e reconhecimento de IDA, a VICTORIA tem em consideração o facto de aplicar o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades, uma vez que integra o perímetro

fiscal da empresa mãe, VICTORIA Internacional de Portugal - SGPS, SA.

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2020 e 2019 é analisado como segue:

	2020	2019
Imposto Corrente	(759.556)	(385.894)
Imposto Diferido	136.214	(76.479)
Imposto Exercício	(623.342)	(462.373)

O imposto sobre o rendimento reportado nas reservas é analisado como segue:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

	2020	2019	Varição
Imposto Diferido	(633.059)	(503.100)	(129.959)
Investimentos Financeiro	(613.937)	(491.589)	(122.348)
Imóveis	(19.122)	(11.511)	(7.611)
Total imposto reconhecido reservas	(633.059)	(503.100)	(129.959)

A reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

	2 020	2 019
RESULTADO ANTES IMPOSTO	2 291 602	1 313 516
Taxa Imposto	0	0
Imposto Calculado com base taxa imp	(515 610)	(295 541)
Outros proveitos e custos excluídos tributação	(3 406)	2 018
Benefícios fiscais e Rendimento Art.º46 e 51	(17 778)	6 509
Imposto Autonomo (Trib. Autonomia+Derrama)	(86 548)	(175 359)
Imposto do Exercício (Corrente+Diferido)	(623 342)	(462 373)

NOTA 14 – Provisões Técnicas

As provisões técnicas à data de 31 de dezembro de 2020 e 2019 são analisadas como segue:

Rubricas	Montante calculado	Custos de aquisição diferidos	Valor do balanço	Valor do balanço
			2020	2019
Provisões técnicas de seguro directo	88.369.021	2.362.466	86.006.555	81.483.258
Provisão para prémios não adquiridos	20.199.380	2.362.466	17.836.914	16.767.497
Provisão para sinistros	60.967.187		60.967.187	58.040.968
Provisão participação resultados	129.369		129.369	11.184
Provisão para desvios de sinistralidade	5.772.371		5.772.371	5.593.705
Outras provisões técnicas	1.300.714		1.300.714	1.069.904
Provisões técnicas de resseguro cedido	20.849.056	-	20.849.056	19.110.933
Provisão para prémios não adquiridos	7.047.436	-	7.047.436	6.510.432
Provisão para sinistros	13.801.620		13.801.620	12.600.501

O montante de custos de aquisição diferidos respeita a comissões de mediação, não sendo efetuado qualquer diferimento dos custos por natureza imputados.

l) Provisão para Sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos, à data do

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

balanço, e inclui uma provisão estimada no montante de 2.036.172 Euros (2019: 2.243.505 Euros) relativa a sinistros ocorridos antes de 31 de dezembro de 2020 e ainda não reportados (IBNR).

Adicionalmente, a provisão para sinistros inclui uma estimativa para encargos futuros de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados e não declarados. No

decorrer de 2020, efetuou-se um estudo atuarial, tendo-se apurado o montante de 1.284.472 Euros (2019: 1.217.159 Euros).

O desenvolvimento da provisão para sinistros relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus ajustamentos (correções) é analisado como segue:

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Provisão para sinistros em 31/12/N-1	Custos com sinistros* montantes pagos no exercício	Provisão para sinistros* em 31/12/N	Reajustamentos
	(1)	(2)	(3)	(3)+(2)-(1)
NÃO VIDA				-
ACIDENTES E DOENÇA	32.803.533	7.073.663	26.478.530	748.660
INCÊNDIO E OUTROS DANOS AUTOMÓVEL	4.987.547	2.752.142	1.957.609	(277.796)
-RESPONSABILIDADE CIVIL	13.841.882	3.520.055	10.549.832	228.005
-OUTRAS COBERTURAS	853.357	400.862	316.377	(136.118)
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	3.284.989	1.806.527	1.943.267	464.805
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	2.098.643	331.569	2.127.670	360.596
CRÉDITO E CAUÇÃO	171.017	-	169.397	(1.620)
PROTECÇÃO JURÍDICA				-
ASSISTÊNCIA				-
DIVERSOS	-	-	-	-
TOTAL	58.040.968	15.884.818	43.542.682	1.386.532
TOTAL GERAL	58.040.968	15.884.818	43.542.682	1.386.532

*Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

O valor dos reajustamentos efetuados no exercício de 2020, relativos a exercícios anteriores, apresentado na nota acima, é explicado pela análise de todos os processos de sinistros em aberto através da conferência dos valores registados e do ano a que se reportam.

Relativamente à provisão para sinistros de Acidentes de Trabalho está incluído o montante de 20.153.825 Euros (Euros 2019: 19.679.234 Euros) referente à provisão matemática para Acidentes de Trabalho.

Os pressupostos atuariais utilizados são analisados, como segue:

- Acidentes de Trabalho – Provisão para Assistência Vitalícia

Esta provisão é apurada numa ótica de Vida, com base numa renda com as seguintes bases técnicas:

- Tabela de mortalidade TV88/90;
- Encargos de Gestão 2%;
- Taxa técnica de 0%;
- Custo médio de 1.231€.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

- Acidentes de Trabalho – Provisões Matemáticas

Esta provisão é apurada numa ótica de Vida, segundo as seguintes bases técnicas:

	Tabelas de Mortalidade	Encargos de Gestão da Renda	Taxa Técnica de Juro
Remidas	TD 88/90	0,00%	5,25%
Não Remidas	TV 88/90	2,00%	2,65%

II) Provisão para Participação nos Resultados

A Companhia possui planos de participação nos resultados na modalidade de Doença. Estes planos são muito variados e não têm um esquema único. Em comum, preveem a possibilidade de devolver uma percentagem, definida contratualmente, dos resultados técnicos dos contratos, como atribuição Participação nos Resultados.

III) Outras Provisões Técnicas - Provisões para riscos em Curso

No apuramento dos prémios tipo 'II' não foram deduzidos os prémios que estatisticamente correspondam a contratos que não serão renovados por falta de pagamento do prémio.

Como é do conhecimento geral, a pandemia COVID-19 afetou significativamente e de forma transversal, todos os setores de atividade. No entanto, derivado das medidas extraordinárias impostas pelo Governo como forma de contenção da pandemia, nomeadamente o confinamento obrigatório, restrição de

circulação e recolhimento domiciliário, existem ramos da atividade económica que se viram obrigadas a suspender por completo a atividade ou com reduções superiores a 50%. Como consequência direta, e por aplicação do DL 20-F/2020 de 12 de maio, as seguradoras foram incentivadas a ajustar as condições contratuais relativamente aos riscos, cujas atividades foram reduzidas ou suspensas. Por outro lado, as taxas de sinistralidade verificadas no decurso de 2020, sofreram variações anormais face ao expectável e projetado com base nos indicadores estatísticos. Atenta a estas circunstâncias, e por forma a colmatar distorções futuras nos riscos assumidos pelas seguradoras, a ASF veio reforçar junto das seguradoras para a necessidade, de com base em fatores credíveis, avaliar as reais necessidades de provisionamento, através do ajustamento dos rácios a ter em consideração para o cálculo da provisão para riscos em curso.

Da aplicação desta orientação, a VICTORIA regista uma provisão para riscos em curso no montante de €1.300.714 (2019: 1.069.904), o que representa um reforço de €230.810.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

O cálculo da provisão, com e sem adoção das medidas prudenciais, é a seguinte:

Ramos	Provisão para Riscos em Curso	
	2020 sem ajuste	2020 com ajuste
Acidentes de doença	-	326.011
IOD	84.656	104.168
Automovel	-	804.057
Maritimo e Transportes	61.217	66.343
Responsabilidade Civil Geral	-	-
Diversos	115	115
	145.988	1.300.694

Os fatores que estiveram na base deste ajuste, centram-se essencialmente em:

- receita de prémios; o prolongamento e/ou suspensão da anulação de contratos por falta de pagamento dos prémios em cobrança
- custos de exploração líquidos de resseguro; as medidas de recolhimento domiciliário que estiveram na origem da implementação do “teletrabalho”, corresponderam a uma redução nos custos. A implementação desta medida exigiu que a companhia tivesse de proceder a ajustes ao nível da organização e dos seus sistemas. Para além, da redução de alguns consumos relacionados com as instalações físicas, uma das medidas que maior impacto teve ao nível dos custos foi a internalização de serviços que anteriormente estavam assegurados por entidades externas, que por forma a garantir os níveis de segurança

dos sistemas informáticos, não foi possível manter. Estas alterações tiveram um impacto nos custos de exploração no montante de € 236.604.

- sinistralidade da carteira; os rácios de sinistralidade das carteiras de automóvel e doença, ramos que sofreram uma redução anormal de sinistros, justificada pelas restrições á circulação e pela redução da assistência a doenças não COVID, foram ajustadas tendo por base o ano anterior, a incidência da sinistralidade verificada no ano e o projetado em plano. O ramo Doença sofreu um ajuste adicional de 2,7 pp tendo por base a sinistralidade verificada no início de 2020 face ao período homologo e o esperado aumento para 2021.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Rácio de Sinistralidade do ano líquido de resseguro	2019	2020	
		Sem ajuste	Com ajuste
Automóvel	78,10%	60,95%	74,19%
Doença	26,31%	25,34%	24,46%

NOTA 15 – Outros credores por operações de seguros e outras operações

O saldo desta conta é analisado como segue:

	2020	2019
Tomadores de Seguros	3.837.119	2.868.886
Mediadores de Seguros	913.510	754.253
Co-Seguradores	147.739	170.049
Sub-total	4.898.368	3.793.188
Resseguradores	2.787.034	3.013.110
Outros Credores	1.539.715	965.260
TOTAL	9.225.117	7.771.558

Em Outras Operações, encontram-se registados os montantes de saldos credores

das contas de Depósitos à Ordem, quando existem, conforme mencionado na Nota 1.

NOTA 16 – Passivos de Locação

Os passivos resultantes dos ativos sob direito de uso, são os seguintes:

Passivos de locação	2020	2019
Terrenos e Edifícios	820.450	1.322.274
Ativos tangíveis	328.738	287.730
	1.149.188	1.610.004

Os compromissos assumidos na componente variável destes contratos, não incluídos na mensuração do passivo de locação, totaliza

Euros 158.626 e tem a seguinte distribuição temporal:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

2021	2022	2023	2024
55.366	49.114	45.095	9.052

NOTA 17 – Acréscimos e Diferimentos

A rubrica destina-se ao reconhecimento, no exercício a que respeitam, de gastos e

rendimentos, pelo que é analisada da seguinte forma:

- Acréscimos e diferimentos no Ativo

	2020	2019
Rendas e alugueres	40.561	40.561
Outros acréscimos e diferimentos	345.330	394.204
Total	385.891	434.765

- Acréscimos e diferimentos no Passivo

	2020	2019
Férias e subsídio de férias	1.088.752	838.796
Outros encargos com pessoal	247.191	207.602
Incentivos comerciais	1.084.890	1.213.804
Outros acréscimos e diferimentos	1.414.603	1.207.662
Total	3.835.436	3.467.864

NOTA 18 – Capital Próprio

A VICTORIA - Seguros, S.A., no seguimento da deliberação na Assembleia Geral Extraordinária de 21 de dezembro de 2012, procedeu ao aumento de capital da sociedade de Euros 17.850.000 através da emissão de 3.400.000 novas ações subscritas integralmente pela acionista VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A., com o valor unitário de Euros 5, perfazendo um total

de Euros 17.000.000, com um ágio da emissão total de Euros 14.008.000.

Na sequência desta operação a VICTORIA-Seguros, S.A. passou a ter um capital social de Euros 34.850.000, representado por 6.970.000 ações, de valor nominal de Euros 5 cada.

No que respeita à Reserva de Reavaliação, a movimentação é analisada como segue:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

- Por ajustamentos no justo valor de ativos

financeiros

	Saldo inicial	Valorizações / Desvalorizações	Diminuições por Venda	Saldo final
De Justo Valor de Activos Financeiros	2.184.841	576.905	34.252	2.795.998
Instrumentos de capital e Unid Participação	6.391	178.474	1.978	186.843
Títulos de Dívida	2.178.450	398.431	32.274	2.609.155
Dívida Pública	390.187	39.672	-	429.859
De Outros Emissores Públicos	33.733	(939)	-	32.794
De Outros Emissores	1.754.530	359.698	32.274	2.146.502
Terrenos e Edifícios	51.161	(33.561)	-	17.600
Total	2.236.002	543.344	34.252	2.813.598

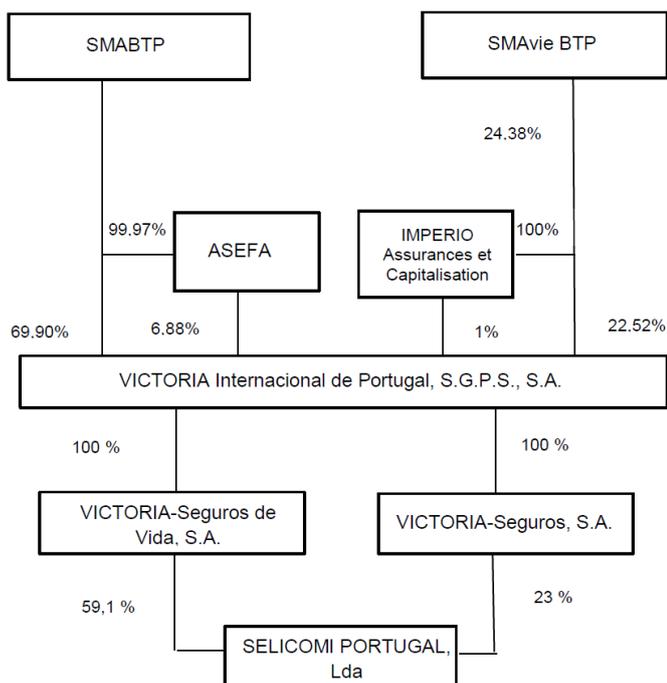
NOTA 19 – Reserva Legal

De acordo com a Legislação Portuguesa, a VICTORIA-Seguros, S.A. tem de constituir uma reserva legal de pelo menos 10% sobre o

resultado líquido anual, até à concorrência do Capital Social.

NOTA 20 – Transações entre partes relacionadas

No decurso de 2020, as entidades relacionadas da Companhia podem ser analisadas como se segue:



Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

A análise das transações com entidades relacionadas, é analisada como segue:

GANHOS E PERDAS	VICTORIA Internacional de Portugal - SGPS, SA	VICTORIA - Seguros de Vida, S.A.	Selicomi	SMABTP	ASEFA	SMA Vie	Investimo
Prémios Adquiridos de Resseguro Aceite				(32.257.120)	272		
Prémios Adquiridos de Resseguro Cedido							
Rendimentos de investimento		77.260	178.023				
Total dos Proveitos	-	77.260	178.023	(32.257.120)	272		
Custos e gastos de exploração - comissões Resseg				(13.354.395)			
Custos com sinistros - parte dos resseguradores				(16.065.973)	18.148		
Outros Gastos Gerais e Administrativos	307.227				8.443	94.179	10.000
Total dos Custos	307.227	-		(29.420.368)	26.591	94.179	10.000
Líquido Proveitos/ (Custos) 2020	(307.227)	77.260	178.023	(2.836.752)	(26.319)	(94.179)	(10.000)
Líquido Proveitos/ (Custos) 2019	(312.191)	-	176.633	(2.152.805)	(3.326)	(50.313)	(15.000)

BALANÇO	VICTORIA Internacional de Portugal - SGPS, SA	VICTORIA - Seguros de Vida, S.A.	Selicomi	SMABTP	ASEFA	SMA Vie	Investimo
Ativo							
Empréstimos e contas a receber		5.000.000	2.959.610				
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido							
Outros Devedores por operações de seguro					20.889		
Outros Devedores por outras operações	2.386.177	1.481.252					
Total do Ativo	2.386.177	6.481.252	2.959.610	-	20.889	-	-
Passivo							
Depósitos recebidos de resseguradores				269.122			
Outros Credores por operações de seguro				2.225.862			
Outros Credores por outras operações							
Total do Passivo	-	-	-	2.494.984	-	-	-
Líquido Ativo / (Passivo) 2020	2.386.177	6.481.252	2.959.610	(2.494.984)	20.889	-	-
Líquido Ativo / (Passivo) 2019	2.662.022	1.350.404	2.959.610	(1.615.896)	3.012	-	-

As transações efetuadas com as entidades VICTORIA Internacional de Portugal, SGPS, S.A e VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. revestem a natureza meramente administrativa.

As transações efetuadas com a SMABTP e ASEFA respeitam exclusivamente a operações de resseguro.

No que se refere às entidades SMA Vie e Investimo, desenvolvem a atividade de *front office* da atividade de investimentos de ativos financeiros de acordo com mandatos de gestão específicos por carteira de investimentos.

NOTA 21 – Elementos extra patrimoniais

- Compromissos por garantias prestadas

As garantias prestadas à data de 31 de dezembro de 2020 e 2019, são analisadas como segue:

Natureza da Garantia	2020	2019
Avaes, fianças e outras garantias de crédito		
Hospital S. José	1.903	1.903
APCC	14.589	
Total	16.492	1.903

VI – NOTAS AO GANHOS E PERDAS

NOTA 22 – Prémios de Contratos de seguro

Relativamente aos contratos de seguros do Ramo Não Vida a informação de prémios, sinistros e custos de exploração, correspondente aos anos de 2020 e 2019 pode ser analisada do seguinte modo:

2020	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos*	Custos de exploração brutos*	Saldo de resseguro
SEGURO DIRECTO					
ACIDENTES E DOENÇA	44.694.941	44.559.536	28.616.212	11.656.518	(3.007.965)
INCÊNDIO E OUTROS DANOS AUTOMÓVEL	16.308.695	16.057.929	7.489.536	4.974.459	(3.785.565)
- RESPONSABILIDADE CIVIL	9.935.896	9.514.808	6.742.107	2.167.940	(394.025)
- OUTRAS COBERTURAS	3.684.360	3.577.358	2.012.089	815.581	(91.396)
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	7.361.181	7.090.770	3.913.964	3.059.686	62.182
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	2.804.793	2.796.025	1.164.146	997.004	(500.250)
CRÉDITO E CAUÇÃO	56.889	58.618	36.580	12.449	(21.207)
PROTECÇÃO JURÍDICA					
ASSISTÊNCIA					
DIVERSOS	6.221	6.366	-	3.470	(3.913)
TOTAL	84.852.976	83.661.410	49.974.634	23.687.107	(7.742.139)
RESSEGURO ACEITE	31.575	18.601	-	(1.946)	(6.936)
TOTAL GERAL	84.884.551	83.680.011	49.974.634	23.685.161	(7.749.075)

2019	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos*	Custos de exploração brutos*	Saldo de resseguro
SEGURO DIRECTO					
ACIDENTES E DOENÇA	46.092.082	46.268.141	30.630.380	11.667.995	(3.007.965)
INCÊNDIO E OUTROS DANOS AUTOMÓVEL	15.807.112	15.344.087	6.306.750	4.996.968	(3.785.565)
- RESPONSABILIDADE CIVIL	9.417.388	10.010.502	10.137.492	2.050.027	(394.025)
- OUTRAS COBERTURAS	3.717.265	3.977.965	2.456.038	789.292	(91.396)
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	7.591.740	7.534.339	3.931.976	3.284.766	62.182
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	2.565.937	2.530.655	536.120	1.085.411	(500.250)
CRÉDITO E CAUÇÃO	61.997	62.898	5.942	15.786	(21.207)
PROTECÇÃO JURÍDICA					
ASSISTÊNCIA					
DIVERSOS	7.586	7.957	-	3.332	(3.913)
TOTAL	85.261.107	85.736.544	54.004.698	23.893.577	(7.742.139)
RESSEGURO ACEITE	5.923	16.019	-	1.900	(13.104)
TOTAL GERAL	85.267.030	85.752.563	54.004.698	23.895.477	(7.755.243)

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

NOTA 23 – Comissões recebidas de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de prestação de serviços

Desde finais de 2011, não existem contratos considerados para efeitos contabilísticos como que cumpram com a definição de contratos contratos de prestação de serviços.

NOTA 24 – Custos com sinistros

Os custos com sinistros relativos aos anos findos em 2020 e 2019, são analisados como segue:

2020	Montantes pagos		Variação da provisão para sinistros	Custos com sinistro
	prestações	custos de gestão de sinistros imputados		
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)+(2)+(3)
SEGURO DIRECTO				
ACIDENTES E DOENÇA	25.772.224	661.805	2.182.183	28.616.212
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	6.607.738	1.075.887	(194.089)	7.489.536
AUTOMÓVEL				
- RESPONSABILIDADE CIVIL	5.576.084	941.891	224.132	6.742.107
- OUTRAS COBERTURAS	1.735.385	178.720	97.984	2.012.089
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	3.537.522	439.162	(62.720)	3.913.964
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	357.612	76.434	730.100	1.164.146
CRÉDITO E CAUÇÃO	25.926	3.813	6.841	36.580
PROTECÇÃO JURÍDICA				-
ASSISTÊNCIA				-
DIVERSOS	-	-	-	-
TOTAL	43.612.491	3.377.712	2.984.431	49.974.634
RESSEGURO ACEITE	-	-	-	-
TOTAL GERAL	43.612.491	3.377.712	2.984.431	49.974.634

2019	Montantes pagos		Variação da provisão para sinistros	Custos com sinistros
	prestações	custos de gestão de sinistros imputados		
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)+(2)+(3)
SEGURO DIRECTO				
ACIDENTES E DOENÇA	28.639.274	706.875	1.284.231	30.630.380
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	5.510.892	783.919	11.939	6.306.750
AUTOMÓVEL				
- RESPONSABILIDADE CIVIL	6.586.072	1.247.267	2.304.153	10.137.492
- OUTRAS COBERTURAS	2.453.508	258.171	(255.641)	2.456.038
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	3.065.908	333.452	532.616	3.931.976
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	297.117	80.579	158.424	536.120
CRÉDITO E CAUÇÃO	-	3.978	1.964	5.942
PROTECÇÃO JURÍDICA				-
ASSISTÊNCIA				-
DIVERSOS	-	-	-	-
TOTAL	46.552.771	3.414.241	4.037.686	54.004.698
RESSEGURO ACEITE	-	-	-	-
TOTAL GERAL	46.552.771	3.414.241	4.037.686	54.004.698

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

NOTA 25 – Rendimentos / réditos de investimentos

Os rendimentos de investimentos são analisados como segue:

	2020	2019
Terrenos e Edifícios		
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	79 015	74 570
Associadas	79 015	74 570
Activos financeiros detidos para negociação		
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor por resultados	-	-
Instrumentos de Capital e Unid Participação		
Títulos de Dívida		
Activos disponíveis para venda	602 964	547 187
Instrumentos de Capital e Unid Participação	-	17 627
Títulos de Dívida	602 964	529 560
Empréstimos concedidos e contas a receber	177 128	103 758
Depósitos		
Empréstimos concedidos	177 128	103 758
Investimentos a deter até maturidade	106 028	105 445
Instrumentos de Capital e Unid Participação		
Títulos de Dívida	106 028	105 445
TOTAL	965 135	830 960

Os rendimentos de investimentos em associadas, respeitam a lucros distribuídos no ano pela sociedade SELICOMI Portugal, Lda.

NOTA 26 – Gastos Financeiros

Os valores registados nesta conta resultam da afetação dos custos por natureza a imputar, conforme pode ser analisado na Nota 28.

NOTA 27 – Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por Reservas

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

O saldo registado nesta rubrica refere-se a valias realizadas por alienação dos investimentos e é analisada como segue:

	2020	2019
Activos disponiveis para venda		
Instrumentos de Capital e Unid Participação	(10.005)	(17.481)
Títulos de Dívida	18.474	46.927
Sub - Total	8.469	29.446
Terrenos e Edifícios	(114.426)	10.630
TOTAL	(105.957)	40.076

NOTA 28 – Outros rendimentos/gastos técnicos

O saldo é como segue:

	2020	2019		2020	2019
Outros gastos técnicos			Outros rendimentos técnicos		
Por gestão Co-Seguro	775	228	Por gestão Co-Seguro	403	257
Por outros	-	-	Por outros	9.080	12.898
TOTAL	775	228	TOTAL	9.483	13.155

NOTA 29 – Outras provisões (variação)

As outras provisões destinam-se a fazer face a outros riscos da atividade, nomeadamente pelo facto da companhia proceder à anulação

de cheques que não se encontram descontados há mais de 2 anos. Inclui ainda uma provisão para contingências fiscais.

	Saldo inicial	Aumento	Redução	Utilização/Transf	Saldo final
Outras Provisões	99.461		40.692	81	58.688

NOTA 30 – Outros rendimentos/gastos

O saldo é como segue:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

	2020	2019		2020	2019
Gastos e perdas não correntes			Rendimentos e ganhos não correntes		
Donativos	77.296	7.730	Restituição impostos		
Multas e penalidades		183	Outros rendimentos e ganhos	189.921	20.585
Quotizações diversas	1.257	1.257			
Outros gastos e perdas	127.912	183.839			
Gastos e perdas financeiras			Rendimentos e ganhos financeiros		
Juros suportados	4.039	184	Juros obtidos	1.186	68
Diferenças de câmbio	-	1.329	Diferenças de câmbio	-	-
Outros gastos e perdas	44.646	33.095	Outros rendimentos e ganhos		
Ajustamentos			Outros	7.091	14.743
De recibos por cobrar	190.412	151.678	Ajustamentos		
De créditos de cobrança	260.826		De recibos por cobrar		
Perdas em activos tangíveis			De créditos de cobrança duvidosa		189.764
			Ganhos em activos tangíveis	-	71
Sub-total:	706.388	379.295		198.198	225.231
TOTAL:	(508.190)	(154.064)			

NOTA 31 – Gastos diversos por função

Os gastos diversos por natureza são analisados como se segue:

	2020	2019
Despesas com Pessoal	9.443.867	9.059.602
Fornecimento e Serviços	4.119.465	4.660.455
Impostos e Taxas	444.220	495.397
Amortizações do Exercício	2.345.523	1.939.227
Juros Suportados	123.884	25.569
Comissões	118.162	74.402
Total	16.595.121	16.254.652

A rubrica Fornecimento e Serviços Externos inclui os honorários dos Revisores Oficiais de Contas e têm a seguinte distribuição (valores sem IVA):

-Serviços de Revisão Legal de Contas no montante de 47.500 Euros

-Serviços de certificação dos elementos de informação para efeitos de Solvência II, no montante de 26.500 Euros;

A análise por função dos contratos de seguros, é analisada da seguinte forma:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

	2020	2019
Custos com sinistros	3.377.712	3.414.241
Custos de exploração		
Custos de aquisição	5.961.356	5.988.193
Custos administrativos	6.829.379	6.565.553
Custos com investimentos	426.674	286.665
Custos Gestão Fundos de		
Total	16.595.121	16.254.652

NOTA 32 – Gastos com o pessoal**Número médio de trabalhadores**

A distribuição das categorias foi efetuada de acordo com a repartição existente no Balanço Social (Dec. Lei 9/92 de 22/01) e Anexo I do

C.C.T. da Atividade Seguradora. Durante o exercício a empresa teve em média 208 empregados, com a seguinte estrutura por qualificação de funções:

Qualificação de Funções	Nº Médio de Empregados	
	2020	2019
Quadros superiores	31	28
Quadros médios	12	13
Profissionais altamente qualificados	71	62
Profissionais qualificados	94	98
Profissionais semi – qualificados		
Estagiários e aprendizes		
Total	208	201

Montante das despesas com o pessoal

Os gastos com o pessoal referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são analisados como segue:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Rubricas	2020	2019
Remunerações		
dos órgãos sociais	84.779	84.779
do pessoal	7.072.227	6.856.056
Encargos sobre remunerações	1.664.665	1.549.544
Benefícios pós-emprego		
Planos de contribuição definida	98.776	94.637
Planos de benefício definido	(9.557)	2.337
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	17.508	36.642
Benefícios de cessação de emprego	114.000	76.046
Seguros obrigatórios	186.576	157.444
Gastos de acção social	40.175	43.179
Outros gastos com pessoal	174.718	158.938
Total de custos com pessoal	9.443.867	9.059.602

Na sequência do processo de reestruturação mencionado no ponto I, a rubrica despesas com o pessoal, já evidencia essa realidade.

Os órgãos da Companhia responsáveis pelo planeamento, direção e controlo, são constituídos tendo por base a estrutura da Companhia no grupo, o que significa que a gestão e/ou direção efetiva é independente do vínculo contratual. A distribuição das responsabilidades está representada de

acordo com o organigrama institucional, e é composta pelas seguintes Direções:

- Comercial
- Financeiro
- Gestão Risco e Controlo Interno
- Informática
- Operações
- Técnico

Sendo uma organização transversal ao grupo, a composição é a seguinte:

Órgãos	Nº elementos	Valor Total Remuneração	
		VIDA	SEGUROS
Conselho Executivo	3	237.121	283.067
Diretores	10	416.226	656.773
Responsáveis	22	487.129	853.249
	35	1.140.476	1.793.089

No que respeita a benefícios de pós-emprego dos órgãos acima referidos, seguem o estipulado no CCT da Atividade Seguradora.

Governo da Sociedade

Os órgãos sociais da VICTORIA, nomeadamente os membros não executivos do Conselho de Administração, os quais integram outros órgãos de gestão de sociedades do Grupo SMA,

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

e a Mesa da Assembleia Geral, não auferem qualquer tipo de remuneração fixa ou variável.

Os membros do Conselho Fiscal auferem um valor anual fixo que é definido pelo Conselho de Administração em função da complexidade das funções desempenhadas e da situação económica da empresa.

O Administrador-Delegado, enquanto membro do Conselho de Administração com funções executivas, sustenta a sua política de remuneração nas duas componentes básicas: remuneração fixa e remuneração variável. Tendo em conta a organização das sociedades do Grupo VICTORIA, o Administrador-Delegado

é remunerado nas duas sociedades operacionais.

A definição e aprovação dos valores que devem ser aplicados relativamente à política de remuneração desta função é da responsabilidade do Conselho de Administração da VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A., sendo ratificados nas Assembleias Gerais das duas sociedades operacionais.

Os benefícios atribuídos aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, apresentados de forma agregada e individual, são os seguintes:

			2020	2019
Conselho de Administração			81.279	81.279
Administrador Delegado	Cyrille Mascarelle	Outras remunerações	51.025	51.025
		Bónus Anual	30.254	30.254
Conselho Fiscal			3.500	3.500
Presidente	João de Lara Everard	Outras remunerações	3.500	3.500
Vogal	Santiago Gil de Biedma	Outras remunerações	-	-
Vogal	António Vilar Ribeiro	Outras remunerações	-	-

VII) EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DE ENCERRAMENTO

Ao longo do primeiro trimestre de 2021, assistiu-se à continuação da propagação do vírus Covid-19. Tendo a pandemia alastrando de uma forma generalizada por todo o mundo ao longo de 2020, teve como consequência o registo de inúmeras perdas de vidas humanas e milhares de pessoas infetadas. Entretanto e após a descoberta de várias vacinas, começou o processo de vacinação em massa, embora de forma não homogeneia por todo o globo. A nova ameaça reside no aparecimento de novas variantes do vírus, colocando em causa, quer a rapidez da disseminação da pandemia, quer a própria competência das vacinas no combate ao mesmo. Perspetiva-se assim, uma retoma lenta da normalidade, com avanços e recuos e por isso, ainda envolva num clima de otimismo moderado.

Tal como no resto do mundo, a pandemia afetou profundamente a atividade económica em Portugal. As medidas de contenção da crise de saúde pública e a atitude de precaução dos agentes económicos determinaram uma queda sem precedentes do PIB na primeira metade do ano. No ano completo o PIB caiu 7,6% (2019: aumento de 2,5%). O peso da atividade económica dos setores ligados ao turismo foi um dos fatores que explica o pior desempenho comparativo da economia portuguesa face às suas congéneres europeias. A taxa de

desemprego, inverteu a tendência de queda dos últimos anos e encerrou o ano nos 7,2% (2019: 6,5%). Ainda assim a subida foi atenuada pelo regime de *layoff* simplificado e outras medidas de apoio aos trabalhadores independentes. No que se refere às contas públicas, 2020 terá um impacto expressivo nas contas públicas, que se traduz num o déficit estimado de 7,0%.

Limitações severas à liberdade de circulação de pessoas, o encerramento ao público de inúmeros estabelecimentos comerciais, de ensino e de entretenimento público, são exemplos de medidas adotadas que visam reduzir os riscos de contágio entre pessoas, embora, estejam a impactar de forma negativa a atividade económica em Portugal. Apesar de todos os esforços, infelizmente, atendendo à propagação global do vírus, para além dos impactos diretos e circunscritos às fronteiras do nosso país, adicionais impactos negativos estão a ser sentidos e, por isso, incorporados indiretamente na economia portuguesa.

As perspetivas para 2021 são, porém mais otimistas. A perspetiva da obtenção da tão desejada imunidade de grupo fruto da continuação do processo de vacinação em massa, aponta-nos para um futuro mais risonho, porém, esta perspetiva encontra-se

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

obviamente condicionada pelo surgimento de novas estirpes do vírus e em simultâneo, da capacidade de resposta da indústria farmacêutica perante esses novos desafios. Do ponto de vista estritamente económico, as principais consequências em Portugal apontam certamente, para uma lenta recuperação da economia. Apesar de lento, o crescimento económico do país, bem como, da atividade comercial, tenderão lentamente a repor o poder de compra dos consumidores. Ambos com efeitos diretos em todos os setores económicos, incluindo o setor de seguros.

Neste enquadramento, no caso da VICTORIA, os riscos associados a esse evento extraordinário não deverão implicar uma redução nos rendimentos associada a uma eventual desvalorização dos ativos financeiros detidos em carteira. A receita gerada via prémios emitidos, tenderá a acompanhar o ritmo de reposição da normalidade, porém, em algumas linhas de negócio, um aumento da sinistralidade e correspondentes provisões técnicas deverão promover um agravamento dos custos com sinistros. Contudo, e à semelhança de anos anteriores, a Companhia possui proteção adequada perante a adversidade desses riscos. Estudos internos, elaborados em conformidade com as recomendações da EIOPA, demonstram uma capacidade dos seus fundos próprios fazerem face a esses mesmos eventos adversos.

A prudência na atribuição do justo valor aos ativos imobiliários detidos, permite-nos continuar a beneficiar de alguma tranquilidade no que concerne a um eventual comportamento menos favorável que se venha a verificar no mercado imobiliário.

Neste momento e tendo em conta todas as análises e estudos efetuados, entende a Companhia, que, relativamente aos ativos intangíveis registados, nomeadamente projetos informáticos em curso, a atual situação não coloca em causa a sua pertinência e consequentemente a continuidade dos mesmos, antes pelo contrário.

Para além de exercícios adicionais solicitados pela Autoridade de Supervisão, virem a acontecer no futuro, outros estudos permanentes e complementares estão a ser equacionados e/ou efetuados, de forma a avaliar corretamente os referidos impactos, permitindo simultaneamente proceder à necessária mitigação dos referidos riscos.

Adicionalmente, parte significativa desses riscos deverá continuar a ser mitigada pelas medidas económicas e sociais adotadas pelo Governo, nomeadamente no apoio às famílias e à manutenção dos postos de trabalho, bem como no apoio às PME, as quais se traduzem em medidas urgentes e extraordinárias para continuar a enfrentar o impacto económico do Covid-19.

Por parte do Conselho de Administração, não se perspetivam alterações de políticas que

possam alterar de forma significativa o desenrolar da atividade normal da empresa.

VIII) JUSTO VALOR DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de cash flows descontados. Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos pela VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. são os seguintes:

Caixa e Depósitos em instituições de crédito

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Ativos financeiros disponíveis para venda, Ativos financeiros reclassificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de

ganhos e perdas e ativos financeiros detidos para negociação

Estes instrumentos financeiros são registados ao justo valor, o qual é normalmente baseado em valores de mercado se disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor é estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de cash flows descontados.

Devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações, Empréstimos e outros passivos financeiros

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

IX) ALTERAÇÕES ÀS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

IX.I ALTERAÇÕES VOLUNTÁRIAS DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação

financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

IX.2 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES APLICÁVEIS AO EXERCÍCIO

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia têm aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício iniciado em 1 de janeiro de 2020:

Norma / Interpretação	Descrição
Alterações à IFRS 16 - Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19	<p>Esta alteração introduz um expediente prático para os locatários (mas não para os locadores), que os isenta de avaliar se as bonificações atribuídas pelos locadores no âmbito da COVID-19, qualificam como “modificações” quando estejam cumpridos cumulativamente três critérios: i) a alteração nos pagamentos de locação resulta numa retribuição revista para a locação que é substancialmente igual, ou inferior, à retribuição imediatamente anterior à alteração; ii) qualquer redução dos pagamentos de locação apenas afeta pagamentos devidos em, ou até 30 de junho de 2021; e iii) não existem alterações significativas a outros termos e condições da locação.</p> <p>Os locatários que optem pela aplicação desta isenção, contabilizam a alteração aos pagamentos das rendas resultantes de uma concessão relacionada com a COVID-19 da mesma forma que contabilizam uma alteração que não seja uma alteração da locação de acordo com a IFRS 16.</p>
Alterações à IFRS 3 – Definição de negócio	<p>Esta alteração constitui uma revisão da definição de negócio para efeitos de contabilização de concentrações de atividades empresariais sendo a intenção da alteração da norma de ultrapassar as dificuldades que surgem quando uma entidade determina se adquiriu um negócio ou um conjunto de ativos.</p> <p>A nova definição exige que uma aquisição inclua um input e um processo substancial que conjuntamente gerem outputs. Os outputs passam a ser definidos como bens e serviços que sejam prestados a clientes, que gerem rendimentos de investimentos financeiros e outros rendimentos, excluindo os retornos sob a forma de reduções de custos e outros benefícios económicos para os acionistas.</p> <p>Passam a ser ainda permitidos ‘testes de concentração’ os quais, quando positivos, isentam a entidade de avaliação adicional, sobre se se trata da aquisição de um ativo ou de um negócio. No âmbito do teste de concentração, se parte significativa do justo valor dos ativos adquiridos corresponder a um único ativo, os ativos adquiridos não constituem um negócio.</p>
Alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 – Reforma das taxas de juro de referência	<p>As alterações fazem parte da primeira fase do projeto “IBOR reform” do IASB e permitem isenções relacionadas com a reforma do <i>benchmark</i> para as taxas de juro de referência.</p> <p>As principais isenções referem-se à contabilidade de cobertura em termos de: i) componentes de risco; ii) requisito “altamente provável”; iii) avaliação prospetiva; iv) teste de eficácia retrospectivo (para adotantes da IAS 39); v) reciclagem da reserva de variação de justo valor no capital próprio, e têm como objetivo que a reforma das taxas de juro de referência não determine a cessação da contabilidade de cobertura.</p>

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Norma / Interpretação	Descrição
Alterações à IFRS 16 - Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19	<p>Esta alteração introduz um expediente prático para os locatários (mas não para os locadores), que os isenta de avaliar se as bonificações atribuídas pelos locadores no âmbito da COVID-19, qualificam como “modificações” quando estejam cumpridos cumulativamente três critérios: i) a alteração nos pagamentos de locação resulta numa retribuição revista para a locação que é substancialmente igual, ou inferior, à retribuição imediatamente anterior à alteração; ii) qualquer redução dos pagamentos de locação apenas afeta pagamentos devidos em, ou até 30 de junho de 2021; e iii) não existem alterações significativas a outros termos e condições da locação.</p> <p>Os locatários que optem pela aplicação desta isenção, contabilizam a alteração aos pagamentos das rendas resultantes de uma concessão relacionada com a COVID-19 da mesma forma que contabilizam uma alteração que não seja uma alteração da locação de acordo com a IFRS 16.</p>
	<p>As ineficácias de cobertura devem continuar a ser reconhecidas na demonstração dos resultados.</p>
Alterações à IAS 1 e à IAS 8 - Definição de material	<p>A intenção da alteração da norma é clarificar a definição de material e alinhar a definição usada nas normas internacionais de relato financeiro.</p> <p>A nova definição prevê que “uma informação é material se da sua omissão, de um erro ou da sua ocultação se possa razoavelmente esperar que influencie as decisões que os utilizadores primários das demonstrações financeiras tomam com base nessas demonstrações financeiras, as quais fornecem informação financeira sobre uma determinada entidade que reporta”.</p> <p>As alterações clarificam que a materialidade depende da natureza e magnitude da informação, ou de ambas. Uma entidade tem de avaliar se determinada informação, quer individualmente quer em combinação com outra informação, é material no contexto das demonstrações financeiras.</p>
Estrutura conceptual para o reporte financeiro	<p>A estrutura conceptual para o reporte financeiro revista não é uma norma e nenhum dos seus conceitos prevalece sobre os conceitos presentes em normas ou outros requisitos de alguma das normas.</p> <p>O objetivo da estrutura concetual é apoiar o IAASB no desenvolvimento de normas, auxiliar os preparadores a desenvolver políticas contabilísticas consistentes quando não existe nenhuma norma aplicável e auxiliar todas as partes a compreender e interpretar as normas.</p> <p>As alterações afetam as entidades que desenvolveram as suas políticas contabilísticas com base na estrutura concetual. A estrutura concetual revista inclui alguns conceitos novos, definições e critérios de reconhecimento de ativos e passivos atualizados e clarifica alguns conceitos importantes.</p>

Não foram produzidos efeitos nas demonstrações financeiras da VICTORIA-Seguros, S.A. no período de doze meses findo

em 31 de dezembro de 2020, decorrente da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões referidas na tabela acima.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

IX.3 NORMAS, INTERPRETAÇÕES, EMENDAS E REVISÕES QUE ENTRAM EM VIGOR EM EXERCÍCIOS FUTUROS

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à

data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	Descrição
IFRS 4 – Contratos de seguro – diferimento da aplicação da IFRS 9	1-jan-2021	Esta alteração refere-se às consequências contabilísticas temporárias que resultam da diferença entre a data de entrada em vigor da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e da futura IFRS 17 – Contratos de Seguro. Em especial, a alteração efetuada à IFRS 4 adia até 1 de janeiro de 2023 a data de expiração da isenção temporária da aplicação da IFRS 9 a fim de alinhar a data efetiva desta última com a da nova IFRS 17.
Alterações à IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 – Reforma das taxas de juro de referência - fase 2	1-jan-2021	Estas alterações tratam de questões que surgem durante a reforma de uma taxa de juro de referência, incluindo a substituição de uma taxa de juro de referência por outra alternativa, permitindo a adoção de isenções como: i) alterações na designação e documentação de cobertura; ii) valores acumulados na reserva de cobertura de fluxo de caixa; iii) avaliação retrospectiva da eficácia de uma relação de cobertura no âmbito da IAS 39; iv) alterações nas relações de cobertura para grupos de itens; v) presunção de que uma taxa de referência alternativa, designada como uma componente de risco não especificada contratualmente, é identificável separadamente e qualifica como um risco coberto; e vi) atualizar a taxa de juro efetiva, sem reconhecer ganho ou perda, para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado com variações nos fluxos de caixa contratuais em consequência da reforma da IBOR, incluindo locações que são indexadas a uma IBOR.

A VICTORIA-Seguros, S.A não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras no período de doze meses findo em 31 de

dezembro de 2020. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adoção.

IX.4 NORMAS, INTERPRETAÇÕES, EMENDAS E REVISÕES AINDA NÃO ADOTADAS PELA UNIÃO EUROPEIA

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em

exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

financeiras, adotadas (“endorsed”) pela União

Europeia:

Norma / Interpretação	Descrição
<p>Alterações à IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras – Classificação de passivos</p>	<p>Esta alteração pretende clarificar a classificação dos passivos como saldos correntes ou não correntes em função dos direitos que uma entidade tem de diferir o seu pagamento, no final de cada período de relato.</p> <p>A classificação dos passivos não é afetada pelas expectativas da entidade (a avaliação deverá determinar se um direito existe, mas não deverá considerar se a entidade irá ou não exercer tal direito), ou por eventos ocorridos após a data de relato, como seja o incumprimento de um “covenant”</p> <p>Esta alteração inclui ainda uma nova definição de “liquidação” de um passivo e é de aplicação retrospectiva</p>
<p>IFRS 17 – Contratos de seguro</p>	<p>A IFRS 17 aplica-se a todos os contratos de seguro (i.e., vida, não vida, seguros diretos e resseguros), independentemente do tipo de entidades que os emite, bem como a algumas garantias e a alguns instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Algumas exceções serão aplicadas. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contabilístico para os contratos de seguro que seja de maior utilidade e mais consistente para os emitentes. Contrastando com os requisitos da IFRS 4, que são baseadas em políticas contabilísticas locais adotadas anteriormente, a IFRS 17 providencia um modelo integral para contratos de seguro, cobrindo todos os aspetos contabilísticos relevantes.</p>
<p>Alterações à IAS 16 – Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento</p>	<p>Alteração do tratamento contabilístico dado à contraprestação obtida com a venda de produtos que resultam da produção em fase de teste dos ativos fixos tangíveis, proibindo a sua dedução ao custo de aquisição dos ativos. A entidade reconhece os rendimentos obtidos da venda de tais produtos e os custos da sua produção nos resultados.</p>
<p>Alterações à IAS 37 – Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato</p>	<p>Esta alteração especifica que na avaliação sobre se um contrato é ou não oneroso, apenas podem ser considerados os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato, como os custos incrementais relacionados com mão-de-obra direta e materiais e a alocação de outros gastos diretamente relacionados como a alocação dos gastos de depreciação dos ativos tangíveis utilizados para realizar o contrato.</p> <p>Os custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos exceto se forem explicitamente debitados à contraparte de acordo com o contrato.</p> <p>Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada, ainda incluem obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo.</p>
<p>Alterações à IFRS 3 – Referências à Estrutura concetual</p>	<p>Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de atividades empresariais.</p>

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Norma / Interpretação	Descrição
	<p>Esta alteração também clarifica o tratamento contabilístico a adotar relativamente aos passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21, incorridos separadamente versus incluídos numa concentração de atividades empresariais.</p> <p>A alteração é de aplicação prospetiva</p>
<p>Alterações à IFRS 1 – Subsidiária enquanto adotante das IFRS pela primeira vez (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020)</p>	<p>Esta melhoria clarifica que, quando a subsidiária optar pela mensuração dos seus ativos e passivos pelos montantes incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe, a mensuração das diferenças de transposição acumuladas de todas as operações estrangeiras podem ser efetuadas pelos montantes que seriam registados nas demonstrações financeiras consolidadas, baseado na data de transição da empresa-mãe para as IFRS.</p>
<p>Alterações à IFRS 9 – Desreconhecimento de passivos – custos incorridos a incluir no teste dos 10% de variação (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020)</p>	<p>Esta melhoria clarifica os honorários que uma entidade inclui aquando da avaliação sobre se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original.</p> <p>Esta melhoria clarifica que no âmbito dos testes de desreconhecimento efetuados aos passivos renegociados, o mutuário deve determinar o valor líquido entre honorários pagos e honorários recebidos considerando apenas os honorários pagos ou recebidos entre o mutuário e o financiador, incluindo honorários pagos ou recebidos, por qualquer uma das entidades em nome da outra.</p>
<p>Alterações à IAS 41 – Tributação e mensuração do justo valor (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020)</p>	<p>Esta melhoria elimina o requisito de exclusão dos fluxos de caixa fiscais na mensuração de justo valor dos ativos biológicos, assegurando a consistência com os princípios a IFRS 13 – ‘Justo valor’.</p>
<p>Alterações à IFRS 17 – Contratos de seguro</p>	<p>Esta alteração compreende alterações específicas em oito áreas da IFRS 17, tais como: i) âmbito; ii) nível de agregação dos contratos de seguros; iii) reconhecimento; iv) mensuração; v) modificação e desreconhecimento; vi) apresentação da Demonstração da posição financeira; vii) reconhecimento e mensuração da Demonstração dos resultados; e viii) divulgações. Esta alteração também inclui clarificações, que têm como objetivo simplificar alguns dos requisitos desta norma e agilizar a sua implementação</p>

Estas normas não foram ainda adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pela VICTORIA-seguros, S.A. no período de doze meses findo em 31 de

dezembro de 2020. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adoção.

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
							unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
	1 - TÍTULOS DE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS									
	1.1 - Nacionais									
	1.1.1 - Partes de capital em empresas do grupo									
	sub-total									
	1.1.2 - Obrigações de empresas do grupo									
	sub-total									
	1.1.3 - Outros títulos de empresas do grupo									
	sub-total									
	1.1.4 - Partes de capital em empresas associadas		230			230		230		
	sub-total		230			230		230		
	1.1.5 - Obrigações de empresas associadas									
	sub-total									
	1.1.6 - Outros títulos de empresas associadas									
	sub-total									
	sub-total		230			230		230		
	1.2 - Estrangeiras									
	1.2.1 - Partes de capital em empresas do grupo									
	sub-total									
	1.2.2 - Obrigações de empresas do grupo									
	sub-total									
	1.2.3 - Outros títulos de empresas do grupo									
	sub-total									
	1.2.4 - Partes de capital em empresas associadas									
	sub-total									
	1.2.5 - Obrigações de empresas associadas									
	sub-total									
	1.2.6 - Outros títulos de empresas associadas									
	sub-total									
	sub-total									
	total		230			230		230		

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
							unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
	2 - OUTROS TÍTULOS									
	2.1 - Nacionais									
	2.1.1 - Títulos de rendimento fixo									
	2.1.1.1 - De dívida pública									
PTCON40E0005	CONSOLIDADO PERP		28.701	59,09		16.958	100,00	28.701	571	4,000%
PTOTEKOE0011	O.T. JAN TF 15/25 - HTM		500.000	99,29		496.443	99,29	496.443	3.032	2,875%
PTOTETOE0012	O.T. JUL TF 16/26 - HTM		2.860.000	98,15		2.807.097	98,15	2.807.097	36.720	2,875%
	sub-total		3.388.701			3.320.498		3.332.241	40.323	
	2.1.1.2 - De outros emissores públicos									
	sub-total		-			-		-	-	
	2.1.1.3 - De outros emissores									
	sub-total		3.388.701			3.320.498		3.332.241	40.323	
	2.1.2 - Títulos de rendimento variável									
	2.1.2.1 - Acções									
	sub-total		-			-		-	-	
	2.1.2.2 - Títulos de participação									
	sub-total		-			-		-	-	
	2.1.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento									
	sub-total		-			-		-	-	
	2.1.2.4 - Outros									
	sub-total		-	3.388.701		3.320.498		3.332.241	40.323	
	sub-total		-	-		-		-	-	
	total		-	3.388.701		3.320.498		3.332.241	40.323	
	2.2 - Estrangeiros									
	2.2.1 - Títulos de rendimento fixo									
	2.2.1.1 - De dívida pública									
FR0013200813	FRANCE O.A. TF 15/26		1.000.000	96,87		968.675	105,10	1.051.010	246	0,250%
FR0011427848	FRANCE O.A.T. I/L TF 07/24		1.700.000	106,51		1.810.593	113,11	1.922.948	1.966	0,250%
FR0011008705	FRANCE O.A.T. I/L TF 10/27		1.300.000	124,21		1.614.674	137,25	1.784.245	11.706	1,850%
FR0013286192	FRANCE O.A.T. TF 17/28		200.000	98,23		196.457	109,58	219.150	904	0,750%
FR0013451507	FRANCE O.A.T. TF 18/29		750.000	99,57		746.797	103,73	777.960	-	0,000%
	sub-total		4.950.000			5.337.196		5.755.313	14.822	
	2.2.1.2 - De outros emissores públicos									
FR0011521319	CAISSE AMORT DET CADES TF 13/24		700.000	104,87		734.056	109,01	763.035	15.489	2,375%
ES0224261034	CORES TF 14/24		100.000	99,80		99.799	110,25	110.245	521	2,500%
DE000A2TSTQ2	KFW 19/23		8.700.000	102,11		8.883.925	101,77	8.853.555	115	0,159%
FR0013246873	UNEDIC TF 17/27		200.000	99,73		199.451	110,24	220.488	1.904	1,250%
FR0011376805	VILLE DE PARIS 12/22		3.000.000	100,71		3.021.388	100,80	3.024.090	184	0,184%
	sub-total		12.700.000			12.938.619		12.971.413	18.213	
	2.2.1.3 - De outros emissores									
XS1917577931	ABN AMRO BANK TF 18/21		2.310.000	99,90		2.307.708	100,63	2.324.645	443	0,250%
FR0013220902	AGENCE FRANCAISE DEVELOP TF 16/24		2.500.000	100,25		2.506.189	102,73	2.568.350	6.293	0,375%

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço unitário	Valor de balanço		
								Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
FR0012766889	AIR LIQUIDE FINANCE TF 15/25		100.000	99,84		99.844	106,13	106.128	723	1,250%
FR0013182821	AIR LIQUIDE FINANCE TF 16/22		300.000	99,97		299.918	101,01	303.039	826	0,500%
XS2029574634	ALD SA TF 19/23		200.000	99,78		199.562	100,80	201.606	341	0,375%
XS1878191219	AMADEUS IT GROUP TF 18/26		500.000	99,83		499.129	106,72	533.605	2.137	1,500%
FR0011791391	AREVA S.A. TF 14/23		600.000	98,94		593.620	104,71	628.278	14.692	3,125%
FR0011947720	ASSURANCE CREDIT MUTUEL NORD VIE TF 14/24		200.000	99,97		199.945	106,00	212.002	5.322	4,625%
FR0013378445	ATOS SOFTWARE SE TF 18/22		500.000	99,90		499.521	101,23	506.135	2.445	0,750%
FR0013399060	AUCHAN HS TF 19/24		600.000	99,80		598.816	106,69	640.122	14.459	2,625%
FR0011694033	AUTOROUTES SUD DE FRANCE TF 14/24		400.000	103,98		415.914	108,75	434.980	11.252	2,950%
XS0140907626	BANK AUSTRIA 01/21		300.000	100,18		300.533	96,90	290.703	-	0,000%
FR0013386539	BANQUE FED CRED MUTUEL TF 19/23		1.000.000	99,72		997.151	102,49	1.024.920	4.089	0,750%
FR0013408960	BANQUE FED CRED MUTUEL TF 19/29		600.000	99,42		596.506	112,30	673.812	8.371	1,750%
XS2102355588	BMW FINANCE TF 20/23		1.800.000	99,98		1.799.671	100,28	1.805.094	-	0,000%
XS1584041252	BNP PARIBAS 17/22		1.400.000	99,99		1.399.887	101,20	1.416.814	110	0,313%
FR0013465358	BNP PARIBAS 19/26		200.000	99,81		199.627	101,72	203.442	575	0,500%
FR0013398070	BNP PARIBAS 19/27		100.000	99,30		99.303	109,50	109.502	1.991	2,125%
FR0012872174	BOLLORE SA 15/21		400.000	99,97		399.871	100,73	402.936	4.884	2,875%
FR0013233426	BOLLORE SA TF 17/22		300.000	101,63		304.901	101,05	303.159	5.590	2,000%
XS1527126772	BP CAPITAL MARKETS PLC TF 16/24		700.000	100,00		700.002	103,65	725.522	7.285	1,117%
FR0013241130	BPCE SA 17/22		2.000.000	100,26		2.005.162	101,08	2.021.560	631	0,516%
FR0013476199	BPCE SA TF 20/26		600.000	99,71		598.266	101,38	608.286	1.438	0,250%
XS1441773550	BROWN-FORMAN CORP TF 16/26		200.000	99,87		199.732	106,07	212.140	1.164	1,200%
FR0013370129	BUREAU VERITAS SA TF 18/25		800.000	104,52		836.190	106,04	848.336	14.754	1,875%
FR0011703776	BUREAU VERITAS TF 14/21		300.000	100,04		300.120	100,09	300.255	8.837	3,125%
FR0013201084	BUREAU VERITAS TF 16/23		200.000	99,69		199.371	102,83	205.656	788	1,250%
XS1401125346	BUZZI UNICEM SPA TF 16/23		1.300.000	104,19		1.354.534	104,49	1.358.409	18.694	2,125%
FR0013446580	CARREFOUR BANQUE 19/23		300.000	100,00		299.991	100,44	301.317	16	0,104%
FR0013185444	CHRISTIAN DIOR SE TF 16/21		400.000	99,99		399.960	100,14	400.548	1.562	0,750%
XS1598861588	CREDIT AGRICOLE LONDON 17/22		1.600.000	99,99		1.599.879	100,85	1.613.600	931	0,291%
FR0010975656	CREDIT AGRICOLE TF 10/22		900.000	108,27		974.404	108,32	974.871	311	4,200%
FR0013173028	CREDIT MUTUEL ARKEA TF 16/26		200.000	99,97		199.936	114,54	229.084	3.793	3,250%
DE000A2R9ZT1	DAIMLER INTL FINANCE BV TF 19/23		1.810.000	99,80		1.806.314	100,62	1.821.186	682	0,250%
FR0013216918	DANONE SA TF 16/24		500.000	100,00		499.999	103,53	517.635	563	0,709%
XS1828032786	DEUT TEL TF 18/25		800.000	99,88		799.057	107,40	859.168	904	1,375%
XS1752475720	DEUTSCHE BAHN FINANCE GMBH TF 18/27		500.000	99,63		498.134	108,27	541.365	192	1,000%
XS1348774644	DEXIA CREDIT LOCAL TF 16/23		2.500.000	101,15		2.528.772	102,55	2.563.675	17.469	0,750%
XS2091216205	E ON SE TF 19/22		360.000	99,92		359.718	100,49	361.757	-	0,000%
FR0011225143	ELECTRICITE DE FRANCE TF 12/27		400.000	125,03		500.137	125,39	501.548	12.703	4,125%
FR0011637586	ELECTRICITE DE FRANCE TF 13/21		300.000	100,18		300.548	100,78	302.349	4.586	2,250%
BE0002596741	ELIA SYSTEM OP TF 18/28		400.000	97,34		389.366	109,62	438.484	1.923	1,500%
FR0013504677	ENGIE SA TF 20/28		300.000	99,73		299.202	111,66	334.965	4.013	1,750%
XS1571293171	ERICSSON LM TF 17/21		100.000	99,98		99.983	100,10	100.102	731	0,875%
XS1571293684	ERICSSON LM TF 17/24		200.000	99,67		199.332	105,07	210.132	3.134	1,875%
FR0013463650	ESSILORLUXOTTICA TF 19/25		1.400.000	99,45		1.392.287	100,76	1.410.598	1.045	0,125%
FR0013422623	EUTELSAT SA TF 19/27		1.100.000	99,85		1.098.388	107,97	1.187.692	11.595	2,250%
XS1435295925	FCA CAPITAL IRELAND TF 16/21		250.000	100,00		249.990	100,04	250.100	2.946	1,250%
XS1554373677	FRESENIUS FIN IRELAND PL TF 17/27		225.000	99,59		224.083	111,36	250.569	4.363	2,125%
XS1113441080	GEMALTO NV TF 14/21		200.000	99,90		199.808	100,97	201.930	1.153	2,125%

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
							unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
XS1681519184	GLAXOSMITHKLINE CAPITAL TF 17/26		1.400.000	99,94		1.399.148	105,83	1.481.578	4.219	1,000%
BE0002280494	GRP BRUXELLES LAMBERT SA TF 17/24		200.000	99,83		199.653	104,62	209.238	1.673	1,375%
BE0002595735	GRP BRUXELLES LAMBERT SA TF 18/25		300.000	99,54		298.606	107,81	323.427	3.005	1,875%
XS2147977479	HEINEKEN TF 20/25		200.000	99,78		199.563	107,23	214.454	2.458	1,625%
FR0013358116	HSBC FRANCE TF 18/21		300.000	99,97		299.913	100,44	301.323	194	0,200%
XS1944456109	IBM CORP TF 19/25		1.200.000	99,59		1.195.031	104,23	1.250.700	9.611	0,875%
FR0013065372	ILIAD SA TF 15/22		500.000	99,71		498.525	102,94	514.715	757	2,125%
FR0013331188	ILIAD SA TF 18/21		500.000	99,15		495.730	100,28	501.385	308	0,625%
BE0002448232	INFRA CVBA TF 13/23		200.000	107,73		215.468	109,26	218.522	1.274	3,750%
BE0002478536	INFRA CVBA TF 14/29		100.000	99,93		99.935	115,33	115.329	453	2,625%
XS1914937021	ING BANK TF 18/21		1.100.000	99,98		1.099.813	100,75	1.108.272	395	0,375%
FR0013281946	INGENICO GROUP SA TF 17/24		700.000	100,82		705.759	104,24	729.673	3.397	1,625%
XS1679515038	KIMBERLY-CLARK CORP TF 17/24		1.000.000	99,91		999.055	102,92	1.029.220	1.969	0,625%
XS1485532896	KPN NV TF 16/25		500.000	99,51		497.569	101,55	507.725	2.277	0,625%
FR0013181898	LA BANQUE POSTALE TF 16/28		1.000.000	99,97		999.681	117,86	1.178.620	16.849	3,000%
XS1284570626	MERCK FIN SERVICES GMBH TF 15/22		300.000	99,91		299.730	102,23	306.675	1.367	1,375%
XS1233732194	MICHELIN LUXEMBOURG SCS 15/22		300.000	99,99		299.978	101,61	304.818	2.006	1,125%
FI4000148671	NESTE OIL OYJ TF 15/22		400.000	99,90		399.598	101,87	407.464	6.730	2,125%
FI4000261201	NESTE OYJ TF 07/24		200.000	99,97		199.941	103,32	206.638	1.701	1,500%
XS1707074941	NESTLE FINANCE INTL TF 17/24		500.000	99,63		498.162	101,91	509.540	1.783	0,375%
XS2148372696	NESTLE TF 20/26		200.000	99,49		198.975	106,61	213.220	1.689	1,125%
FR0013241676	ORANGE SA TF 17/27		400.000	99,58		398.306	109,87	439.464	1.858	1,500%
FR0013396512	ORANGE SA TF 19/24		200.000	99,97		199.950	104,18	208.368	1.042	1,125%
FR0013396520	ORANGE SA TF 19/29		200.000	99,88		199.752	115,13	230.258	3.836	2,000%
FR0013323326	PEUGEOT TF 18/25		200.000	99,80		199.595	106,24	212.488	3.134	2,000%
XS1708192684	PROCTER & GAMBLE CO TF 17/24		600.000	99,66		597.945	102,82	616.926	551	0,500%
BE0002237064	PROXIMUS SA TF 15/25		300.000	99,42		298.259	109,06	327.180	1.402	1,875%
FR0013309606	RCI BANQUE SA 12/2023		220.000	99,41		218.695	99,33	218.528	-	0,000%
FR0013260486	RCI BANQUE SA 17/22		560.000	100,00		559.998	100,14	560.773	33	0,124%
XS2126161681	RELX FINANCE BV TF 20/24		200.000	99,51		199.013	100,23	200.466	-	0,000%
XS1789751531	RICHEMONT INT TF 18/26		1.200.000	99,19		1.190.303	105,83	1.269.900	9.205	1,000%
FR0011565555	RTE EDF TRANSPORT S.A. TF 13/23		200.000	104,30		208.597	108,50	217.002	1.733	2,875%
FR0013214137	SAGESS TF 16/28		200.000	99,11		198.216	105,89	211.784	247	0,625%
FR0013053329	SANEF SA TF 15/26		200.000	99,54		199.083	107,00	214.006	2.979	1,875%
FR0013324340	SANOFI TF 18/26		600.000	99,75		598.483	106,34	638.058	4.685	1,000%
XS1956025651	SANTAN CONSUMER FINANCE TF 19/24		100.000	99,72		99.717	103,28	103.283	842	1,000%
DE000A2TSTE8	SAP SE TF 18/24		600.000	99,64		597.823	103,60	621.570	259	0,750%
DE000A2G8VT5	SAP SE TF 18/26		200.000	99,87		199.738	105,88	211.762	1.605	1,000%
DE000A2YB699	SCHAEFFLER AG TF 19/22		300.000	99,88		299.632	100,74	302.208	2.589	1,125%
FR0012939841	SCHNEIDER ELECTRIC SE TF 15/23		600.000	99,81		598.843	104,26	625.548	2.811	1,500%
FR0013201308	SCHNEIDER ELECTRIC SE TF 16/24		900.000	99,53		895.784	101,68	915.138	697	0,250%
FR0013059417	SEB SA TF 15/22		200.000	99,95		199.900	103,74	207.480	469	2,375%
FR0013259116	SEB SA TF 17/24		100.000	99,94		99.941	102,82	102.816	879	1,500%
XS1788951090	SEB TF 18/23		1.890.000	99,28		1.876.345	101,67	1.921.544	7.586	0,500%
XS1986416268	SIKA CAPITAL BV TF 19/27		300.000	99,77		299.322	105,35	316.053	1.769	0,875%
XS0914294979	SNAM SPA TF 13/21		1.000.000	100,18		1.001.784	100,22	1.002.220	31.076	3,375%

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
							unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
FR0013365491	SOCIETE GENERALE TF 18/22		1.600.000	99,89		1.598.163	100,65	1.610.368	3.803	0,250%
FR0013311503	SOCIETE GENERALE TF 18/25		700.000	99,92		699.421	104,02	728.147	7.380	1,125%
FR0013422003	SOCIETE GENERALE TF 19/22		500.000	99,89		499.453	100,41	502.065	-	0,000%
XS2203996132	SODEXO TF 20/28		300.000	99,64		298.912	105,75	317.253	1.373	1,000%
FR0013534500	TEREGA SA TF 20/30		100.000	99,04		99.040	102,74	102.742	252	0,875%
FR0013486834	TEREGA SASU TF 20/28		300.000	99,42		298.250	98,64	295.932	1.578	0,625%
FR0013479748	THALES SA TF 20/27		400.000	99,75		398.989	100,70	402.796	921	0,875%
XS0994991411	TOTAL CAPITAL INTL S.A TF 13/25		200.000	104,67		209.338	115,25	230.498	662	2,875%
XS1195202822	TOTAL S.A. TF 15/49		200.000	100,73		201.464	106,40	212.802	4.432	2,625%
XS1501166869	TOTAL S.A. TF 16		600.000	99,99		599.938	112,32	673.932	4.763	3,369%
BE0002442177	UCB S.A. TF 13/21		300.000	100,02		300.060	100,03	300.081	12.240	4,125%
XS1654192191	UNILEVER NV TF 17/25		400.000	99,79		399.176	104,83	419.336	1.467	0,875%
XS2147133495	UNILEVER NV TF 20/25		440.000	99,99		439.973	105,87	465.819	4.234	1,250%
XS1586555945	VOLKSWAGEN INTL FIN NV TF 17/27		200.000	99,29		198.588	109,29	218.570	2.836	1,875%
XS1642546078	VOLKSWAGEN LEASING GMBH 17/21		1.800.000	99,99		1.799.790	100,09	1.801.620	-	0,000%
XS2051365174	VOLVO TREASURY AB 19/21		600.000	100,32		601.892	100,18	601.104	31	0,104%
XS2230884657	VOLVO TREASURY AB TF 20/24		200.000	99,68		199.365	100,46	200.916	72	0,125%
	sub-total		66.565.000			66.806.950		68.953.451	404.195	
	sub-total		84.215.000			85.082.765		87.680.177	437.230	
	2.2.2 - Títulos de rendimento variável									
	2.2.2.1 - Acções									
	2.2.2.2 - Títulos de participação									
	sub-total									
	2.2.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento									
FR0010199075	BATI ACT INVEST PARTS 4 DEC	25.400			22	557.530	27,51	698.754	-	
FR0013067808	BFT MONETAIRE-I2	234			9.857	2.306.630	9.850,86	2.305.101	-	
FR0010529743	LBPAM TRESORERIE - I	12			10.813	129.755	10.805,34	129.664	-	
LU0414045319	SCHRODER INT EURO CORP - XD	7.783			144	1.118.151	149,78	1.165.637	-	
FR0000293698	BTP TRESORERIE	49			10.756	527.025	10.750,89	526.794	-	
FR0011060870	SLF SHORT TERM EURO	1			20.220	20.220	20.205,30	20.205	-	
	sub-total	33.479				4.659.311		4.846.155	-	
	2.2.2.4 - Outros									
	sub-total	33.479								
	total	33.479	84.215.000			89.742.076		92.526.332	437.230	
	3 - TOTAL GERAL	33.479	87.603.931			93.062.804		95.858.803	477.553	

The image features two thick, blue, curved lines that sweep across the lower half of the page from the left towards the right. These lines are positioned behind the text.

3. Relatórios de Fiscalização

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Victoria – Seguros, S.A. (a Companhia), que compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 150.343.734 euros e um total de capital próprio de 45.250.174 euros, incluindo um resultado líquido de 1.668.261 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Victoria – Seguros, S.A. em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Companhia nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Mensuração das provisões para sinistros (Não Vida)

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
Conforme detalhado na Nota 14 às Demonstrações Financeiras, em 31 de dezembro de 2020 as Provisões para Sinistros decorrentes de contratos de seguros não vida ascendiam a 60.967 milhares de euros, representando 58% do Total do Passivo da Companhia. Estas provisões são determinadas com recurso a metodologias e pressupostos atuariais e com base no histórico de sinistralidade da Companhia por ramo.	A nossa abordagem ao risco de distorção material na determinação das Provisões para sinistros (Não Vida) incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente os seguintes: <ul style="list-style-type: none">➤ Entendimento dos procedimentos de controlo interno da Companhia e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliar a eficácia operacional dos controlos identificados como relevantes na determinação das Provisões para sinistros (Não Vida);

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>Representam o valor estimado das indemnizações a pagar por sinistros já ocorridos, incluindo sinistros ocorridos e não participados (IBNR), e os custos de gestão de sinistros a incorrer com a sua regularização futura.</p> <p>Nestas provisões são incluídas as estimativas de provisões para sinistros de longo prazo do ramo de acidentes de trabalho, que requerem a fixação de pressupostos com recurso a julgamentos, designadamente ao nível da taxa de desconto, tábua de mortalidade e estimativa de despesas a incorrer (detalhe na Nota 14).</p> <p>Adicionalmente, a pandemia Covid-19 teve um impacto atípico nas taxas de sinistralidade da Companhia, aumentando a incerteza inerente à mensuração das responsabilidades e obrigando a mais pressupostos por parte da gestão.</p> <p>Em face da materialidade destas responsabilidades nas demonstrações financeiras e considerando que o processo para a sua determinação incorpora estimativas com base em pressupostos e técnicas atuariais aplicados à informação atualmente disponível, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser diferentes dos registados, considerámos as Provisões para sinistros (Não Vida) como matéria relevante de auditoria.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Testes de revisão analítica sobre as rubricas das demonstrações financeiras relativas a Provisões para sinistros (Não Vida) para entendimento da sua evolução anual e dos principais fatores que originaram as variações mais significativas; ➤ Com o envolvimento dos nossos especialistas em atuariado, procedemos à análise das metodologias e pressupostos utilizados pelo especialista externo contratado pelo órgão de gestão e atuários da Companhia para a determinação das responsabilidades com sinistros (Não Vida), incluindo a análise da consistência com os utilizados no ano anterior e com o padrão histórico de pagamentos por ramo, e tendo por referência as especificidades dos produtos da Companhia, os requisitos regulamentares e as práticas no setor segurador; ➤ Realização por parte dos nossos especialistas em atuariado de testes de recálculo das provisões para sinistros para o ramo Acidentes de Trabalho, tendo por base metodologias atuariais reconhecidas no setor segurador, por forma a aferir sobre a sua suficiência. Adicionalmente, para o referido ramo analisámos os pressupostos financeiros e demográficos utilizados nas estimativas das responsabilidades de longo prazo através da comparação com as práticas no setor segurador; ➤ Consideração das disposições da Carta-Circular n.º 12/2020-R – Orientações sobre o cálculo das Provisões Técnicas no âmbito da situação excecional relacionada com o surto pandémico coronavírus – Covid-19, emitida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões a 23 de dezembro de 2020; ➤ Verificação da plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras sobre Provisões para sinistros (Não Vida) com os respetivos dados contabilísticos e técnicos, relatórios atuariais e requisitos das Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- elaboração do Relatório de Gestão, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Companhia de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Companhia.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Companhia;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Companhia descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- ▶ das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- ▶ declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Companhia, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- ▶ Fomos nomeados auditores da Companhia pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 30 de março de 2012 para um mandato compreendido entre 2011 e 2013. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 30 de março de 2014 para um segundo mandato compreendido entre 2014 e 2016. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 30 de março de 2017 para um terceiro mandato compreendido entre 2017 e 2019. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 30 de junho de 2020 para um quarto mandato compreendido entre 2020 e 2022;
- ▶ O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- ▶ Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Companhia nesta data;
- ▶ Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Companhia durante a realização da auditoria; e
- ▶ Informamos que, para além da auditoria, prestámos à Companhia os seguintes serviços permitidos pela lei e regulamentos em vigor:
 - revisão do relatório anual sobre a solvência e a situação financeira da Companhia;
 - revisão do relatório anual sobre a estrutura organizacional e os sistemas de gestão de risco e de controlo interno.

Lisboa, 7 de abril de 2021

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Ricardo Nuno Lopes Pinto - ROC n.º 1579
Registado na CMVM com o n.º 20161189

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nos termos do artigo 420º, alínea g) do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal apresenta o seu Relatório de Atividade e Parecer sobre o Relatório de Gestão e Contas da VICTORIA-Seguros, S.A. (“Companhia”), relativos ao exercício de 2020, bem como sobre a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

1. RELATÓRIO DE ACTIVIDADE

No âmbito das competências que lhe estão atribuídas como órgão de fiscalização da Companhia, o Conselho Fiscal procedeu, ao longo de 2020 ao acompanhamento da gestão e dos resultados da Companhia, em especial no que respeita:

- Ao cumprimento e controlo das políticas e estratégias definidas pelo Conselho de Administração;
- À observância das disposições legais, regulamentares e estatutárias;
- À adequação das políticas, critérios e práticas contabilísticas adotados e ao processo de preparação da informação financeira;
- À eficácia dos sistemas de controlo interno, gestão de riscos e auditoria interna.

Por se tratar de uma Entidade de Interesse Público, nos termos do artigo 3º da Lei nº148/2015 de 9 de setembro, o Conselho Fiscal desenvolveu designadamente, no exercício em apreço, as seguintes ações:

- Analisou as normas internas vigentes e respetivas atualizações;
- Indagou sobre alterações na estrutura organizativa da Companhia, bem como o funcionamento das suas principais unidades orgânicas;
- Acompanhou o desenvolvimento das iniciativas e projetos relevantes para a atividade da Companhia, com especial incidência para o Comité de Gestão de Riscos, o Comité de Subscrição, o Comité de Gestão de Ativos e Passivos e o Comité de Risco Operacional;
- Analisou a informação obtida das principais áreas responsáveis pela preparação e divulgação da informação financeira e pela gestão e controlo de riscos,
- Promoveu reuniões, numa base trimestral, com o Conselho Executivo, nas quais foi apreciada a evolução dos principais indicadores financeiros e examinados temas relativos à situação económica e financeira e sistema de controlo interno da Companhia;
- Reuniu, quando necessário, com os representantes da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, inteirando-se das principais conclusões e recomendações por estes formuladas, no âmbito do desempenho das respetivas atribuições;
- Analisou os pedidos de aprovação prévia de serviços distintos de auditoria feitos pelo revisor oficial de contas e garantiu o cumprimento das regras de independência que devem pautar a prestação destes serviços;
- Analisou a confirmação de independência e o relatório adicional preparados pelo revisor oficial de contas nos termos do artigo 24º do Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria aprovado pela Lei 148/2015 de 9 de setembro;

- Comunicou ao Conselho de Administração as matérias relevantes de que tomou conhecimento no exercício das funções.

Adicionalmente, o Conselho Fiscal examinou, nos termos do artigo 452º do Código das Sociedades Comerciais, os quais mereceram o seu acordo:

- O Relatório de Gestão do Conselho de Administração respeitante ao exercício de 2020;
- As Demonstrações da Posição Financeira, dos Resultados, do Rendimento Integral, das Variações nos Capitais Próprios e dos Fluxos de Caixa, assim como as Notas explicativas anexas relativas a 31 de dezembro de 2020;
- A Certificação Legal de Contas elaborada pelo Revisor Oficial de Contas.

2. PARECER SOBRE O RELATÓRIO, CONTAS E PROPOSTA APRESENTADOS PELA ADMINISTRAÇÃO

Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de parecer que:

- O Relatório de Gestão expõe de forma rigorosa a evolução dos negócios e o da Companhia, encontrando-se em concordância com as contas do exercício;
- As Demonstrações Financeiras estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis e dão uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e resultados da Companhia.

pelo que recomenda consequentemente a sua aprovação, bem como da proposta de aplicação de resultados, na Assembleia Geral anual de Acionistas.

Finalmente, o Conselho Fiscal manifesta o seu agradecimento e apreço ao Conselho de Administração, aos Serviços da Companhia e ao Revisor Oficial de Contas, pela colaboração e disponibilidade sempre proporcionadas.

Lisboa, 09 de abril de 2021

O CONSELHO FISCAL

João de Lara Everard (Presidente)
António Vilar Ribeiro (Vogal)
Santiago Gil de Biedma (Vogal)